

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE TEORIA LITERÁRIA E LITERATURA COMPARADA

JOÃO AUGUSTO OLIVEIRA PACE

GIROS EM FALSO

Alguns estudos sobre o conto machadiano

VERSÃO CORRIGIDA

SÃO PAULO
2019

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE TEORIA LITERÁRIA E LITERATURA COMPARADA

JOÃO AUGUSTO OLIVEIRA PACE

GIROS EM FALSO

Alguns estudos sobre o conto machadiano

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-graduação do Departamento de Teoria
Literária e Literatura Comparada da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, como exigência para
obtenção do título de Mestre em Letras

Orientador: Prof. Dr. Edu Teruki Otsuka

VERSÃO CORRIGIDA

SÃO PAULO
2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

P115g	<p>Pace, João Augusto Oliveira Giros em falso: alguns estudos sobre o conto machadiano / João Augusto Oliveira Pace ; orientador Edu Teruki Otsuka. - São Paulo, 2019. 135 f.</p> <p>Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada. Área de concentração: Teoria Literária e Literatura Comparada.</p> <p>1. Machado de Assis. 2. forma literária e processo social. 3. tempo. 4. trabalho. 5. ideologia. I. Otsuka, Edu Teruki, orient. II. Título.</p>
-------	--

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE
Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): João Augusto Oliveira Pace

Data da defesa: 13/12/2019

Nome do Prof. (a) orientador (a): Prof. Dr. Edu Teruki Otsuka

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 11/02/2020



Prof. Dr. Edu Teruki Otsuka

RESUMO

Nestes estudos procura-se rastrear algumas constantes temáticas mas sobretudo formais do conto machadiano maduro, em especial em certas narrativas voltadas à sobrevivência em meio à pobreza urbana. Uma questão emerge quando nos deparamos com algumas dessas histórias: por que as atitudes tomadas por seus protagonistas parecem tão irracionais e autodestrutivas? Aos poucos, no entanto, a análise do enredo vai mostrando que não se trata de tolice, pelo contrário, trata-se de um conhecimento bem fundado na prática e formado a partir de uma racionalidade diversa da moderna. Assim, assistimos à constituição de uma outra relação com o tempo, pouco afeita ao longo prazo e rendida à circunstância imediata, e algo desse sobrevivencialismo se transmite ao funcionamento da consciência e das ideias nessa situação periférica, na qual não só a jura como a bem da verdade a norma postulada pela linguagem corrente podem ser reafirmadas ou transgredidas conforme a oportunidade. Inconstância e precariedade que caracterizam igualmente o trabalho nessa ambiência, intermitente e flexível. Identificadas essas recorrências, procuramos indicar a nova atualidade que podem conferir ao ponto de vista da periferia sobre o conjunto do sistema mundial de produção mercantil.

PALAVRAS-CHAVE: Machado de Assis; forma literária e processo social; tempo; trabalho; ideologia.

ABSTRACT

In these studies, there is an effort of finding some thematic but also formal recurrences of the mature short-story of Machado de Assis, specially those devoted to the problem of survival amidst urban poverty. A question emerges when we face some of these stories: why some of their protagonists' attitudes seem so irrational and self-destructive? Plot analysis gradually shows us, nonetheless, that it is no matter of foolishness, on the contrary, such attitudes are based on the shared knowledge of a social praxis and on a specific social rationality, quite different from its modern pattern. Thus, we see the constitution of a diferente relationship with time, not very fond of long-sightedness and enslaved to immediate circumstances; some of its survivalism is transferred to the dynamics of conscience and ideas in this peripheral situation, in which not only vows but also the very norm postulated by language can be reaffirmed or disrespected according to opportunity. Inconstancy and precarity both equally characterize the intermittent and flexible labour found in such ambiance. Once these recurrences are identified, we indicate the present interest they may give to the peripheral perspective over the ensemble of the global system of merchand production.

KEYWORDS: Machado de Assis; literary form and social process; time; labour; ideology.

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	8
Introdução	11
Capítulo I. Um cinismo cândido e natural	13
Capítulo II. Viva a esperança!	34
Capítulo III. O tempo da pobreza.....	65
Notas para terminar	114
Bibliografia.....	133

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho contou com a orientação segura do professor Edu Teruki Otsuka; seria um agradecimento vazio de minha parte se se restringisse aos anos de desenvolvimento deste estudo. Sem aulas que remontam à época da graduação, ao mesmo tempo claras e sem concessões, minha formação e minha compreensão de assuntos que são decisivos nestas páginas seriam consideravelmente mais empobrecidas e menos estruturadas, o que constitui uma dívida de cuja dimensão as citações diretas dão uma ideia diminuída. Ao longo do período de mestrado, as intervenções do professor foram pontuais e certeiras, e me fizeram tomar caminho quando as coisas pareciam difusas. O equilíbrio entre orientação precisa e abertura para o caminho individual do orientando veio contar entre os muitos motivos de minha admiração pelo seu trabalho, que no campo da produção crítica vêm se caracterizando por uma aliança pouco usual entre leitura rigorosa da tradição e exigência de atualidade. Pela confiança, pela paciência e pelo exemplo, o primeiro agradecimento cabe ao Edu.

Por terem aceitado os convites para a banca de qualificação, agradeço ao professor Leandro Pasini, que soube levantar inquietações fundamentais a partir da leitura de meus textos e cujos comentários contundentes servem de convite à discussão aberta e franca, pautada unicamente pelo interesse comum; e à professora Priscila Figueiredo, outra figura-exemplo que remete ao tempo do meu bacharelado, cujos cursos constituem boa parte de minha formação e cuja vontade de debate exemplifica uma disposição intelectual inquieta e viva. A eles veio se juntar na banca de defesa o professor Antônio Marcos Sanseverino, cuja leitura atenta de meu trabalho tanto identificou com precisão a proposta do conjunto quanto levantou questões pontuais da maior importância, de modo a abrir caminhos inesperados e que, quem sabe, podem ainda me levar a outros lugares. Pela abertura, pela atenção e pelo respeito com meu trabalho, agradeço muito aos três.

Há mais dois professores a quem gostaria de agradecer, com os quais pude conviver e aprender muito nos últimos anos. Agradeço à professora Ivone Daré Rabello, pelo interesse que sempre demonstrou tanto por este meu trabalho quanto por outros, com vigor, contundência, disposição combativa e inquietude para pensar as novidades pouco agradáveis com que nos defrontamos ultimamente; e ao professor Anderson Gonçalves, de cuja generosidade depende boa parte de minha bibliografia e cujas aulas, sempre preocupadas em mostrar o percurso trabalhoso de um raciocínio, combinam erudição e atenção ao objeto. Ao Anderson e à Ivone, muito obrigado.

O estudo individual por si só é incapaz de dar conta de muitos aspectos de um texto ou de uma obra; acredito que a discussão e a divergência constituem o fermento coletivo de qualquer conhecimento vivo. Por isso, não posso deixar de mencionar os grupos de estudo de que fiz parte ao longo da pesquisa: o grupo Formas culturais e sociais contemporâneas, que procura submeter a produção artística e teórica atual a um exame informado pela experiência mais recente, e a cujos pontos de vista e debates devo muitos dos meus; e ao grupo Marx, que conseguiu a façanha de reunir pessoas interessadas na tradição marxista em torno da tarefa de uma leitura cerrada e bem discutida de alguns de seus textos fundamentais. No capítulo dos ambientes coletivos, tenho também de mencionar os Seminários das Quartas, organizados pelos professores Anderson Gonçalves e Paulo Arantes; sem a pressão do interesse acadêmico imediato, e talvez por isso mesmo, neles o interesse pela Teoria Crítica escapa ao realejo e busca a formulação de um ponto de vista independente e exigente, de que este trabalho é também devedor. Aos muitos amigos e colegas com os quais tive o prazer de dividir esses espaços, um agradecimento carinhoso.

É impossível não deixar um agradecimento à secretária da Pós-graduação em Teoria Literária e Literatura Comparada, Rosely F. Silva, pelas suas indicações claras e bem-humoradas e por ter me salvado de minha inaptidão burocrática.

É fato sabido, hoje, o quanto o ambiente acadêmico tem sido fértil em sofrimento e adoecimento psíquico. Em face dos últimos acontecimentos, não é para menos, ainda que a tendência não date de agora. Não há muita alternativa para quem vive de um trabalho condenado à má remuneração, ao desprezo social e, na maioria das vezes, à irrelevância. Da minha parte, se pude chegar ao final desse processo com a cabeça mais ou menos em cima do pescoço, é porque meu cotidiano de faculdade sempre foi um cotidiano de convívio com amigos que, com carinho e com risadas, sempre me trouxeram ânimo e um bom motivo para estar lá. A todos vocês: Carlos Moacir Vedovato, Giancarlo Gozzi, Guilherme Marchesan, João Cândido Cartocci, Juliana Gianini, Marcus Campos, Maria Aguilera, Maria Sette, Mariana Queiroz, Mariza Azzi, Pedro Köberle — um beijo.

Pelo amor e pelo apoio com que sempre posso contar, agradeço aos meus pais.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), de que fui bolsista por dois anos e cujo apoio tornou esse trabalho possível.

Só a nossa concepção de tempo nos faz nomear o Juízo Final com essas palavras; na realidade ele é um tribunal permanente.

Kafka, Aforismos reunidos

INTRODUÇÃO

Quando parte da crítica brasileira participava do movimento cultural e político empenhado na superação dos impasses históricos que travavam o completamento do país nos termos de uma sociedade organicamente integrada, o processo formativo da literatura local tornou-se modelo, especialmente a obra madura de Machado de Assis. Neste esquema, ela corresponderia em plano estético ao salto qualitativo que, aproveitando e retificando o campo local de problemas acumulado anteriormente, bem como assimilando os modelos importados segundo um viés original, se queria repetir nos planos social e político. Tão ligados aos imperativos de sua época, os resultados dessa crítica não podem ficar indiferentes ao curso dos acontecimentos, ao custo de se degradarem em fraseologia: a marcha posterior da história — a qual conduziu ao estado presente de coisas — infligiu às expectativas daquele movimento superador um desmentido, obrigando à reformulação de seus conceitos.

Nem por isso *o ponto de vista da periferia*, que aquela crítica procurava elaborar e elevar ao primeiro plano da atualidade mundial, perde pertinência; pelo contrário, se por um lado a vida de ex-colônia não alcançou os patamares de modernidade a que se propunha, por outro, lá de onde irradiaram, tais patamares parecem agora em decomposição. Daí falarmos numa nova oportunidade para a perspectiva das margens do sistema global da mercadoria: estando o núcleo deste em processo de *periferização*, a tendência geral aponta para o nosso atraso, e não para o progresso, o qual no entanto engendrou esse quadro regressivo. Este é levado em conta na releitura de Machado de Assis que propomos, que a partir de alguns contos de sua segunda fase busca devolver-lhe algo da atualidade.

O método empregado se fundamenta na convicção de que certos entrecruzamentos virtuais entre os textos de uma obra podem não só elucidar os funcionamentos de sua composição como fornecer a imagem em movimento de uma experiência social. Focamos a representação que faz da vida pobre: por que as decisões tomadas neste âmbito parecem tão míopes? A autoconservação a todo custo a governa, delineando uma racionalidade outra, diversa da burguesa, na qual o cálculo a longo prazo é substituído pelo horizonte permanentemente repostado da mera sobrevivência. Assim, o passar do tempo não produz progressão; o trabalho se reduz à autopreservação, sua escassez na sociedade escravista levando sua faixa livre e pobre a uma guerra concorrencial permanente por ele. Tal realidade resumida ao esforço de sua manutenção faz com que percam sentido as promessas do padrão burguês, o que engendra um funcionamento ideológico particular, em que se articula o discurso não tendo

em vista sua consistência, mas sua oportunidade circunstancial. Tempo, trabalho, ideologia: estes os três eixos deste estudo.

I. UM CINISMO CÂNDIDO E NATURAL

“Noite de almirante” (1884; recolhido em Histórias sem data)

Talvez o grande equívoco a ter assombrado o tema das “ideias fora de lugar” desde a sua formulação nestes termos¹ esteja em conferir um estatuto conceitual ao que é antes uma impressão fixada à distância; ou seja: tomar um sentimento da ampla ressonância social — o da artificialidade das formas e categorias europeias em meio à vida brasileira — como o princípio que subsume e torna inteligíveis todas as manifestações da cultura, isto é, como ponto de chegada, e não de partida da reflexão. Esta, no seu argumento, se preocupava, ao constatar a variada recorrência daquela sensação de inadequação, não em estabelecer um compêndio de suas ocorrências, mas em compreendê-la no que tem de necessário. Porque se por um lado está claro que se trata de uma aparência, na medida em que nossas diferenças não são alheias ao progresso do mundo, e nem poderiam ser se estamos em espaço fundado para alavancá-lo, por outro faltava o passo, propriamente dialético, de examinar a necessidade da aparência, a qual forma parte sistêmica da realidade. Daí em diante, perde sentido nos perguntarmos sobre a falsidade ou congruência de uma certa ideia a um certo lugar, já que a própria falsidade com que as ideias são percebidas passa a estar determinada. Noutras palavras: não se trata de recheiar o sentimento de nosso postigo ideológico com casos concludentes, mas entender a forma segundo a qual os conteúdos ideológicos são descentrados em relação a suas exigências internas e postos conforme outra ordenação, outro regime de funcionamento.

Esse movimento importa porque assumir sem mais que as ideias entre nós estão fora do lugar permite sugerir que noutra parte elas estejam no lugar, o que deixaria intacta a outra parte da equação. Cabe precisar a distinção segundo os termos nos quais a ideologia se situa quanto ao processo social. Pois ela ora pode partir para o esforço de sua descrição sistemática, não menos contraditória, é verdade, mas cujo impulso generalizante exige exame interno dos pontos cegos, se ajustando enquanto aparência necessária a um momento do processo; ora participa deste de outra forma, comparativamente despretensiosa, em que o descabimento é sabido e repisado enquanto tal, precisamente porque sua prova dos nove é dada pela eficácia prática, não pela coerência geral. A cena primária da comédia do favor é um exemplo disso: quando mediante prestação e contraprestação as partes fraca e forte se reconhecem, fala-se a língua da

¹SCHWARZ, Roberto. “As ideias fora do lugar”. In: *Ao vencedor as batatas*. São Paulo, Duas Cidades/34, 2000, pp. 9-31.

ilustração não porque ela explique ou esteja em acordo com o ato, mas porque o prestigia. O momento de recíproca afirmação de uma supremacia é indissociável de uma sociedade, como a brasileira do dezenove, cuja reprodução se assenta numa linha divisória que delimita até onde vai a ordem e a propriedade de si e onde começa a desordem da danação do trabalho. A obviedade dessa divisão e sua centralidade naturalmente tornavam incessante e urgente o ritual clientelista do reconhecimento mútuo, tanto mais indispensável quanto dele dependia a sobrevivência do mais fraco. A franca inaptidão das ideias como instrumentos de conhecimento e articulação da experiência não se dava apenas porque não correspondiam às aparências, mas porque esta não era sequer sua finalidade. O desacordo entre ideologia e seu objeto, quando entre eles se estabelece uma relação de conhecimento, não revela só a limitação da primeira, mas diz também do último; trazida à reflexão social, tal dissonância pode tensionar o real e fermentar sua transformação. Mas justamente desse momento de aspiração que debocha o favor e, por consequência, toda uma estrutura ideológica armada a partir dessa incongruência. A desconfiança desabusada quanto a toda sorte de categoria ou signo investido com a autoridade da norma e com prestígio progressista é um sentimento cultural da maior importância quando falamos em literaturas periféricas; o ceticismo generalizado, a importância desmesurada à aparência, a arrogância da ilustração, seu vínculo silencioso e efetivo com o poder, o desacordo inajustável entre pensamento e ato, a construção truncada de toda a identidade, as acomodações precárias e por vezes irreais que estranhamente podem sustentar uma existência, a banalidade das especulações metafísicas, o excesso meditativo contraposto à miséria vivida — são muitas as suas figuras.

Frente a pressupostos diversos dos que lhe deram ocasião, o universalismo da ideologia burguesa soçobra e se vê manipulado para fins particulares diversos dos originais; mas essa formulação é ainda inadequada. Faz parecer mero produto hipócrita de uma caprichosa violência externa aquilo que é um resultado histórico revelador não apenas de um deslocamento geográfico-social, mas das contradições internas às formas ideológicas desde seu contexto inicial. Por exemplo, no caso da obra machadiana madura, se sem dúvida a extensão dos mecanismos da conduta proprietária local ao repertório genérico da cultura europeia é um momento indispensável da composição, a pertinência desta por seu lado depende de uma atualidade que se pode medir pela consonância entre a ilegalidade estrutural da vida periférica e aquela outra, à qual gradualmente se encaminhavam as burguesias oitocentistas desde o primeiro capítulo contra-insurrecional de seu regime. Como se sabe, daí em diante a marcha global da expansão do sistema produtor de mercadorias teimaria em sublinhar suas infrações

contra a norma que propalava, agora com um sorriso íntimo e canalha no canto dos lábios: a farsa autoritária de um Segundo Império mafioso e fundado em massacres, na França, o novo colonialismo europeu, a guerra imperialista, a produção da miséria pela crise e por fim a meia-noite fascista — vai longe esse desfile das catástrofes acumuladas ao longo da auto-implosão da civilização burguesa.

Porque vamos tratar de literatura, cabe entender os efeitos desse processo irrompido em meados do século XIX, cuja data-efígie é 1848, sobre seus meios. A partir daí, “a normalidade burguesa e com ela o conjunto da linguagem contemporânea passavam a viver o estado de sítio: impregnavam-se de acepções inimigas, produzidas pelo antagonismo social, as oficiais de um lado, de outro as vencidas e clandestinas”². A nova objetividade literária, segundo esse esquema e ao contrário do que se pensa, não se define pela supressão dos pontos de vista, a não ser que essa supressão se dê como momento de uma superação que retoma e organiza a contradição. A perda de aderência das ideias à aparência dá oportunidade histórica às perspectivas das sociedades marginais no sistema da mercadoria porque esse desacerto é seu velho conhecido. Celebrar a entrada dessas novas presenças no repertório da atualidade mundial é uma posição no entanto arriscada, pois — ainda que nesse estágio da crítica da ideologia as promessas não-cumpridas ainda sirvam de metro objetivo — o que apontam é uma decomposição sem subterfúgios das aspirações implicadas na norma. A possibilidade da crítica, aberta pelo evidenciamento histórico do fundo falso das ideias modernas, é contemporânea da emersão da regressão a que conduziu o desenvolvimento da sociedade esclarecida. A violência e a cegueira de seus funcionamentos dão pertinência global àquela universalização canhestra dos esquemas de conduta da classe dominante brasileira, historicamente avizinhada da mistura de diletantismo e grosseria do esteticismo: partilham um princípio análogo.

A cultura do centro-modelo passa a se impregnar do tom e das maneiras daquelas sociedades subalternas, nas quais a convivência estabilizada e usual entre regra e exceção, dentre muitas consequências, permitiu uma percepção para a qual “norma e transgressão existem, mas funcionam de maneira diversa do esperado. Entre as duas há lugar para uma variedade de formas intermediárias, mais reais que o antagonismo”³. Ela partilha com o regime ideológico sob o qual funciona um modo particular de se relacionar com a verdade. Não se tome

² SCHWARZ, Roberto. “Questões de forma”. In: *Um Mestre na periferia do capitalismo- Machado de Assis*. São Paulo, Duas Cidades/34, 2000, pg. 179.

³ SCHWARZ, Roberto. “Ricos entre si”. In: *Um Mestre na periferia do capitalismo- Machado de Assis*. São Paulo, Duas Cidades/34, 2000, pg. 146.

esta como uma instância externa, medida à qual tudo arbitrariamente diz respeito; o que interessa aqui são as características dessa relação. Esta já não submete a ideologia ao exame da unidade, dos limites de sua generalidade; sua validade é da ordem do circunstancial, da acomodação a uma situação cuja compreensão se perde no acaso e no fatalismo. A disjunção entre propensão simpática à sobrevivência imediata e voltagem normativa era dos desacertos certos do romance de Alencar, e o tom da primeira coordenada a prosa do romance de Manuel Antônio de Almeida. O mundo sem culpa do lado de baixo da linha do Equador refuncionalizava as ideias em curso próprio, assentado nas intempéries da vida prática, conforme as quais poderiam ser usadas para adulação obsequiosa, autocongratulação, humilhações etc. Dessa sociedade onde a autoconservação cega de estruturas racionalmente indefensáveis de reprodução — como sempre se sugeriu ser o caso da sociedade brasileira e seus ciclos modernizadores — traduziu-se para o plano das relações e condutas algo de sobrevivencialista, que torna todos cúmplices na manutenção da transgressão abjeta, mas necessária. Seu cinismo não é desconhecimento das obrigações repetidamente descumpridas, nem do fato de seu descumprimento, mas um acatamento sem mais de ambos os termos. A realidade é de fato uma desgraça aos olhos do pensamento, os quais tampouco são os bons. Das acepções inimigas que confluem na linguagem em função de seus diferentes usos não se propulsiona o movimento da crítica, mas da aceitação conformada de que assim é. Não se trata de hábitos antigos e ignorância, mas de uma consciência autoconservadora e difícil de romper, porque de sua perspectiva a crítica e a coerência são inúteis. Num quadro como esse, a mentira não está em lugar algum e está em toda parte: em lugar algum, porque os postulados da norma não são desconhecidos, apesar de continuamente revogados; em toda parte, pela desqualificação infligida a esta cegueira pela linguagem que mobiliza, pelo fatalismo com que se vive essas violações constantes.

Se a palavra não tem mais a pretensão de ser coextensiva ao mundo, ou ao menos ao modo como o mundo aparece, seu elemento dogmático está posto entre parênteses, assim como, de um ponto de vista menos positivo, a possibilidade de dizer algo consistente a respeito desse mundo. Na civilização burguesa, a palavra fetichizada adquire, na imagem de Schwarz, o caráter de um fisco ao qual a existência guiada pelo ideal não cessa de pagar tributo⁴; nos contrários que aquela civilização produziu ao longo da história de sua expansão, a palavra se

⁴SCHWARZ, Roberto. “A importação do romance e suas contradições em Alencar”. In: *Ao vencedor as batatas*. São Paulo, Duas Cidades/34, 2000, pg. 67.

vê privada de sua responsabilidade com a verdade da experiência que exprime e, portanto, consigo mesma. Não suportaria um enredo romanesco, por assim dizer; as juras de amor que levaram à catástrofe terrena e à idealização literária os heróis e heroínas do romantismo não se sustentam aqui, pois dão às promessas da linguagem uma capacidade de projetar-se sobre o mundo e uma precedência sobre a vida que não faz sentido para os empenhados apenas na manutenção crua desta. Vejamos se um caso apresentado pela literatura de Machado de Assis pode esclarecer essas considerações tão tateantes.

A história contada em “Noite de Almirante”⁵ se pode resumir assim: um jovem marujo, Deolindo Venta-Grande, pega paixão por Genoveva, moça bonita de olho atrevido, que lhe devolve o sentimento; tendo ele sido chamado a uma viagem de instrução que tomará dez meses, pensam em fugir para o campo, do que são dissuadidos pela velha Inácia, senhora prudente que abriga e trabalha com Genoveva. Só lhes resta a jura de fidelidade, fiadora de que, ao retornar, o marujo encontraria a amada tal como a deixara ao zarpar. Embarca, corre mundo, o pensamento nela. Volta e aterra ansioso, e sua ansiedade é razão de piada entre os companheiros de mar que prenunciam a “noite de almirante” que terá; devaneando com o reencontro, toma caminho para a casa da velha Inácia, que encontra só. Ela lhe dá a notícia de que Genoveva foi viver com outro, um mascate, perto da praia da Glória. Decidido de vingança e assaltado por um turbilhão de imaginação romântica, ele segue até lá e a encontra cosendo. A reação da antiga amada é desconcertante: sem negar a promessa, genuína quando tomada, a moça explica que o tempo correu, as circunstâncias mudaram, o amor trocou de destinatário. Alternando cólera e esperança de reconquistá-la, Deolindo, num gesto final, lhe entrega os brincos que trouxera de presente da Europa: em vão. Com a chegada de uma vizinha, se despede de Genoveva, não sem uma ameaça de suicídio ridicularizada por ela, ao contá-la à amiga. De volta na manhã seguinte à embarcação, questionado pelos outros marujos, Deolindo confirma com um sorriso a noite de almirante que passou.

As implicações da fábula, que contamos aqui quase como uma anedota, devem, é claro, ser articuladas a partir do modo como se organiza o enredo. Pois começamos propriamente com a chegada de Deolindo, as brincadeiras dos marujos e sua ida à casa de Inácia. O “agora” narrativo é este. O narrador o explica retomando o ocorrido antes da viagem, numa

⁵ O texto para referência de “Noite de Almirante” se encontra em MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *50 contos de Machados de Assis*. Seleção de John Gledson. São Paulo, Companhia das Letras, 2007, pp. 289-95. Todos os grifos em itálico são meus.

caracterização inicial do casal que se pode tomar como uma miniaturização de um dos sentidos gerais do conto: dizendo que quase deram uma “cabeçada”, referindo-se aos planos de mudança à “vila mais recôndita do interior”, depois de ficarem “morrendo um pelo outro”, institui pela primeira vez uma oposição entre a fantasia imaginosa, de reminiscência romântica, e algo como um senso prático sem mistérios que contraposto a ela faz efeito escarninho, e do qual, a princípio, Inácia é a portadora, mas que se antevê no “olho negro e atrevido” de Genoveva. Na passagem desse primeiro parágrafo de recapitulação ao seguinte, em que ficamos sabendo que em razão dos conselhos da velha não houve remédio senão ceder à viagem, é de sublinhar que não se deu nada a não ser uma desistência, o que deixa os acontecimentos anteriores sem efeito para o curso da ação, mas não para o conjunto da composição. Do mesmo modo, esse movimento empacado se transmite e condensa num encadeamento de frases como o que segue ao juramento, em que se descreve e ao mesmo tempo se qualifica a tristeza de Genoveva com a separação: “parecia que ‘lhe ia dar uma coisa’. Não lhe deu nada, felizmente”. A vizinhança de sentimento sincero e vida prática é um dos eixos temáticos da narrativa, e já vemos por aqui como informa também sua configuração. Um contraste análogo subjaz ao diálogo da jura, introduzido por um período carregado de palavras de fé e promessa (*fiança, dever, juramento, fidelidade*); o “eu também” desinteressado e seguido dos protestos de Deolindo já é prova do desinteresse da moça? o seu voto fica meio exagerado (“a luz me falte na hora da morte”) pela ordenação da composição ou por uma intenção debochada? Não é o que sugere o narrador, que confirma a sinceridade do contrato descrevendo seus aspectos externos, os seus gestos chorosos — ainda que genuína, então, terá a sinceridade se reduzido ao seu ritual emotivo? Veremos como se desdobram essas sugestões na altura do reencontro do casal, que ora vemos separando-se, ele partindo com a corveta, o tempo passando até que voltamos para o mesmo Rio de Janeiro e para a mesma cena de início — “lá vai ele agora”. O volteio explicativo resume-se no retorno ao mesmo lugar, como a viagem de instrução, dando novamente à armação narrativa o efeito truncado de ausência de progressão, de volta em torno de si mesmo, que não é só desse conto mas da prosa machadiana no geral, como procuraremos mostrar.

Vemos Deolindo rua abaixo até a Gamboa para em seguida passarmos do exterior à sua imaginação errante, em discurso indireto livre. Antecipa o encontro com Genoveva, que o aguardaria à janela, e procura uma frase de efeito para coroar a ocasião; se envaidece de ter cumprido a jura não por não ter encontrado mulher para o seu bico, mas porque quis. É que os palácios que viu do mundo não se comparavam à rotulazinha escura e rachada de sol dos seus amores... O monólogo interior está no capítulo dos presentes que trocariam quando chega à

casa da velha Inácia, e o diálogo com ela fará o papel de *flashback* e narração dentro da narrativa. Sua briga com Genoveva é instrutiva quanto ao funcionamento das relações no mundo desta narrativa, vale a pena prestar atenção. Depois de dar a identidade do novo amante e reiterando que a moça anda maluca de amores, a velha revela o motivo da briga: tendo o mascate José Diogo à porta de sua casa a todo momento, disse à outra não querer vê-la difamada. São os cochichos e olhadas de canto de olho da vizinhança, note-se, e não exatamente o critério moral o que a levou à censura. Há portanto um peso especial conferido ao julgamento do próximo, que é o que motiva os conflitos; o cumprimento da virtude fica em segundo plano, sua ostentação e aprovação pelo outro tomando a dianteira. Por outro lado, o relato da briga faz ver também outras razões para a desavença, quando, além de negar qualquer indecência, Genoveva diz que não precisa de esmolas. Os ressentimentos do dependente, do que vive de favor, aparecem nessa reação agressiva que não deixa de mirar a autopreservação, a própria imagem e reputação que devem ser integralmente defendidas quando ameaçadas, novamente, pela diminuição alheia. Indo morar com José Diogo, Genoveva garante que sua pessoa não está para ser alvo de ataques, que não é servil, que tem independência — ousadia relativa que só é possível porque o desnível entre as partes no caso não é grande.

A necessidade de autoafirmação imediata e integral da pessoa, no momento mesmo em que ocorre uma ofensa e sem se valer de mediações no instante do conflito, sejam elas de ordem moral ou institucional, não parece estranha àquela dinâmica que Edu Otsuka identificou em funcionamento nas *Memórias de um sargento de milícias* e denominou como *espírito rixoso*. No curso daquele romance, aos poucos as relações entre as figuras vão ganhando os contornos de uma lógica autônoma pela qual se perpetuam ataques e contra-ataques, revanches e desforras, a ponto de se esquecer a origem das brigas; não se trata, por isso, da vingança no sentido que o século XIX europeu deu ao termo. Pois é outro o tempo da realização desta: implica planos, comprometimento do indivíduo para o cumprimento de sua ideia fixa, enfim, pressupõe que a vista mire num horizonte mais distante para satisfazer-se e fazer sua justiça. Servindo, sobretudo no modelo byroniano, como marca do rebelde que se eleva sobre a mediocridade a que a sociedade civil-burguesa confinara o mundo, a disposição vingativa assumia não obstante os traços racionalizantes de um empreendimento. Ficava assim indissociável da nova figura social do arrivista, do sujeito metódico que calcula e mediante seu cálculo altera a correlação de forças do mundo em favor do seu projeto. A rixa, por sua vez, é da ordem do impulso, não da reflexão; o efeito que visa é imediato, conclui-se no instante de rebaixamento do rival. Na sua economia psíquica, vale o sentimento superior do desforrado,

antes no lugar do rebaixado, agora restituído em sua autoestima. Não haveria espaço, conforme o tamanho fluminense de nosso romance, para os seres românticos de exceção? Por outro lado, não seria a estrutura da rixa o seu comentário debochado e irreverente? Seja como for, importa é que “em lugar do antagonismo absoluto do enredo romântico europeu, encontra-se aqui a disputa por picuinhas”⁶. Como na cena-modelo do nexa do favor, do qual se desdobrava nossa vida ideológica, o que está no centro dessa relação é o *reconhecimento* pessoal entre as partes, a garantia não só de que ambas não são escravas como, por consequência, de que um não pode assujeitar, punir, violentar ou aniquilar o outro. Os proprietários estão excluídos dessa espécie de guerra social miúda, a qual, sem articular propriamente a atividade do trabalho, é própria da *luta* por ele, travada entre os que dele necessitam sem que sejam necessitados pelo processo de acumulação. Voltaremos ao tema da rixa ao longo destes estudos.

Ofendidos por ofendidos, aí vem Deolindo novamente pela rua, e seu aspecto assusta Inácia, que o adverte para que não cometa bobagens apaixonadas. Se novamente ela assume o papel de conselheira prudente, note-se o quanto a própria situação foi provocada pelo seu relato, como se o instinto fofoqueiro se sobrepusesse facilmente ao pensamento previdente; por outro lado, a espontaneidade com que conta a traição de Genoveva não deixa de indicar o sem-sentido e até certa frivolidade, para este universo, da vindicação do amante traído. Como já havia dito, “não era nada, uma dessas coisas que aparecem na vida; não valia a pena zangar-se”. Nada impede a “confusão de ventos e apitos” que agitam a cabeça de traído; aliás, o uso propositado das imagens marítimas para descrever o marinhar das ideias no cérebro do marujo, como a “faca de bordo, ensanguentada e vingadora”, avizinando sem mais o descabelamento fantasioso da vingança e as atividades não tão excepcionais de marinheiro, aprofunda o tom escarninho da passagem, sem dúvida intenção da parte do narrador. Não fosse assim, não diria algo como “deixo de notar o que pensou em todo caminho; não pensou nada”. Aparece aqui com clareza a tematização do procedimento narrativo, responsável na literatura de Machado pela saliência da forma e, em última análise, pela sua problematização; aparece também, figurado como agente, o *acaso*, que pega de Genoveva e monta como que uma armadilha do reencontro dos ex-amantes. Nem indicamos estes dois elementos como indiferentes um ao outro: o acaso interno à narrativa é um rastro deixado pela composição, revela seus andaimes e seus arbítrios.

⁶ OTSUKA, E. T. *Era no tempo do rei: atualidade das Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2017, pg. 63.

Ela afiança o seu sentido no acaso — numa falta de sentido, portanto, no caráter fortuito dos acontecimentos e na desarticulação da relação causal no tempo.

A cena do reencontro é o centro do conto, tanto pela sua localização quanto pelo seu significado. Logo à sua entrada, Deolindo fica dividido entre esperanças de reatamento e rompante vingativo, cuja violência desproporcional continua bem demarcada pela prosa que sem mais adentra sua fantasia de estrangular Genoveva. A impassividade da moça diante dos ímpetos do rapaz, assim como sua habilidade em domá-los com uma simples “ação dos olhos” e uma bronca, vão no mesmo sentido. É de se insistir nesse desacordo entre imaginação romântica e antagonista com a prática miúda porque é operação intra e extra-diegética, para falar com o jargão, ou por outra, é um fato da narrativa que se repete enquanto efeito formal. Porque nós leitores, e tanto mais uma leitora do dezenove, que esperamos revanches sangrentas, duelos, lágrimas de arrependimento e tragédia, ficamos igualmente intrigados e quem sabe seduzidos diante da desenvoltura sem segredo de Genoveva, paradoxalmente o enigma a interpretar. Quando Deolindo sem mais lhe diz que “sabia de tudo”, imagina que ela procuraria enganá-lo e desmentir o boato: nada disso, “disseram a verdade”. A explicação que dá para a quebra do pacto e a vida nova com o mascate oscila entre o incompreensível do ponto de vista moral e o mais compreensível possível do ângulo pragmático: curtira suas saudades, recusara até certo ponto o concorrente até que lhe aceitou as propostas. Nada disso, para ela, afeta a validade da jura nem a verdade do sentimento, “mas o coração mudou... Mudou... Conto-lhe tudo isto, como se estivesse diante de um padre”. Mesmo o narrador tem dificuldade em qualificar sua expressão, que nada tem de escárnio e portanto de um gozo meio perverso em inverter a Lei; desiste de defini-la melhor. Nada que diga respeito a um padrão moral parece adequado a ela, e por isso a insistência do marujo na jura fica absolutamente sem efeito: “quando jurei, era verdade”. A questão do como ou mesmo da possibilidade de ajuizamento da traição (será mesmo essa palavra cabível?) nos é lançada pelo narrador: “que vos parece?”

O juramento é uma forma de estabelecer um contrato como garantia de uma sociedade, em ponto pequeno ou em sentido amplo; nesse sentido, participa de um disciplinamento social das ações e desejos individuais, quase diríamos uma nota promissória do amor. Esta disciplina torna previsíveis as condutas e os acontecimentos; institui um nexos controlável entre o presente e o futuro, determina uma finalidade depois de um certo período ao longo do qual o cumprimento dessa finalidade é inviável. Desse ângulo, os movimentos da prosa das primeiras linhas, nas quais a dimensão do tempo se faz sentir como um círculo que leva de um ponto a

ele mesmo, instauram para a escrita o regime temporal vivido na fábula, cujo eixo está justamente nessa desarticulação entre o que podem a consciência e as palavras com as quais ela procura determinar o mundo e o mundo efetivamente, com práticas próprias que fazem pouco daquelas. Não só porque aqui juras são quebradas; noutras partes, nas quais a ideia de contrato talvez já tenha feito sentido social, cláusulas e multas sempre garantiram que a parte prejudicada recebesse alguma reparação. Uma vez fechado, o contrato torna-se aí incontornável, definindo um tipo de experiência análogo ao descrito por Lukács quando fala da profissão burguesa, que “como forma de vida quer dizer antes de tudo o primado da ética sobre a vida; que a própria vida está dominada por tudo aquilo que retorna segundo um sistema e uma regra”⁷. Em matéria de contrato amoroso, seja ele matrimonial ou não, a literatura alemã dá um exemplo das consequências para ele da incompletude no aburguesamento de uma sociedade no romance de Fontane, *Effie Briest*: nele, o duelo que segue necessariamente à descoberta do adultério é levado a cabo sem ênfase e sem crença na necessidade do que se faz; de outro lugar e modo, ainda que estando ausente o motivo apaixonado, o homem do subsolo de Dostoiévski tem nos

duelos que imagina para limpar-se dos escarros alheios uma obsessão, que permanece irrealizada. Num caso, o ato reivindicatório previsto é realizado, sem que pareça cabível; noutro, aparece como purgação redentora, nunca efetiva. No nosso conto, é unicamente uma ideia dentre as muitas que marinham na tempestade mental de Deolindo, para cujo “quero matá-lo” o olhar e a conversa franca de Genoveva servem de remédio imediato. Que o bom-senso se pautasse pela inutilidade do que se compactua e se aceita como regra é um fato substantivo e repetidamente elaborado pela leitura machadiana, e ao qual ainda nos dedicaremos largamente.

Fato é que uma tal relação com a norma *não forma sociedade*. Analisando “Noite de almirante”, a crítica já percebeu o aspecto materialmente vantajoso para sua protagonista da união com um mascate assentado, por contraste com a vida incerta e distante de marinheiro⁸.

⁷ LUKÁCS, Georg. “La borghesia e l’art pour l’art”. In: *L’anima e le forme*. Milão: Sugar, 1963, pg. 125.

⁸ Lúcia Miguel-Pereira, em consideração ampla sobre a literatura de Machado, nota seus esforços para atrair a simpatia do leitor para personagens de conduta em princípio mesquinha, não obstante estritamente guiada por necessidades de ordem diversa; acompanhado-lhe o argumento, Alcides Villaça lista “Noite de almirante” dentre seus “momentos em que a escolha humana atende à voz profunda da autopreservação a qualquer preço” (VILLAÇA, Alcides. “Querer, poder, precisar: ‘O Caso da vara’”. In: *Teresa*. São Paulo, n.º 6-7, 2006, pp. 17-30). Na bibliografia específica sobre nosso conto, Carla Cristiane Martins Vianna anota que a vitória de José Diogo “poderia muito bem ser também a vitória daquele que gozava de uma situação mais confortável que a do outro... ao vencedor, as batatas no terreno amoroso” (VIANNA, Carla Cristiane Martins. “Entre a ilusão e a desilusão: a negação do baque em ‘Noite de almirante’”. In: *Cadernos do IL*. Porto Alegre, n.º 43, dezembro de 2011, pp. 283-294.). Talvez vendo em Genoveva um eco das heroínas da primeira fase, Márcia de Fátima Martinez e Marcos Hidemi Lima observam que “não ficamos sabendo exatamente se foi ela conquistada pelo mascate ou se a ação partiu dela, numa possível demonstração de jogo de ascensão social a que as mulheres pobres eram

Há um elemento de cálculo pela sobrevivência, portanto, presente em sua decisão, mas um tipo de cálculo que curiosamente prescinde das medidas pactuais e modernas que costumam orientá-lo em sociedade formadas. Nem por isso deixa de estar conforme às circunstâncias, e a congruência entre irrelevância da Lei e autoconservação é uma matriz da literatura de Machado, obviamente prima de seu curto-circuito cômico entre postulado burguês e transgressão local. Ora, o impulso puramente auto-preservador pode parecer à primeira vista um traço individualista extremado; todavia, nada mais distante da ideia de formação individual do que a lepeidez acomodatória da vida pobre e despida de toda garantia, tendo a todo instante que se adaptar à nova ocasião que se apresenta. Sua disposição flexível por necessidade, se por um lado torna imperativa e quase diria absoluta a finalidade de se perpetuar, por outro deixa por terra toda identidade, toda possibilidade de dar sentido ao acúmulo pessoal, que é o esforço mesmo do processo formativo. Este nem por isso deixaria de entrar em crise à altura do desenvolvimento do trabalho machadiano, e justamente pela descoberta da persistência, ou melhor, da produção de uma desidentidade individual em razão da própria individuação. Negando-a, aquele individualismo falho da vida pobre — complementar àquele do capricho senhorial — falava a verdade do individualismo heroico do dezenove. Talvez seja este conjunto de determinações que Paulo Arantes procurou sugerir a afinidade do conceito contemporâneo de *individualismo negativo* e manifestações características da experiência de ex-colônia⁹.

Desse ângulo, o desconcertante da reação de Genoveva está na atitude desabusada com que lida com a oposição verdadeiro/falso, despojando-a de seu aspecto absoluto: “Pois sim, Deolindo, era verdade. Quando jurei, era verdade”. Comentando o conto, Alfredo Bosi ordena os arcos de suas personagens conforme a sequência mentira/verdade, nas atitudes de Genoveva, e verdade/mentira, para Deolindo, que finge ter passado a tal noite de almirante diante dos companheiros¹⁰; a reversibilidade entre os termos, se corresponde à ação, não obstante parece-me desestabilizar o próprio binômio. Dizendo que a verdade de ontem já não tem mais cabimento hoje, nossa protagonista sobrepõe à forma universalista da moral burguesa a adaptabilidade efetiva constantemente cobrada pelas circunstâncias mudadiças da

submetidas na época” (LIMA, Marcos Hidemi; MARTINEZ, Márcia de Fátima. “Mentira e dissimulação em ‘Noite de almirante’”. In: *Revista Línguas e Letras*. Londrina, vol. 9, n° 17, 2° Sem. 2008, pp. 149-159).

⁹ ARANTES, Paulo. “A fratura brasileira do mundo: visões do laboratório brasileiro da mundialização”. In: *Zero à esquerda*. São Paulo, Conrad, 2004, pg. 41.

¹⁰ BOSI, Alfredo. “A máscara e a fenda: sobre alguns contos de Machado de Assis”. In: SILVEIRA, ÊNIO; et al. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, pg. 138.

sobrevivência. Em sua análise, Jair Lopes Barboza ¹¹ nota nesta relativização do preceito racional e universal pela luta de todos contra todos a marca das predileções filosóficas de Machado; assim, teríamos aqui uma anedota ilustrativa da polêmica de Schopenhauer quanto ao imperativo categórico kantiano, o qual predica “o agir segundo máximas da razão de tal maneira que a nossa ação se torne uma lei universal”. Segundo o que postula a filosofia da vontade, “não se pode querer no passado, mas apenas no presente, porque a forma da vida, na qual ela se manifesta, é um eterno presente”; a guerra dos egoísmos, movidos invariavelmente por impulsos instintuais que se assenhoram do sujeito e exigem satisfação imediata, desarticula necessariamente a cronologia e se ri da pretensão racional e generalizante do progressismo esclarecido. Entre parênteses, estamos aqui tratando de um ponto de honra do irracionalismo oitocentista, que se imaginaria confirmado em sua apropriação particular da ideia darwiniana da seleção natural. De todo modo, ainda que não se possa ignorar o peso destas leituras numa literatura filosofante como a machadiana, do ponto de vista deste estudo o que ocorre com tais influências no trabalho literário propriamente dito é menos a ilustração alegórica sem mais das ideias pelos textos do que sua reconfiguração conforme uma forma objetiva, praticamente efetiva e socialmente específica. Nesse sentido, a falência das formas do universalismo burguês é um resultado do processo social, e não uma opinião consciente do autor, ainda que esta possa se explicar pela instrução de sua experiência pelas coordenadas da prática.

Para falar diretamente ao leitor e chamar sua atenção, o narrador interrompe o diálogo e o registro descritivo chamando-nos por “vós”: “que vos parece?”, e depois: “Vede que estamos aqui muito próximos da natureza”. O último comentário é voltado diretamente à candura cínica de Genoveva (empregamos essa caracterização porque o próprio narrador desiste de achar outra, mesmo achando-a imprópria), e provocou protestos da parte de Bosi. “Vale a pena perguntar: e o marujo Deolindo? O seu amor fiel, a crença na jura e o seu cumprimento? Seria, por acaso, menos natural que o comportamento de Genoveva? O que é natural e o que é social no plano dos sentimentos?”¹² A objeção do crítico tem fundamento mais amplo na leitura que faz da atitude machadiana no geral, e cabe aqui compreendê-la melhor. De um lado, Bosi identifica uma corrente contra-ideológica na literatura de Machado na medida em que esta dá a ver as assimetrias, as hierarquias e os movimentos arbitrários do poder, bem como as manobras

¹¹ BARBOZA, Jair Lopes. “Filosofia schopenhaueriana e literatura machadiana: em torno do conto ‘Noite de almirante’”. In: *Trans/Form/Ação*. Marília, vol.23, 2000.

¹² BOSI, Alfredo. “A máscara e a fenda: sobre alguns contos de Machado de Assis”. In: SILVEIRA, ÊNIO; et al. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, pg. 139.

imorais a que as necessidades obrigam os desamparados; por outro, verifica igualmente a tendência ideológica no fatalismo e na naturalização com os quais o retrato destes aspectos sociais é traçado, tendência facilmente explicável pelos modismos naturalistas *fin-de-siècle* que nosso autor reiteraria com formulações como aquela a respeito da proximidade com a natureza, a qual “não conheceria pecado, nem culpa, nem remorso, apenas necessidades”¹³.

Note-se que esta reserva de Bosi — de resto mais oscilante do que o que ficou formulado aqui — não é só sua, e noutros leitores de Machado encontraremos formulações parecidas, como se verá. Seu pressuposto é uma oposição entre história e natureza, segundo a qual toda tentativa de descrever a primeira nos termos da última incorre necessariamente numa mentira, à qual corresponde sua acepção de ideologia. Sem deixar, é claro, de levar este ponto em consideração, talvez seja mais interessante e mais conforme à labilidade da ficção machadiana não opor simplesmente história e natureza, mas descrever a relação destes como uma contradição, na qual, mantendo-se a diferença entre os polos, cada um passa pelo outro e o explica. Assim, a sensação de falha compositiva que se tem diante dessa sobreposição do fatalismo naturalista ao conjunto de relações sociais é inegável; no nosso caso, as motivações materiais de Genoveva para romper a jura e ir viver com o mascate José Diogo não são comentadas em momento algum pelo narrador, ficando a cargo do leitor estabelecer conexões desse tipo, presentes na matéria narrada e no entanto nunca prolongadas pela estilização narrativa. Nem por isso é caso de se mover um processo contra a estilização, como se fosse mero resultado da falsa consciência; antes, observemos que a disjunção compositiva de que nos ocupamos tem estatuto de método formalizador em Machado de Assis, que sistematiza a dissonância. Ao se tornar um princípio de configuração, o defeito garante *consistência* à sua literatura, ainda que inviabilize a sua *organicidade*, o que são outros quinhentos.

Organizada literariamente, a contradição entre história e natureza certamente diz algo da atitude daquele que configura, o qual se torna tão objeto da composição quanto as personagens propriamente ditas. De fato, como momento de autoconsciência da literatura brasileira, a produção de Machado faz da posição desta frente a seus materiais — sobretudo, sua insuficiência para lidar com eles do ponto de vista da unidade literária, critério tomado às literaturas-modelo e que nem por isso deixava de ser o nosso — um problema, uma questão a se refletir a respeito, indissociável da situação dos intelectuais de formação cosmopolita numa sociedade escravocrata. Retornaremos repetidamente à questão, mas vale por ora assinalar que

¹³ *Idem, ibidem*, pg. 141.

a visada fatalista toma parte daquele “bazar de estilos” que desfila ao longo da contística machadiana, que é uma característica dela que dificulta à crítica definir-lhe um princípio claro, e que é ele mesmo um modo de configurar essa disparidade entre literatura e o processo social, disparidade que contudo é um resultado significativo dele. De todo modo, se o uso estranhado e distanciadamente realista que Machado faz do lugar-comum cientificista ressalta o fundamento histórico do que é enxergado como natural, inversamente, a própria história é contaminada pela natureza. Isto é: visto sob a ótica das necessidades, ou ainda, movido por elas, o elemento histórico degrada-se ao nível do natural, o que longe de ser mero mascaramento filosofante é um índice significativo de um modo específico de se viver o tempo. E, se este é parte da história mundial ela própria, e nalguma medida a verdade dela, significa que esta mesma história põe a si mesma como natureza, ou ainda, a história segue *como se fosse* natureza. Reatando com o ensaio de Bosi, observe-se a interpretação que faz do capítulo do delírio, no primeiro e mais volúvel segmento das *Memórias póstumas*: “para Machado, o que atribuímos fundamentalmente à lógica interna do capitalismo em avanço e à sua moral da competição, seria, antes, um modo de agir entre defensivo e ofensivo, segundo a Natureza, aquela mesma Natureza egoísta e darwiniana, amoral e inocente, que assoma no delírio de Brás Cubas. A luta pelo dinheiro e pelo status aparece como prolongamento dos instintos, o que a expressão ‘segunda natureza’ resume tão bem...”¹⁴ Salvo engano, me parece que aqui, pela mediação deste último conceito citado entre aspas, Bosi se afasta da oposição natureza/história a propósito de uma passagem central para compreender essa dicotomia em termos machadianos. Pois, como se há de lembrar, a profundidade de vistas alcançada pela segunda fase de sua obra dependeu de uma mudança de ponto de vista social, dos de baixo para os de cima. Sem prejuízo da caracterização abjeta que faz destes, ou até da que eles fazem de si mesmos, é de seu ângulo que se configura a totalidade social, o que não poderia se dar da perspectiva dos que anseiam esperançosamente pela ascensão social num mundo fechado às carreiras individuais. Do ângulo proprietário, a vida social é uma selva onde manda quem pode e obedece quem tem juízo, e ela pode até funcionar assim, *mas nem por isso este funcionamento objetivo deixa de aparecer como um delírio*. A fantasia segundo a qual sociedade e história funcionam como natureza é isso mesmo, uma fantasia, mas nem por isso menos real.

¹⁴ BOSI, Alfredo. “A máscara e a fenda: sobre alguns contos de Machado de Assis”. In: SILVEIRA, ÊNIO; et al. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, pg. 126.

A experiência da história como se fosse natureza não é de modo algum estranha ao conto que estamos tratando de entender; pois, para além de ser movido pela pura necessidade e pelos objetivos míopes da autoconservação, o oxímoro que é uma história natural se revela também no aspecto cíclico que o tempo assume aqui. Vimos desde as primeiras linhas a progressão truncada da prosa de “Noite de almirante”, bem como sua repetição na elaboração do arco narrativo: o tempo passa e não produz diferença. Desse ponto de vista, aliás, mesmo a mudança de Geneveva da casa de Inácia para a do mascate implica só a passagem de uma dependência a outra, a qual pode ser desfeita tão rápido quanto aquela, bastando uma ofensa ou um amor novo. O círculo temporal que vemos então se desenhar leva da irresolução à irresolução, de um estado presente que não parece conduzir a outra coisa senão a si mesmo, o início como desfecho — nem é outro o efeito final deixado pelo conto. Porque não só espacialmente estamos de volta ao mesmo lugar de início, a corveta, como também Deolindo continua sem sua realização sexual e amorosa; nem por isso faltam os gracejos dos colegas do início, que seguem acreditando que Geneveva lhe tem afeição.

Isso posto, nenhuma destas considerações sobre a nulidade da passagem do tempo parece explicar o que há aqui de verdadeiramente insólito, que é a tranquilidade de Geneveva frente ao fato de que quebrara com sua palavra. Voltemos então alguns passos atrás, quando dissemos que a forma contratual da jura reiterava em ponto pequeno a articulação da vida social, opondo a este esquema — por si mesmo questionável, diga-se — a atitude da protagonista, que acusa justamente o seu caráter abstrato e perfeitamente revogável em face dos obstáculos materiais à sobrevivência, que aparece assim como objetivo principal, senão único. E justamente, a acomodação à toda circunstância, sem prejuízo da muita variedade que pode proporcionar, é incapaz de organizar propriamente o tempo: não acumula, e, repondo a autoconservação como único horizonte, nada supera. Pois, sem faltar com seu caráter abstrato, a responsabilidade que a palavra ganha ao assumir um compromisso com a norma e com a realização futura de uma promessa é ela mesma fiadora de uma possibilidade de mudança, o que hierarquiza e articula a experiência. Sem ela, resta o girar de uma vida que se perpetua, sem dúvida, e com astúcia, mas sem chegar a lugar algum, sem ganhar forma. Na vida que paga incessantemente tributo à norma, é como se as palavras prometessem sua verdade, ainda que sem cumpri-la de todo; na vida a que pertencem nossas personagens, é como se as palavras, dizendo a verdade e indicando a irrealidade daquelas promessas, servissem à legitimação da mentira. “Assim, o cinismo não é nem falsa consciência, pois é capaz de perceber a contradição entre o conceito e sua promessa não realizada; nem uma consciência reflexiva livre, pois seu

saber já está condicionado de antemão por uma existência que se tornou automática e transparente”; ele “se configura como problema por ser um mecanismo racional em uma sociedade irracional. Ou ainda pior, por ser legitimação mediante a desconstrução do legitimado”¹⁵.

Se levarmos em conta o parágrafo final do conto, com nosso protagonista expondo aos companheiros “um sorriso satisfeito e discreto, um sorriso de quem viveu uma grande noite”, aquilo que a princípio era traço idiossincrático de Genoveva perde em singularidade o que ganha em sistematicidade e fundamento geral. Não se trata portanto de mero retrato da esquisitice de uma moça movida a veleidades, mas da caracterização de um conjunto de relações. Afinal, como diz dele a ex-amada frente à exclamação da vizinha ao tomar conta de sua ameaça de suicídio, “Deolindo é assim mesmo, diz as coisas, mas não faz”; e de fato, pensando em todos os momentos da narrativa em que ficamos a par das promessas que a imaginação do rapaz fazia a si mesma, vemos que a descrição não é equívoca. Não apunhalou Genoveva, nem a sufocou, não chamou o mascate para um duelo, não suicidou-se. Tratando de seu gesto final de volta à corveta, o narrador nos diz que parece ter tido “vergonha da realidade e preferiu mentir”. Se é que se pode falar de algum gênero de aprendizado ao final dessa história, está justamente na consciência da inconveniência da verdade e da inutilidade de ser fiel: a única palavra que vemos Deolindo cumprir, a de não bicar nenhuma mulher na viagem de instrução, é a tolice de que cabe abrir mão nesse mundo de cada um por si. Um exemplo substantivo do didatismo derrisório e às avessas praticado por Machado de Assis, com o qual voltaremos a trombar. — Essa reversibilidade entre mentira e verdade, que como vimos vai se ampliando e qualificando ambos os pares do casal central, pode facilmente recair no caldo universalizante não apenas do repertório estilístico e filosófico que Machado mobiliza, sem confirmá-lo, mas também dos que em sua literatura enxergam o desenrolar do drama humano. Sem dúvida, a atitude cínica, como o resfriado, é possivelmente conhecida de qualquer pessoa em qualquer parte, sem que por isso seja sempre igual nem muito menos sempre consequência da mesma situação. Digamos então que tem uma pertinência específica a uma certa estrutura de relações, da qual participa certo regime ideológico, aquele dito de “segundo grau”, que procuramos

¹⁵ VIANA, Silvia. *Dom de iludir*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo em 2005, pg. 26. Cabe esclarecer que o conceito de cinismo aqui não corresponde à acepção do narrador. Estamos empregando-o na medida em que nos interessa a lógica de comum de funcionamentos ideológicos curiosamente análogos, cujo curto-circuito parece-nos revelador. Tampouco trata-se de aplicação conceitual imediata: há muita mediação nos desenvolvimentos históricos e técnicos entre um cinismo e outro. Sua convergência nem por isso deixa de trazer algo significativo, como procuraremos discutir nas considerações finais deste trabalho.

esboçar no início deste estudo. Veremos então as analogias que guarda com as condutas que o enredo de “Noite de almirante” explora e articula, sobretudo a saliência da prática como determinação do discurso, que passa longe da necessidade de coerência e consistência no tempo. Ou por outra: de que me serve o discurso quando não vem em auxílio da sobrevivência? Do mesmo modo, o dependente que recebe favores de um proprietário deve empregar as palavras que forem necessárias, independente de adequação argumentativa ou racional, para prestigiar seu protetor. O uso de diferentes ideologias, tons e estilos, medindo-se pela conveniência, só pode ser nesse sentido circunstancial, sem compromisso com permanências. Não se trata tanto de ver aí o caráter temporal da verdade, sua vigência restrita a dado momento, porque mesmo dessa perspectiva há articulação entre o que já foi tomado como válido e aquilo que o é agora; trata-se de variações segundo a oportunidade, ou uma relação sobrevivencialista com as ideias. Sem dúvida, um resultado crucial, para a gravitação ideológica, de uma estrutura social cuja reprodução se assenta num *espaço de exceção*, que coincide com o do *trabalho produtivo*. Nem a importância do reconhecimento alheio quanto ao pertencimento próprio e quanto à própria dignidade parece derivar de outra coisa; sem esta aprovação do olhar dos pares, o sujeito torna-se mais um subjugável, mais um eliminável. A guerra das aparências e das supremacias quaisquer é consequência lógica de uma sociedade assombrada por esse outro lado do trabalho, do qual a ideologia foi varrida pela força pura e cuja excepcionalidade por seu turno corrói a normalidade, conferindo-lhe a aparência imprevisível e amalucada.

Deixamos para o fim umas poucas considerações sobre um dos aspectos desse regime do reconhecimento social que tem, no caso de nosso conto, o caráter de um expediente formal: a *fofoca*. Não é da parte do narrador que ficamos sabendo nem da traição de Genoveva, nem da ameaça suicida de Deolindo, que são por assim dizer o ponto de partida e o ponto de chegada da situação que interessa de fato na narrativa; antes, a primeira é revelada pela velha Inácia nas boas-vindas ao rapaz, a segunda é uma indiscrição da moça à sua vizinha. Poderia se ter optado por contar a quebra da jura sumariamente, como se contou os amores antes da viagem. Também, seria mais conforme ao modo narrativo cênico pelo qual se representa o reencontro do casal que a última cartada do protagonista para reatar com a antiga namorada aparecesse num diálogo direto, sem mediação de terceiros. Quis a composição que fatos importantes da história viessem a nosso conhecimento pelo mexerico, dando função narrativa aos diálogos que salientamos, que se distanciam do drama assumindo o aspecto mediante e temporalmente distante do épico. O que pensar dessa escolha construtiva?

Num primeiro momento, o parentesco com a ambiência rixosa é nítido: nos vemos aqui novamente às voltas com aquele mundo de vizinhanças abelhudas e janelas comprometedoras, de sabor carioca e popular, que talvez tenha conhecido seu desenvolvimento mais acabado e sistemático, na literatura brasileira, no romance de Manuel Antônio de Almeida. Nessa sociabilidade de más-línguas, como se viu e se verá, a boa aparência deixa de ser uma futilidade entre outras, simples assunto reservado à *toilette* das senhoras, e ganha importância à parte. Aliás, trata-se do motivo principal, segundo nos informa o narrador, para a mentirinha inocente de Deolindo ao final; digamos então que a vergonha da realidade tem pertinência socialmente específica aqui. A desobrigação para com a verdade forma sistema com esse cuidado zeloso com o aparente; mas mesmo opô-los parece tolice dentro do universo machadiano, que dentre seus pontos-altos explora justamente aquela reversibilidade entre o sujeito e sua aparência social, tanto quanto aquela outra entre verdade e mentira. Tendo por aspiração última equivaler ao seu aspecto externo, a subjetividade termina por confundir-se com os signos de superioridade que ostenta, estabelecendo um relação entre máscara e interioridade, para falarmos com Bosi¹⁶, na qual em última análise a contradição deixa de existir: além daquilo que se apresenta e de seu público, não resta mais nada, como tão bem se vê em “O espelho”. Este passo é importante e vale a pena ser sublinhado, uma vez que não estamos tratando de bobagens veleitárias, de meras vaidades caprichosas com que o indivíduo recobre sua miséria, mas de um mecanismo socialmente decisivo; ou melhor: só mencionamos aqui *o capricho enquanto elemento decisivo do processo social* ele mesmo, cuja racionalidade — em termos burgueses — parece ficar em segundo plano em prol do elemento puramente arbitrário, próprio às manobras da dominação, do desdobramento histórico.

A fofoca deixa de ser um simples fato curioso e insípido do cotidiano para tornar-se uma forma da concorrência social, na qual articula-se a sua lógica. Dito isso, sua importância para a literatura de Machado não se esgota aí, e pode-se notar sua presença mais ampla e tácita em outras tantas instâncias. Assim, tendo em mira dentre outras uma análise de “O espelho”, Abel Barros Baptista assinala o quanto as fábulas machadianas têm, no geral, de *anedotas*, quase diríamos de causos urbanos, de pequenas histórias transmitidas boca-a-boca, sem maiores efeitos posteriores, compensando em malícia o que lhes falta em amplitude e articulação

¹⁶ BOSI, Alfredo. “A máscara e a fenda: sobre alguns contos de Machado de Assis”. In: SILVEIRA, ÊNIO; et al. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, pg. 117-149.

dramática¹⁷. Em contos dedicados à intimidade da classe proprietária, o tom de fofoca quase lembra a indiscrição da coluna social, a prosa lépida e efetista movida pelo interesse do leitor desatento, que deve ser seduzido a todo custo. Não estamos, creio, distantes do gênero da crônica no qual Machado instruiu sua escrita e do qual tomou recursos para a maturidade de sua ficção.

Vejamos enfim alguns exemplos. — Na abertura saborosamente canalha de “A senhora do Galvão”¹⁸, a voz narrativa afeta com deliberação a pose moralista de quem reprova a obsessão futriqueira deste mundo, que neste particular se volta contra um certo advogado e aquela viúva do brigadeiro; e acrescenta que assim se fazem as reputações, na maioria más, até porque há espanto quando boas. O narrador empertiga-se e fala da vida como de um livro, que no caso pode constar só de um prólogo e ter seu autor morto antes de tê-lo escrito — importa que “toda gente fala do grande livro que se lhe segue”. Entre parênteses, talvez não seja excessivo recordar aqui aquele sintoma de nossa vida literária amorfa designado por Antonio Candido como a síndrome da obra-prima perdida, das quais nossa literatura oitocentista era feita. De todo modo, para nosso propósito interessa sobretudo a imagem seguinte, em que se fala da anedota do conto e se trata de livros como compêndios de fuxicos; no caso do advogado e da viúva, “as folhas escreveram-se, formando todo um grosso volume de trezentas páginas compactas, sem contar as notas. Estas foram postas no fim, não para esclarecer, mas para recordar os capítulos passados; tal é o método nesses livros de colaboração”. Além do destaque dado pelo próprio texto à sua materialidade e ao raciocínio que preside sua composição, note-se que aqui a fofoca aparece metodizada, quase um desígnio construtivo; mais ainda, sua natureza sociável imprime à linguagem uma respiração coletiva, de conversação. Que o narrador que censura e se põe à parte tem gosto por essa dinâmica e é coautor destes livros fica claro quando, no desfecho do parágrafo, diz que a verdade era que o adultério não havia sido cometido, estava só planejado. Como são enxeridos, os outros! O pontapé do enredo, aliás, será um bilhete anônimo. — Igualmente na abertura de “A causa secreta”¹⁹, se por um lado quem nos fala quase indica com o dedo o lugar, o gesto, a expressão de cada personagem, como se subisse ao palco como *raisonneur* diante de uma cena interrompida e imobilizada, por outro faz questão de ressaltar que contará o caso porque já estão todos mortos. Tentando se passar por

¹⁷ BAPTISTA, Abel Barros. “A emenda de Sêneca”. In: *Teresa*. São Paulo, n° 6-7, 2006, pp. 207-231.

¹⁸ MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *50 contos de Machados de Assis*. Seleção de John Gledson. São Paulo, Companhia das Letras, 2007, pp. 296-302.

¹⁹ *Idem, ibidem*, pp. 368-77.

garantia de veracidade, o gesto faz lembrar daquele com o qual o fofoqueiro diz que o que sabe não é nada demais, garantindo nosso interesse e nossa cumplicidade. — Há ainda os contos que são conversas, nos quais o diálogo se volta ao passado, donde extrai um acontecimento insólito para animar o papo: caso de “Singular ocorrência”²⁰, onde dois cavalheiros discutem a vida amorosa pregressa da Marocas e seu caso com um rapaz “meio advogado, meio político”. Em todos essas páginas da vida privada proprietária, há um tom mexeriqueiro muito similar, inclusive nas preocupações com o que se pode ou não contar, nas negações (“não digo que não, mas...”), na distância decorosa que se procura manter até para, paradoxalmente, atizar mais um desejo voyeurista partilhado pelo próprio leitor. Articulada à retórica universalista que procura alçá-la a alturas filosofantes, esta matéria anedótica fará ora a figura rebaixada e mesquinha do cotidiano fluminense, ora a desautorização daquele saber enciclopédico, o que constitui o veredicto mesmo de Machado de Assis quanto às fraquezas e forças de seus antecessores locais. Noutro ponto, ainda, ela porta sobre eles uma sentença: reduzida à indiscrição intrigueira e provinciana da classe dominante, a literatura acusa a estreiteza do ambiente em que circula e onde ocorrem seus processos, bem como sua impotência para escapar de um confinamento cujas limitações intelectuais e artísticas ela só pôde superar ao reconhecê-las. O salto machadiano depende desse passo, no qual “o ‘homem do seu tempo e do seu país’ deixava de ser um ideal e fazia figura de *problema*”²¹.

O feitio conversacional da prosa machadiana madura, se registra a situação desta em relação ao e dentro do conjunto de relações em que se achava presa, é também outra qualidade que a faz convergir com as tendências literárias de ponta em seu momento. Ficando às claras uma fissura social que a fraseologia universalista burguesa não podia recobrir, a despeito de seu emprego continuado e equívoco, a literatura da segunda metade do dezenove procurou explorar as possibilidades do lugar-comum, mimetizando sua linguagem petrificada com intenção inimiga. Só então poderia ter ocasião, por exemplo, o entusiasmo de Flaubert ao noticiar a uma correspondente assídua que conseguira encher duas páginas com todas as besteiras e platitudes de província a respeito da vida em Paris²². Em Machado há muito desse uso escarninho do clichê oficialesco; tome-se como exemplo a recorrência do chavão político local: o meio-caminho entre ideia e frase feita de que “antes de mudar as leis, é preciso mudar

²⁰ *Idem, ibidem*, pg. 204-10.

²¹ SCHWARZ, Roberto. “Prefácio”. In: *Um Mestre na periferia do capitalismo- Machado de Assis*. São Paulo, Duas Cidades/34, 2000, pg.11.

²² FLAUBERT, Gustave. *Madame Bovary*. Ed. Thierry Laget. Paris: Gallimard, 2001, pg. 490.

os costumes”, empregado em “A sereníssima república” ou em “A teoria do medalhão”, onde é recomendado como garantia de efeito sobre o público. Outro sinal do quanto a chegada da periferia ao primeiro escalão literário global é indissociável da regressão ideológica da sociedade burguesa.

II. VIVA A ESPERANÇA!

“*Terpsícore*” (1886)

I

Tratando de *O cortiço* e identificando como seu eixo narrativo o percurso do enriquecimento de João Romão, Antonio Candido indicou que Aluísio Azevedo foi “o primeiro dos nossos romancistas a descrever minuciosamente o mecanismo de formação da riqueza individual. Basta comparar seu livro com as indicações sumárias de Macedo, Alencar ou Machado de Assis, nos quais o dinheiro aparece com frequência, mas adquirido por herança, dote ou outra causa fortuita. Pesando, é certo, mas como um dado já pronto no entrecho”²³. Não será inútil reforçar este último ponto. O dinheiro não estava de modo algum ausente da literatura brasileira do dezenove: basta lembrar que suas transações dão nome às partes e organizam o todo de um romance como *Senhora*. Pois justamente: a peripécia – sempre em maior ou menor grau um motor do enredo de extração romântica – ficou neste exemplo encarregada de fazê-lo cair do céu, como herança do avô desconhecido. Uma surpresa, não uma conquista. A onipresença temática do dinheiro tampouco desdobra seus mecanismos próprios; ele importa apenas como força corruptora, que dissolve os laços autênticos do coração em troca de cálculos vis. É a dialética romântica e moral entre virtude e degradação, como observou Roberto Schwarz²⁴, o que importa aqui, e no final, redescoberto o sentimento que a vida social interditou e recobriu de preocupações sujas, podemos imaginar que a riqueza abandonará seu aspecto problemático e comprará bonitas molduras para enfeitar o quadro do amor reencontrado.

É fácil transpor a observação de Candido para os contos machadianos. Neles, surpreendemos numerosas situações nas quais o dinheiro, central enquanto assunto do texto, é obtido por empréstimos, testamentos, loteria etc. Para aquilatar a diferença que nos ocupa em termos de seu tratamento literário, poderíamos lembrar do romance balzaquiano, no qual toma também o lugar de linha mestra, mas em funcionamento diferente. Pois aquilo que Balzac procura articular em prosa e entrecho é justamente a reorganização da sociedade francesa

²³ CANDIDO, Antonio. “De cortiço a cortiço”. In: *O discurso e a cidade*. Rio de Janeiro, Ouro sobre Azul, 2011, pg. 111.

²⁴ SCHWARZ, Roberto. “A importação do romance e suas contradições em Alencar”. In: *Ao vencedor as batatas*. São Paulo, Duas Cidades/34, 2000, pg. 47.

oitocentista por essa nova mediação social que é o dinheiro, e suas implicações. Aí se inicia o processo contraditório segundo o qual as partes de uma sociedade só podem se relacionar com o produto de seu trabalho de modo privado; são reduzidas a mônadas, ou ainda, a indivíduos particulares cujo relacionamento e associação só se dá em função do interesse particular determinado por uma racionalidade de registro exclusivamente econômico, cuja separação de seu fundamento social é social ela mesma. A articulação romanesca dessa matéria, o realismo demoníaco balzaquiano, ou ainda, sua disposição generalizante e exagerada, dá a dimensão desse movimento tectônico no tempo histórico. Cada situação e cada personagem ganharão contornos em função de seu relacionamento com estas transformações, de sua luta ou de sua acomodação quanto à força no novo nexos social. Rompida a identidade do sujeito com a posição, determinada pela imagem pré-capitalista do mundo, o indivíduo aparece como autodeterminado; mas justamente sua liberação só foi possível como exigência de uma teia abstrata de relações sociais cuja reprodução se guia por uma dinâmica cega, a que corresponde o “sujeito automático” de Marx. A aspiração individual passa assim de mola a bloqueio na circulação; esta lhe impõe a lei da equivalência. Essa tensão é o movimento propulsor do romance de Balzac. Comentando *O pai Goriot*, Schwarz aponta que, como “referência absoluta de tudo o que acontece, o dinheiro deixa de ser um assunto entre outros. A sua propriedade de medir qualidades humanas numa escala quantitativa, tornando-as intercambiáveis e mercáveis, dita a forma interna do romance. A transformação de qualidades pessoais em mercadoria é o movimento geral do livro”²⁵.

Outro lugar cabe ao dinheiro em Machado. Sua obtenção não está aberta aos esforços do esforço individual, e sua presença enquanto nexos social que inscreve todas as relações na faixa do cálculo econômico puro está relativizada pela recorrência de um outro nexos geral, o do favor. A comparação que estamos esboçando com Balzac não é arbitrária: o narrador de “O empréstimo”²⁶ é quem a faz, mas já a propósito de uma diferença em termos de medida formal entre romance e conto. Como que justificando a escolha pelo último, nos diz que, se o francês poderia resumir em trezentas páginas os trinta anos que dotam de sentido uma vida, nem por isso este deixaria de estar à mostra numa única hora, ou até espremido em minutos ²⁷. A

²⁵ SCHWARZ, Roberto. “Dinheiro, memória, beleza (*O pai Goriot*)”. In: *A sereia e o desconfiado*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, pg. 168-9.

²⁶ MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *50 contos de Machados de Assis*. Seleção de John Gledson. São Paulo, Companhia das Letras, 2007, pp. 138-45.

²⁷ Abel de Barros Baptista discute os desdobramentos para a contística machadiana em geral destas observações de “O empréstimo”, começando por identificar-lhe o narrador e o procedimento: “é o ‘espírito repousado’ que

preferência de Machado pelo caso breve, vale observar, atravessa inclusive a composição fragmentada de seus romances. É certo que a passagem sem mediações do registro anedótico para o filosofante, componente mais reconhecível do humorismo machadiano, ligada ao desencontro local entre experiência e linguagem forma nossa própria matéria, responde em parte por essa opção formal, mas não totalmente.

Porque o que nos interessa é identificar aquele ponto de articulação no qual um processo histórico assume tal generalidade e organiza de modo tão coerente o conjunto das relações sociais que a sua dialética é capaz de sustentar com igual consistência o espaço interno de uma obra. Esta junção pela qual a realidade social passa à ficção, já a descrevemos brevemente acima, a respeito de Balzac. A extensão romanesca se encaixa bem à trajetória cumulativa do indivíduo decidido a empreender a própria existência; o esforço compressor machadiano, contudo, vai noutra direção e procura na brevidade e no repentino o sentido de um todo de resto ignorado. Então, poderíamos traçar um paralelo entre esse momento breve em que se decide o sentido de toda uma trajetória individual, contingente mas nem por isso alheio a injunções sociais nem menos decisivo quanto ao destino de um sujeito, com aquele outro, o momento de prestação e reconhecimento do favor. A transformação inopinada que importa por uma vida, o revés súbito, são implicações de seu funcionamento. Seus efeitos para o romance podem ser estudados a partir do enredo de *Iaiá Garcia*, em que entre uma xícara de chá e outra, com a mudança do objeto do desejo de um rapaz proprietário, muda também o enfoque da narrativa²⁸. O tempo do favor, ou ao menos o modo como é sentido pelos que dele dependem para sobreviver, é *um presente que é tudo*, para recuperar os termos de “O empréstimo”. Nele, o dependente vê sua pessoa confirmada não apenas enquanto não-escravo, o que é sem dúvida parte importante do jogo latente de reconhecimentos, mas a possibilidade de sua

pôde decifrar o caso e desentranhar-lhe a filosofia. Cumprida essa condição, divulga a ‘anedota’. O nosso ‘espírito repousado’ pertence a uma rede de figuras ficcionais contadoras de casos inusitados, ou que dizem inusitados, que não inventaram, mas dos quais deduziram, ou reclamam ter deduzido, alguma ‘lição’, ‘máxima’ ou ‘filosofia’. Este traço, em regra, sobrepõe-se à condição de protagonista ou testemunha; de facto, até os narradores que contam a história que viveram ou a de outro que testemunharam justificam a narração, não com o facto de terem vivido ou presenciado os acontecimentos narrados, mas com a capacidade de os interpretarem: procedem como se a ‘anedota’, em si mesma, fosse quase nada; como se tudo, ou quase tudo, fosse esse suplemento interpretativo, porque nele fundam a competência para a transmitir e a razão da transmissão. Mas já a referência ao sentido filosófico dos coletes sugere que a hierarquia implicada não é séria, embora possa ser e aliás seja eficaz”. Por isso, “[a] forma machadiana inclui ainda o exame desse trânsito da parte para o todo, do particular para o geral: investiga, ficcionalizando-a, a possibilidade de apertar a vida inteira numa hora, acrescentando-lhe outra: a possibilidade de ver a vida inteira apertada numa hora”. BAPTISTA, Abel Barros. “A emenda de Séneca”. In: *Teresa*. São Paulo, n° 6-7, 2006, pp. 207-231.

²⁸ SCHWARZ, Roberto. “*Iaiá Garcia*”. In: *Ao vencedor as batatas*. São Paulo, Duas Cidades/34, 2000, pg. 151-231.

autoconservação. Longe de ser uma fraqueza literária de Machado, a obtenção discricionária do dinheiro, no geral devida a um elemento arbitrariamente posicionado na trama, sem maiores explicações, sem esforços anteriores ou um percurso que justifique sua aquisição súbita, cristaliza uma dinâmica social na qual o discricionário, o arbitrário e o súbito têm estatuto regulador; correspondem ao funcionamento da dominação. Saltando um pouco na análise, podemos incluir naquela lista dos eventos repentinos dispostos para proporcionar um alívio breve, na qual já consta o bilhete de Porfírio em “Terpsícore”, a aparição salvadora – para Candinho – de Arminda em “Pai contra mãe”, ela que de repente estava ali. Pensando bem, o empréstimo ou o testamento funcionam nesta literatura como formas tão ao acaso e contingentes de se ganhar a vida quanto o jogo e a loteria, na sua dependência de uma vontade ao menos por um instante soberana e tão imprevisível quanto a sorte; virá ainda a ocasião para analisarmos se no universo machadiano o trabalho escapa a este funcionamento e oferece uma saída. Machado torna sinônimas ambas as acepções correntes da palavra “fortuna”.

Outro exemplo nesses contos de um funcionamento peculiar do dinheiro aparece na “Anedota pecuniária”²⁹ em que nos é apresentado um homem, o Falcão, cuja “feição capital” é “a voracidade do lucro”. Voltaremos a este tipo de caracterização mediante um traço fundamental e inarredável da personalidade. Importa que no caso deste protagonista, o lucro não é visado como um fim em si. Não é o egoísmo do *homo oeconomicus* que o impele, mas algo que o narrador sintetiza como um “erotismo pecuniário”: o Falcão passa longos minutos acariciando com os olhos as notas estrangeiras nas lojas de câmbio, fita amorosamente seus papéis e rolos de ouro, abre mão de suas enteadas, filhas de criação cujos cuidados lhe devolviam o gozo da passividade, em troca de uma recuperação dos prejuízos numa venda de ações e de uma coleção numismática. O papel simbólico e não economicamente condicionado do dinheiro na economia sexual psíquica seria um tema estudado pela psicanálise, como se sabe, catalogando mais um dos desvios e mal funcionamentos da norma preparados por sua própria instituição. Machado o surpreende na galeria de seus tipos monomaníacos locais, e novamente o erotismo assume feição escópico, o prazer reversível de olhar/ser olhado, importante também em “Terpsícore”, como se verá. Mais ainda, o dinheiro para pura contemplação é associado pelo próprio narrador a outro tipo de olhar desinteressado, aquele do

²⁹ MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *50 contos de Machados de Assis*. Seleção de John Gledson. São Paulo, Companhia das Letras, 2007, pp. 241-9.

esteticismo: guardando não para gastar, mas para olhar e gozar olhando, Falcão estaria praticando uma variante da arte pela arte.

Aliás, desde “A causa secreta” que esta coincide com a realização arbitrária da ideia fixa, do desejo obsessivo e estranho, quando Machado caracterizou a contemplação da violência por um sádico como um estado apenas comparável ao do desfrute artístico – o de um “vasto prazer, quieto e profundo, como daria a outro a audição de uma bela sonata ou a vista de uma estátua divina, alguma coisa parecida com a pura sensação estética”. Este “diletantismo *sui generis*” nos remete de imediato à gôndola interminável das abjeções de classe dominante escravocrata e seu sentimento de vida que exclui toda delimitação civilizada entre si e outro. Mas não creio que ficar restrito à caracterização moralista e psicologizante da figura do proprietário como um perverso, a quem uma educação europeia bem-feita teria corrigido os defeitos, resuma suas possibilidades. A cultura como símile da perversão diz respeito a uma experiência cultural e seu funcionamento; a extensão do raio crítico desta figura de linguagem, note-se, é elástica. Num primeiro momento, podemos pensar naquela tipificação negativa da cultura brasileira, reduzida ao que tudo indica ao desfrute arbitrário afinado com as disposições igualmente veleitárias de uma classe dirigente irrefreada pelo direito moderno e pela luta popular. Na ausência de um acúmulo estruturado de reflexão social quanto aos processos da vida local, tendo o capricho como princípio diretor das transformações que ocorriam na cultura, contando com o agravante fundamental dos desembarques sem mais do influxo externo, que redefiniam o estado da arte sem levar em consideração os esboços locais anteriores – a vida literária local ficava aquém das exigências de consequência e coerência com os antecessores que vinham definindo a marcha das transformações artísticas na Europa do capital. Aquém, portanto, da *racionalização* que marcava lá os processos da cultura burguesa.

Até este ponto, nenhuma novidade; este é um tema recorrente na tradição crítica brasileira, e forma um dos tantos capítulos de nossa inorganicidade de batismo. Para aquilo que nos interessa, recordemos uma passagem na qual Schwarz compara Machado a Flaubert – autores pertencentes, a seu ver, a um mesmo patamar de realização estética – em termos das relações que ambos estabelecem com as tradições em que se inscrevem. Se o francês, de seu lado, alcançou apurar um desígnio formal revisando as obras sobretudo de Stendhal e Balzac, e o instituiu como um norte de sua prosa, a qual efetiva “na sua pureza o ideal da prosa narrativa moderna”, por seu turno Machado, sem deixar de manter relações com esta linhagem que desembocava em Flaubert, e seguindo ainda que por vias diversas seus mandamentos de objetividade e dessubjetivação, parecia um artista “menos ‘necessário’”. Isto porque sua força

não reside na consistência plenamente desenvolvida do desígnio formal generalizante, mas antes na cacofonia, no desconjuntamento entre elementos retomados da frágil tradição romanesca local e recursos do humorismo inglês setecentista, que constituem o aspecto mais saliente e espetaculoso de sua prosa. A heterogeneidade irresolvida, a má infinitude e o arbítrio na disposição de estilos e formas diagnosticavam a inviabilidade de um processo formativo e racionalizante nos termos que nos serviam de modelo, e desacreditavam do completamento deste no âmbito brasileiro.

Mas não só dele: num segundo passo de expansão do raio crítico do símile que estamos procurando compreender, é o próprio exemplo, a própria norma que nos balizava que passa a alvo de problematização. Note-se assim que o esteticismo, transmutado em doutrina da arte burguesa em fins do dezenove, significou paradoxalmente um passo decisivo de sua autoconsciência em relação à práxis social: tomando-se por objeto exclusivo, ela entrava no estágio de sua autocrítica, na qual se inserem as vanguardas históricas e a liberação de todos os meios para uso dos artistas³⁰. Vieram os esforços de racionalização da nova arte em relação a seus materiais, e estes se depararam com novas antinomias; por fim, a racionalidade artística teve de se confrontar com seu elemento regressivo e de arbítrio. Aos poucos, portanto, se foi desenhando “um sentimento histórico diverso, hoje muito forte, que nada é mais real do que a heterogeneidade do tecido literário, do que o efeito desencontrado, de corpo estranho”, que é um resultado histórico da evolução da arte autonomizada *bem como* o efeito mais notável da prosa machadiana³¹. Seja como for, já a arte *fin-de-siècle* prenunciava o encontro entre centro em crise a periferia, que ganhava uma voz inédita na história da arte ocidental. Para o caso do símile machadiano entre *l’art pour l’art* e crueldades proprietárias afiadas no escravagismo, vale a observação de Peter Bürger, para quem “um dos aspectos inquietantes e nem sempre suficientemente analisados do esteticismo é sua afinidade com a violência”³², a começar pela violação do real. Chamuscar um ratinho, ouvir uma sonata: a aproximação tem algo de deboche das presunções esclarecedoras e libertadoras que a educação estética já propôs à humanidade, ou ao menos a uma parte dela; a brutalidade com que Machado contrapõe a promessa e o sentido

³⁰ Cf. BÜRGER, Peter. *Teoria da vanguarda*. São Paulo, Cosac&Naify, 2012.

³¹ SCHWARZ, Roberto. “Sobre a ‘Formação da literatura brasileira’”. In: *Sequências brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, pg. 21-2.

³² BÜRGER, Peter. “Naturalismus-Ästhetizismus und das Problem der Subjektivität”. In: BÜRGER, Christa *et al.* *Naturalismus/Ästhetizismus*. Frankfurt/M, Suhrkamp, 1979, pp. 45-6, *apud* SCHWARZ, Roberto. “Questões de forma”. In: *Um Mestre na periferia do capitalismo- Machado de Assis*. São Paulo, Duas Cidades/34, 2000, pg. 185.

efetivo que o processo tomou não deixa, todavia, de ser uma reivindicação e um lembrete de que a promessa que não vale para todos é corroída pela sua própria exceção.

II

Para entrar na análise de “Terpsícore”, que irá nos interessar agora, e reatando com o fio temático que estávamos recenseando, retomemos a observação de Davi Arrigucci Jr., que a propósito do conto nota que nele o dinheiro está “presente, em baixo contínuo ou em surdina”³³. Na abertura da narração, aparece em primeiro plano. A cena que observamos de início nos introduz às atribuições econômicas do casal Glória e Porfírio, a quem as contas, dívidas e gastos parecem tirar o sono. Sua esposa o encontra já acordado, sentado na cama, um tanto irritadiço e em postura de quem está imerso em preocupações; fita a parede, e com efeito a situação em que se encontra é de quem está sem horizontes ou saídas à vista para uma situação desconfortável. Há um *emparedamento*³⁴ acusado logo na primeira linha, portanto, posto como uma situação dada – Glória abre os olhos e é com ela que se depara, e nós leitores a acompanhamos. Pois a abertura do conto coincide com o primeiro olhar matinal da mulher, o que repercute imagetivamente a escolha do recurso formal empregado aqui. Como Arrigucci também pontuou, a opção pela cena, pela apresentação dramática direta da situação, com maior uso do diálogo e intermediação narrativa próxima às descrições das rubricas, não é comum em Machado, ou pelo menos, não é sua particularidade. Em lugar da “técnica da intrusão irônica à maneira de escritores do século 18, como Sterne ou Voltaire”, há maior proximidade com o “modo flaubertiano da história que se conta a si mesma”³⁵, com direito ao indireto livre.

Cabem aqui todavia duas observações. Primeiro, este não será o único procedimento empregado ao longo de todo o conto, o qual, como gênero narrativo curto, demanda eventualmente maiores saltos e, assim, uma mão mais pesada de quem narra; a sequência que sucede à cena inicial, como se verá, está em modo sumário, perpassando com ligeireza os acontecimentos. O que traz implicações importantes para a construção das personagens, adiantemos, porque o direcionamento claro dos acontecimentos é um modo de fixar comportamentos recorrentes e, por consequência, um caráter, um traço a tal ponto

³³ ARRIGUCCI JR., Davi. “Obras do acaso”. In: MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Terpsícore*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1996, pg. 11.

³⁴ *Idem, ibidem*, pg. 12.

³⁵ *Idem, ibidem*, pg. 10.

preponderante na personalidade que a converte em efígie, quase diríamos uma alegoria de uma disposição humana. Lembre-se de “D. Benedita”, cuja repetição sempiterna de uma mesma atitude – a veleidade, em ciclos incessantes mas monótonos de invenção e abandono dos projetos e ideias – dá lugar ao final à aparição fantasmagórica, demoníaca de um espectro que a personifica. Em segundo lugar, justamente esse uso do recurso objetivo com inclinação para o alegórico inscreve o procedimento flaubertiano na órbita dos muitos estilos de que dispõem os narradores machadianos, qual num bazar. Ainda que a intrusão sumarizante *à la Sterne* tenha um aspecto mais singularmente machadiano, ou talvez por isso, é na variação estilística, mais que opção por um único estilo, que podemos identificar um denominador comum de sua obra.

De todo modo, o ambiente com que nos deparamos na descrição é pobre: a colcha é de retalhos, é preciso acordar cedo para ir à oficina, o almoço é sumário, café e pão, e não se come, se engole. Que algo preocupa o marido é indicado pelo gesto da esposa, que nos aparece cuidadosa, distraíndo-o com carinhos e frases feitas de esperança, a qual já aqui aparece ligada à superstição vaga (“Deus arranjará as coisas”), como adiante, mas também a uma confiança na possibilidade de resolver problemas do dinheiro fazendo uso das relações pessoais, que são ao que parece o importante. Assim, as ameaças de despejo do senhorio são menos ameaças propriamente ditas, apoiadas no direito de quem reclama da não observância de um contrato, que mero susto para apressar os pagamentos, um blefe contornável; no mesmo sentido, quando questiona o otimismo da esposa, Porfírio fala em empréstimos e a quem recorrer. O problema é que já não há mais ninguém. Fala-se num padrinho saturado das dívidas, a quem Glória diz que pedirá auxílio, tendo até uma estratégia em mente: vou com mamãe... O marido descrente diz que é à toa, se queixa do trabalho muito e do dinheiro pouco. Para ganhar o último, parece que o primeiro resulta inútil: os favores miúdos mais que o ofício de marceneiro garantem a vida. É na ambiência social dos que dependem desse mecanismo para sobreviver que nos encontramos, e note-se que aqui o trabalho parece pouco importar para tanto; ainda que se tenha um emprego, nem por isso a autopreservação e a estabilidade deixam de estar ameaçadas.

Acompanhando novamente o argumento de Arrigucci, a ausência de intrusão narrativa mais ostensiva é logo compensada com outros traços marcadamente machadianos, como a “naturalidade e leveza do diálogo” e a “caracterização dissonante das personagens”³⁶. Este último ponto se faz sentir desde a conversa matinal que abre a trama, e o contraponto Glória/Porfírio equivale àquele entre a esperança sem fundamento e o sufoco irritado de quem

³⁶ *Idem, ibidem*, pg. 10.

dá com a parede. Ele se queixa, ela sorri. Nem por isso estamos constatando marcas definitivas de personalidade, como se verás, e um e outro poderão recorrer em diferentes momentos ao otimismo vazio do senso comum – nem por isso desprezível. É do desenho irregular do sorriso de Glória que o narrador desliza para a retrospectiva dos namoros que dariam no casal e no café de manhã amargo. O primeiro encontro se deu quando Porfírio passou à frente de uma casa e avistou-a dentro dançando sensualmente uma polca, e foi pelo corpo que se apaixonou, corpo que despertara a curiosidade dos muitos que paravam ao pé da janela aberta. No universo social do conto de Machado de Assis, as janelas muitas vezes importam como brechas entre rua e casa pelas quais circula a moeda libidinal do olhar; aliás, na “Anedota pecuniária”, descobrimos que há uma categoria pejorativa para as moças que se debruçam por muito tempo sobre elas: “janeleiras”. O olhar alheio sempre encontra algo de interesse, e são muitas as situações, como esta, em que se formam aglomerados para ver uma carruagem, incidentes, festas bem à mostra numa casa aberta.

A janela passa a ser então uma metáfora do olhar. Em breve ensaio sobre “Terpsícore”, Benito Petraglia chama atenção para sua presença na abertura do conto: “o olhar de Glória confunde-se com a própria eclosão da narrativa. A narrativa se abre com Glória abrindo os olhos. É como se houvesse uma espécie de sincronia, de intrínseca relação entre abertura da narrativa e abertura dos olhos. O olhar do marido projeta a dificuldade, a complicação que lança para diante a narrativa. Portanto, um olhar dá início, o outro faz continuar”³⁷. O tema do olhar em Machado de Assis recebeu uma fenomenologia, como se sabe, por Alfredo Bosi, mencionado por Petraglia: “os olhos recebem (...) com prazer ou desprazer, contanto que estejam abertos, verdadeiras sarabandas de figuras, formas, cores, nuvens de átomos luminosos que se ofertam, em danças e volteios vertiginosos, aos sentidos do homem”³⁸; sua expressão pode condensar o sentido de um ato.

Novamente, o exemplo mais acabado é “A causa secreta”, em que o jogo de olhares subverte a distinção nítida entre as condutas das personagens no sentido de um espelhamento recíproco, e se articula formalmente nos deslocamentos do ponto de vista de uma consciência (ou um par de olhos) a outra. A ligação entre o olhar/ser-olhado com a vida pulsional e a

³⁷ PETRAGLIA, Benito. “Terpsícore: dançando diante de meus olhos”. In: *Via Litterae*, v. 4, n° 2, jul./dez. 2012, pp. 341-352.

³⁸ BOSI, Alfredo. “Fenomenologia do olhar”. In: *O olhar*. Org. Adauto Novaes. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, pg. 67, *apud* PETRAGLIA, Benito. “Terpsícore: dançando diante de meus olhos”. In: *Via Litterae*, v. 4, n° 2, jul./dez. 2012.

sexualidade – ou, nos termos de Bosi, o senso corpóreo e “materialista” possibilitado pela visão – compõe sem dúvida um enunciado dessa configuração, sem prejuízo de não esgotá-la: fosse um estudo de caso, o deciframento da personalidade enigmática, sua trama poderia se resumir à investigação psicologizante e detetivesca, *à la Poe*, contada em testemunho. O movimento do foco onisciente seletivo e as simetrias que constrói entre perspectivas a princípio opostas ultrapassam os limites da análise da pessoa no sentido da generalização do traço descoberto como sua feição capital. Isso quer dizer que a singularidade de um se espalha pelo tecido das relações e passa a caracterizar uma sociabilidade. E os contatos dessa são figurados pela onipresença da observação alheia, da qual já tratamos em parte falando da fofoca em “Noite de Almirante”. A vigilância recíproca nos termos de uma luta geral por um reconhecimento instantâneo qualquer, portanto indiferente a uma moral fixa e sujeita a toda sorte de fantasia autossatisfatória, foi identificada a propósito da rixa infinita que é o abstrato das relações entre a gente pobre e livre, e não está ausente do pedaço de mundo de “Terpsícore”. Assim, seu protagonista não fica indiferente ao fato de outros homens aplaudirem e observarem gulosamente a futura esposa e de outro estar ao lado dela: “misturava já à admiração o ciúme; tinha ímpetos de entrar e quebrar a cara ao sujeito que dançava com ela”. Só no plano imaginário já se observa a presença da sociabilidade rixosa, de uma dinâmica concorrencial não mediada.

Talvez parta daí um dos móveis das ações de Porfírio, que, caso constasse numa galeria de tipos, estaria na estante dos perdulários. Como repete a fortuna crítica a respeito do conto, o próprio significado no nome do protagonista, remetendo à “púrpura”, vai na direção da riqueza de do esbanjamento. Também “Glória” não é indiferente, e no primeiro encontro, em meio a aplausos e bravos, é chamada “rainha” pela polca que dança. Com efeito, a reunião sumária dos acontecimentos entre este dia e o da cena inicial concorre para a mesma imagem de opulência sem fundamento. De como se conheceram de fato, da decisão pelo casamento, não temos notícia: Porfírio alcançou o que queria em seis meses e isso basta. O que importa é salientar a repetição de um mesmo gesto, no compasso de três extravagâncias: primeira, os gastos (na escolha dos verbos, inclusive das horas) com um curso de dança, para não fazer feio ao lado da futura esposa; segunda, ceder à quantia pedida por uma casa pequena mas de frontal bem adornado; terceira, um casamento suntuoso, com muitos carros, seguido de uma lua de mel digna de um duque. Nos três casos, o papel das aparências é fundamental. Dançando pela primeira vez a polca com Glória, obriga a elogios invejosos os dançarinos concorrentes, que lhe estendem uns “olhos muito compridos”; a medida da satisfação que lhe proporcionam é partilhada pela esposa, que se derrete de contentamento. A casa quase metaforiza a situação do

casal, opondo a fachada de arabescos voltada para a rua com seu tamanho diminuto. A importância do bem-querer move Porfírio a ridicularizar, pelas costas e para riso alheio, as recomendações da sogra, que aconselha ir a pé à igreja no dia do casamento para poupar gastos. Qual a velha Inácia de “Noite de almirante” ou a tia Mônica de “Pai contra mãe”, vemos uma outra senhora precavida e seus alertas, também aqui ignorados, e mais, passíveis de riso. Glória ocupará ainda o posto de lembrete da prudência, logo dissolvida no afã festeiro do marido. Sua grande celebração não poderia passar por procissão a quem a avistasse, e teme o assobio alheio; “a lembrança da festa” deveria ficar “na memória de todos, servir de “termo de comparação para as outras festas do bairro, ou de pessoas conhecidas”. Para tanto, contrata cocheiros de farda, arranja *coupés* movidos a cavalos brancos³⁹.

A patuscada pode ser entendida como pertencente a essa ordem de eventos sociais de autoafirmação. Grande parte da crítica entendeu a inclinação teimosa de Porfírio para a ganância como uma afirmação subjetiva do desejo, da vida, do gozo, a despeito das injunções do futuro. “É que, em vez da história de um perdulário contumaz e patético, que sempre malgasta irresponsavelmente o que possui, sem conseguir escapar do círculo vicioso que o aferra à pobreza, nos defrontamos talvez com um homem que escolhe livremente o ato que o redime da sujeição degradante. Sujeição a um esforço que o afasta de si mesmo, roubando-lhe a própria substância humana. Fiel a si mesmo e ao desejo, Porfírio se entrega mais uma vez à dança, cuja ardência tudo consome até o raiar do dia”⁴⁰. Seu apreço pelas belezas – da polca aos arabescos

³⁹ Conforme o levantamento de Faoro, entre 1870 e o landau da elite do encilhamento o *coupé* “exibiu sua pompa, muitas vezes bizarramente decorado”, e, na literatura machadiana — “salvo no caso extremo, no caso perdido de Rubião — seria a carruagem dos sonhos de grandeza futura”. Em seus capítulos sobre os costumes de espetacularização de si da elite carioca, dedica um às carruagens e seus modelos ao longo do tempo, elegidas por Machado de Assis “para representar a realidade, em lugar do homem. A coisa fala e vive, tem uma função social e efeitos psicológicos, como se tivesse sua própria alma, haurida da madeira e do ferro. Há impressionante acúmulo de referências a carros — coches, seges, tálburis — que expressam o luxo, a pompa, a mediania, as aflições e as grandezas das personagens. O ruído das praças e ruas diz mais, muitas vezes, do que as alegrias íntimas ou a decepção oculta. Diz mais e quer o escritor que diga melhor, ao mesmo tempo que se esconde o narrador, fazendo aparecer o golpe sorrateiro de uma observação ou explicação, sem a intenção de observar ou explicar, sutilmente. Este o duplo efeito: visualizar o homem na coisa e dissimular, com aparente indiferença, o pedaço de papel colado às costas da personagem. Na carruagem se compreende um meio de transporte e o luxo que ela representa. As duas funções estão presentes, sendo, quanto ao luxo, o padrão mais próprio com que ele se mede. A carruagem atesta e certifica a mudança social, mostra o estado da sociedade, a decadência de certas camadas e o surgimento de outras. O Império se exhibe nos seus carros. Eles são o ponto de refração, que ajusta a estrutura social, prosaicamente composta de ricos e pobres, à criação literária. Os dois raios aí se fundem, para dar lugar a um painel expressivo, aparentemente fragmentário e desconexo, na verdade encaixado solidamente no mundo”. FAORO, Raymundo. “A pirâmide e o trapézio”. In: *Machado de Assis - A pirâmide e o trapézio*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976, pp. 40-53.

⁴⁰ ARRIGUCCI JR., Davi. “Obras do acaso”. In: MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Terpsícore*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1996, pg. 18.

de fachada, passando pelo vestido de seda azul e alfaiataria francesa com que insiste em apresentar a mulher – e a ganância desmesurada que a elas dedica teriam origem na vontade própria e compreensível, na escolha pelo partido do desejo e pelo princípio do prazer. Sem querer adiantar a análise, é de se notar que um tal esquema pressupõe, por um lado, um grau de consciência e agência ausente no âmbito da construção das figuras, onde o que interessa é o retorno irrefreável a uma mesma feição tirânica da personalidade; por outro, reativa uma oposição, aquela entre cálculo e imprevidência, precaução e imediatismo, que o curso da trama e sua articulação com as representações de Porfírio desfaz. Mas vejamos a questão mais de perto. A sensualidade é de fato presença constante no conto: é pelo corpo que se dá o apaixonamento, o movimento serelepe da dança cativa o observador; e antes mesmo de ganhar no jogo, Porfírio já enxerga Glória bem vestida depois de despi-la com os olhos, saboreando a beleza de suas curvas e fazendo-lhe cócegas. Note-se mais especificamente que esta presença é sempre acompanhada de um estímulo fantasioso; é indissociável das satisfações que a imaginação dá, e é esta quem despe a esposa do vestido surrado de chita para logo em seguida recriar a cena da rua da Imperatriz sem orquestra, apenas um cantarolar embalando o casal já distante das festas de antes, ainda que as agruras do depois, que é seu presente, não venham ter parte com eles.

Vejamos ainda outro exemplo do mesmo mecanismo de satisfação imaginária em funcionamento, agora voltado para outro objeto: “falava-se muito do pagode que o Porfírio ia dar, e do prêmio que ele tirara na loteria, uns diziam dois contos de réis, outros três e ele, interrogado, não retificava nada, sorria, evitava responder; alguns concluía que os contos eram quatro, e ele sorria ainda mais, cheio de mistérios”. A avidez da indagação alheia faz aumentar as proporções aos fatos, mas é aí que está a graça: assim como os lances de um leilão protestam sempre por um aumento no preço da coisa, a boataria serve à valorização da imagem pública, da reputação da pessoa. A fantasia sexual aqui não se volta para o corpo pelo corpo, mas no quanto a beleza do corpo pode ser *mostrada*, e por aí compreende-se a obsessão um tanto intrigante por aquilo que a reveste. A cotação pessoal demanda valorização constante mediante o reconhecimento dos olhos pares: o sexo e o dinheiro assumem uma economia homóloga. Mas justamente por isso que o desejo de que tratamos não é o desejo com artigo maiúsculo, é socialmente travejado, e nos termos do conto, que deixam ver um mecanismo rarefeito de sociabilidade. Sua denominação histórica é conhecida: “no favor” – enquanto nexos ideológico e momento de reconhecimento mútuo entre partes forte e fraca, sempre expresso numa linguagem adequada em sua sabida inadequação – “ou na rivalidade” – da qual a parte

proprietária está ausente, ao menos na medida em que corresponde à guerra concorrencial no mundo do trabalho sobrando a uma população economicamente descartável – “há uma valorização extremada das aparências, que ganham importância decisiva nas relações interpessoais do mundo escravista-clientelista. Assim é que a supervalorização de objetos externos, como as roupas dos meirinhos ou dos granadeiros, e mesmo a relação com um poderoso, propicia ao pobre certo abuso e algum deleite, desde que exposta como espetáculo para provocar a inveja dos outros”⁴¹. A festa de estrondo é a ocasião perfeita para tanto; é corda à imaginação invejosa dos convidados e dá o que falar, é onde se exhibe a destreza na dança e a novidade das roupas.

Uma imagem das celebrações de casamento ajuda a entender a origem do prestígio da patuscada: ela é “um hiato esplêndido na velha noite do trabalho sem tréguas”; quer dizer, não apenas é uma irrupção de prazer, mas uma interrupção da atividade exaustiva e degradante pela autoconservação. Aqueles que não dispõem dessas brechas, que não encontram minutos “alagados de gozo” nos interstícios da sobrevivência estão confinados àquelas trevas eternas: o discurso indireto livre enfileira as justificativas de Porfírio para o novo pagode, que passam pela lembrança da finitude de cada um – “que é que se levava da vida? Todos se divertiam; os mais reles sujeitos achavam um dia de festa; eles é que haviam de gastar os anos como se fossem escravos?”⁴². Assim como prestação e contraprestação do favor asseguravam às partes envolvidas que nenhuma era escrava, a festa afirma que se está do lado de cá de uma linha depois da qual há a pura dominação direta, que dispensa outro trato que o da violência. A observância dessa fronteira estava portanto na base de nossa vida ideológica, cujo funcionamento seria determinado por esse pressuposto de não universalidade, sem prejuízo de empregar a todo instante a linguagem do universalismo burguês. Seja como for, vê-se que para o homem livre pobre todas as cartas são ruins: a dependência é instável e, se algo ensinou o primeiro romance machadiano, incivilizável; o trabalho, além de pouco, não paga as contas e ainda por cima iguala ao escravo. E isto nada tem a ver com as disposições de Porfírio, que não lhe tem medo, diferente do intermitente Candinho de “Pai contra mãe”. Aqui, como falaremos,

⁴¹ OTSUKA, E. T. *Era no tempo do rei: atualidade das Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2017, pg. 87. Outra ocasião em que a pose restitui um pouco do amor-próprio perdido em função de uma vida áspera: avistando Porfírio, o credores fazem cara feia; “ele, porém, em vez de desculpas, dava-lhes dinheiro, com tal naturalidade que parecia nunca ter feito outra coisa”.

⁴² Na formulação de Benito Petraglia, “o trabalho de todo dia de quem ‘maneja a ferramenta’ e rende pouco não é uma atividade benfazeja. As festas, tanto a do casamento quanto a do pagode de arromba, são formas de diversão, vale dizer, ao mesmo tempo recreio e desvio da alienação e escravidão que o trabalho representa”. PETRAGLIA, Benito. “Terpsícore: dançando diante de meus olhos”. In: *Via Litterae*, v. 4, n° 2, jul./dez. 2012.

o trabalho também não é uma solução, é apenas um remendo para a sobrevivência; está entretanto na base da caracterização do protagonista, cujas ocupações pontuam a ação. Em “Terpsícore”, o trabalho não é sequer pano de fundo. Sua qualificação é puramente negativa, e só vemos Porfírio a caminho dele e de volta, na rua. Nada sabemos da oficina, só o sabemos marceneiro. A sobrevivência aparece inteiramente à mercê do adventício – ainda que, como se verá a propósito do outro conto, os tempos e contratempos da fortuna sejam parte constitutiva do tipo de trabalho que se está tentando definir.

Da reconstituição sumária dos acontecimentos entre o primeiro olhar de Porfírio lançado sobre Glória ressalta ainda um outro aspecto do conto, bastante enfatizado pela crítica: o elemento clássico. Aliás, presente desde o título, o qual traz a sugestão de que as situações da narrativa estariam sob a influência da divindade grega, uma das nove filhas de Zeus e da Memória inspiradoras de poetas, no caso, aquela que tem na dança o seu domínio. Falaremos mais adiante do significado desta relativização da história contada por uma força maior, conduzindo as ações de suas figuras em sentido aparentemente despropositado e conferindo-lhe um caráter cego. Por ora, vale observar a importância atribuída pelos estudiosos do conto à referência greco-latina. Assim, por exemplo, Thomaz Pereira de Amorim Neto, em artigo voltado sobre essa questão, fala numa experimentação sobre a forma da sátira menipeia e sobre os temas das letras clássicas, cuja mitologia apareceria misturada àquela do mundo judaico-cristão, implicando uma decadência do regime mítico visível desde o “rebaixamento” do poder de ação de uma deusa uma vez centrado sobre a vida pequena da pobreza carioca⁴³. Por outro viés, mais nietzschiano, Rogério de Almeida e Anna Carolina Ferreira Lima identificaram um “elemento trágico” na narrativa, uma alternativa ao imaginário dito cristão da providência enquanto “afirmação da existência e do que nela é transitório, efêmero e perecível” – donde a “hospitalidade para com as belezas” de Porfírio e a ênfase no corpo⁴⁴.

Sem prejuízo de captarem algo de seu objeto, as mencionadas análises se preocupam mais em rastrear citações do que qualificar sua relação efetiva com o conjunto da narrativa e avaliar o tom com que são costuradas ao tecido do texto. É inevitável que a atribuição de

⁴³ AMORIM NETO, Thomaz Pereira de. “Machado de assis, um amante das letras clássicas - análise de ‘Terpsícore’”. Parte do projeto de pós-doutoramento *As escolhas de Machado de Assis: Um estudo sobre o processo de seleção e escritura do contista Machado de Assis*, financiado pela bolsa PNPd (FAPERJ/CAPES).

⁴⁴ ALMEIDA, Rogério de; LIMA, Anna Carolina Ferreira. “Implicações do pensamento machadiano para o campo educacional: um estudo do elemento trágico no conto ‘Terpsícore’”. In: *Machado Assis em Linha*, vol. 8, nº 16, Dec. 2015.

significados unicamente a partir das referências mobilizadas soe um pouco arbitrária. Antes de prosseguir, contudo, há ainda duas imagens de sabor clássico num mesmo período que chamam atenção e merecem considerações: vendo a futura esposa dançando pela janela, “da rua, Porfírio cravou nela uns olhos de sátiro”, acompanhou-a em seus “movimentos lépidos, graciosos, sensuais, mistura de cisne e de cabrita”. Davi Arrigucci atribui importância central a esta última imagem, a qual talvez já contenha o destino do protagonista; “na imagem decisiva, que combina a elevada e nobre altivez do cisne com os movimentos baixos e sensuais da cabrita, se arma e irradia, com ritmo contraditório, o contraponto básico entre os níveis discrepantes de classe e os movimentos do desejo, a que aludem os respectivos bichos. (...) Nela, na verdade, arde e se espiritualiza, rarefeito e sublimado, o desejo, que é do corpo e do coração, de todo o ser, impelido, como na dança, de encontro à realidade material que tudo condiciona. Sugere, assim, pelos enlaces complexos que mantém com o restante do enredo, o embate nuclear entre o desejo e a falta, que marcará com seu ritmo dúplice a vida do casal”⁴⁵.

De fato, a mistura é desnivelada; seu desconjunto retoma algo da monstruosidade mítica do sátiro, meio bode meio homem, transmutada no entanto em outro ser. Arrigucci constata a discrepância de registros entre o cisne – forma sob a qual Zeus seduziu Leda no mito famoso – e a cabrita, interpretando-a como metáfora para o abismo entre a penúria do casal e suas aspirações digamos elevadas artisticamente. Justapõe os termos, cada um com sua semântica específica, a prática social de um lado, o desejo universalmente válido de outro – mas não caracteriza sua articulação. É na inadequação desta, no próprio desnível, que está o X da questão; menos talvez que a fixação séria do conflito em fim de contas inespecífico entre o que se pode e o que se quer, é o choque, não a harmonização entre registros heterogêneos o que está em questão. O humorismo malicioso que marca o andamento da prosa se deve em parte a esta junção a seco de linguagens diversas; conservam nalguma medida algo de matéria-prima, linguagem enquanto linguagem, donde sua inarticulação e o efeito de disparate. Amorim Neto já havia percebido algo neste sentido, pois a separação entre mundo mítico e o mundo do trabalho manual é uma exigência interna ao estilo clássico: que dizer de um marceneiro assimilado a um sátiro? Para atribuir seriedade à vida das classes dominadas, não custa lembrar, foi preciso desenvolver um estilo diverso, particularizante e trespassado de sentimento histórico. Aqui, a elevação universalista da figura clássica serve para indicar a

⁴⁵ ARRIGUCCI JR., Davi. “Obras do acaso”. In: MACHADO DE ASSIS. *Terpsícore*. São Paulo, Boitempo Editorial, 1996, pg. 17.

atenção sexual despertada pela polca da rua da Imperatriz. “Nesta convivência irreconciliada, em que se pode ver a cifra de uma situação histórica e cultural, os termos se ridicularizam reciprocamente. Aliás, a própria fixação enfática destes níveis, a ponto de se tornarem planos retóricos distintos, já é um recurso cômico, algo como um registro de alienação”⁴⁶.

A propósito da utilização da referência clássica por Machado de Assis, cabe aqui evocar outra ocasião em que a musa da dança lhe serviu de título, desta vez para o capítulo de *Esau e Jacó* em torno do baile da Ilha Fiscal⁴⁷. Ali, o narrador principia a reconstruir os interesses e as expectativas das principais personagens quanto à festa imperial em função da dança, ou dos “meneios de Terpsícore”; os anseios da carreira política, as futurações sobre os filhos, os flertes destes, tudo se concentra no evento. Novamente o tom de cronista social não escapa, acrescido da onisciência sobre suas personagens e do enciclopedismo: além da musa, também comparecem as bruxas de *Macbeth*, que saúdam o hesitante conservador Batista com augúrios estranhamente vertidos em “língua liberal, que sempre lhe pareceu língua de preto”. Nada mais exemplar do rebaixamento do repertório ocidental, nivelado aos anseios acanhados e à imaginação veleitária da classe proprietária escravocrata; tampouco se deixa de notar o quanto esse repertório, uma vez falido do ponto de vista de suas exigências próprias, participa do ambiente que a princípio criticaria. Se acomoda às fantasias pessoais, elas também em permanente vigília recíproca. e o narrador participa e se nutre dos hábitos mentais desse meio tanto quanto de suas histórias. Daí de novo a onipresença do olhar: diz que “a dança é antes prazer dos olhos que dos pés”, mesmo tendo censurado a mesma opinião a Natividade, que se compraz na observação dos passos alheios; D. Cláudia imagina a ponto de ver Batista conversando com “o imperador, a um canto, diante dos olhos invejosos que tentariam ouvir o diálogo, à força de os fitarem de longe”. E vê-se por este último exemplo o quanto tais projeções fantasiosas ganham em ridículo por uma ironia imposta pelo curso histórico, que as inviabilizaria seis dias depois do baile. Sem prejuízo desta comicidade específica, é preciso notar que o foco da narração não recai na História, mas numa vida mundana vazia de figuras que condensem em si as forças que movimentam o presente. Como é dito sobre Flora no capítulo, tudo parece ser vivido com o maior tédio, cuja valorização neste romance foi estudada

⁴⁶ SCHWARZ, Roberto. “Duas notas sobre Machado de Assis”. In: *Que horas são?* São Paulo, Companhia das Letras, 2006, pg. 170.

⁴⁷ Trata-se do capítulo XLVIII do romance. O texto de que nos valem para a análise consta em MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Esau e Jacó*. São Paulo: W. M. Jackson Inc. Editores, 1959, pp. 186-194.

por John Gledson ⁴⁸ . O sentimento de irrelevância dos acontecimentos é um ingrediente machadiano típico, a que se liga o enredo esgarçado e um outro resultado produzido pela referência clássica sem critério, que é o cancelamento dos desdobramentos próprios ao material histórico em prol de um traço abstraído e empobrecedor. Como observou Schwarz, a “incrível estabilidade das relações – ou injustiças – de base do país contribui de modo decisivo para conferir alguma coisa irrisória às datas magnas que registram as mudanças em nossa política. O próprio Machado foi se dando conta disso e acabou fixando a irrelevância das datas políticas como sendo o dado decisivo de nosso ritmo histórico, num bom exemplo de dialética entre experiência social e forma”. Permanência que não exclui a variedade e a correria dos fatos, sem que estes sejam capazes de se articular num sentido que empurre para frente. O tempo não se configura como progresso e as tensões que o saturam não engendram superações. Há algo de inalterável e cego que esse tempo não-progressivo brasileiro parece partilhar com a natureza mítica, e veremos também se imprimiu seu selo em “Terpsícore”, o conto.

III

Logo na segunda entrada de *Minha vida de menina* o leitor do diário se depara com uma pitoresquice brasileira pouco edificante, diversa do paisagismo de papéis de parede, ligada ao desamparo da pobreza de origem colonial. Benvinda, moça desvalida, chega para comunicar aos Morley que vai casar; estes perguntam sobre o noivo e sua ocupação, ao que a noiva responde com rodeios até ser espremida pela irmã e ter de informar que ele não tem uma perna. Com uma compaixão exclamativa mas meio cerimoniosa, a mãe de Helena questiona como vão viver e Benvinda retruca que não havia pensado sobre, e talvez nem precisasse, porque “viver a gente veve de qualquer jeito. Deus é que ajuda”⁴⁹. Vale a pena acompanhar o comentário de Roberto Schwarz, que enxerga como pressuposto da comicidade que comanda o andamento da cena o ângulo de uma superioridade esclarecida e de classe, a posição da razão previdente, da civilização do cálculo, que ri espantada da indigência e suas excentricidades. Sem que se perca a naturalidade e o bom humor dos que olham de cima, a hierarquia se desestabiliza quando confrontada com a resposta de Benvinda, para quem o mesmo cálculo resulta inútil e cujo desamparo não encontra nas virtudes do esclarecimento solução alguma. Temos “uma

⁴⁸ Cf. GLEDSON, John. *Machado de Assis: ficção e história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

⁴⁹ MORLEY, Helena. *Minha vida de menina*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, pg. 11.

confiança que nada justifica, complementar da pena sem compromisso que sentem os civilizados”, cuja mistura de naturalidade e indiferença atravessa a literatura machadiana, e, “aos poucos, atrás da mistura de familiaridade e distância, despontam o nada-que-fazer, a curiosidade, a culpa, o temor, o esquecimento etc. com que os brasileiros esclarecidos, mesmo hoje, encaramos o destino da massa pobre no país”. Verdade seja dita, tampouco os Morley levam muito a sério o cerimonial e a superioridade que no entanto sustentam, até porque eles também conhecem a dependência, sem a qual viveriam à míngua; o horizonte da pobreza igualmente os assombra. O “sentimento do alcance limitado e da utilidade apenas relativa das Luzes” é um dado cotidiano dessa gente vigorosa e educada porém pressionada pelas irregularidades da sobrevivência⁵⁰.

Em Machado de Assis, há mais de um conto em que o ponto de vista bem-posto e culto de quem narra se nutre daquela combinação de familiaridade e estranhamento diante da penúria. Sua estilização pode empregar referências, como dissemos, que aumentam a sensação de distância, sem deixar incólumes nem a citação nem a matéria social a que se refere. Da perspectiva destes narradores, para quem a civilidade e a razão contam como fermento do amor-próprio, a pergunta a formular seria a seguinte: por que os que não têm dinheiro insistem em atitudes tão estúpidas? Uma indagação a que parece querer nos conduzir “Terpsícore”, especialmente porque quando nos é repassada a lista de extravagâncias de Porfírio já temos em mente a pobreza ulterior, o que dá a tudo um ar de irresponsabilidade. A única manteiga que há para o almoço, com o qual voltamos ao presente depois da excursão no passado, é feita das ameaças de despejo do senhorio somadas às dívidas. Sai à rua aturdido rumo ao trabalho, que tem lhe consumido todo tempo e força; se queixa para si dos preços e calcula os gastos até a barreira da complacência, a partir da qual prefere perder as contas. A clemência consigo próprio é uma constante da psicologia do protagonista, bem como a inaptidão para os cálculos; como o Camilo de “Jogo do bicho”, “não queria saber do *déficit*. Posto que metódico, tinha o instinto de fechar os olhos à verdade, para não a ver e aborrecer”. Quando sente palpitar no coração a vontade de gastar ao ser tentado por um vendedor de bilhetes de loteria na rua, com a fêria no bolso, o cálculo obedece às mesmas coordenadas, primeiro o *déficit*, depois a imaginação esperançosa dirimindo a culpa. Por fim, decidido a jogar, escolhe os números que lhe parecem mais “bonitos, bem combinados, principalmente um deles, por causa de um 5 repetido e de um 9 no meio”; o narrador nos avisa que “ele, que não tinha cabeça aritmética, já os levava de cor”.

⁵⁰ SCHWARZ, Roberto. “Outra Capitu”. In: *Duas meninas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, pp. 63-6.

É curioso como estes traços de autocomplacência e incompetência matemática não são raros em Machado, e formam dentre os aspectos de uma outra personagem, por sua vez central em sua obra, além de pertencente a outro andar do ruinoso edifício social brasileiro. O doutor Bento Santiago, quando criança, também era pouco dado à aritmética, em contraste com a namorada, cujas inclinações calculistas diziam respeito além disso ao jogo hipócrita mas muito astuciosamente racional com o decoro paternalista, com finalidades nítidas. Diferente do vizinho, Capitu “sabe a diferença entre as compensações imaginárias e realidade, e não tem apreço pelas primeiras”⁵¹. Nem por isso o arbítrio caprichoso destas deixa de se fazer sentir na última, e o sentido final de *Dom Casmurro* aponta para isso: ali onde o poder é exercido sem contrapartida e sem tomar parte de um conjunto social organicamente estruturado conforme uma racionalidade previsível (se é que algo assim já existiu), onde sua margem de manobra é irrestrita, o Esclarecimento não tem vez.

Como ficam as indicadas autocomplacência e inabilidade aritmética de Porfírio? Serão marcas da natureza humana? Inclinações do caráter nacional? Vão aqui duas observações a respeito. Em primeiro lugar, a dinâmica rixosa que vimos em funcionamento na economia libidinal do olhar em “Terpsícore” comporta um momento de identificação com a parte forte da hierarquia social. Assim, podemos encontrar páginas da literatura machadiana nas quais escravos “janeleiros” postam-se nas casas de seus senhores à vista de todos e com cara de orgulho⁵²: são escravos, sim, mas de um senhor muito importante e rico, e algo de seu sol rebrilha nos que lhe servem. É irresistível constatar aqui, entre parênteses, um desvio malicioso e substancial da dialética entre senhor e escravo. Pois no nosso caso é como se o servo se fizesse sujeito não se opondo, mas identificando-se com a dominação; se esta subjetivação obedece ou não os quesitos da individuação, é aqui indiferente: o bocado de reconhecimento fica garantido. Nem apontam noutra direção aquelas figuras, como Luís Garcia ou o tabelião Vaz Nunes de “O empréstimo”, cuja *relativa* autonomia pessoal é produto de certa misantropia, de um

⁵¹ SCHWARZ, Roberto. “A poesia envenenada de *Dom Casmurro*”. In: *Duas meninas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, pp. 7-45.

⁵² “Os subalternos encontrarão satisfações várias à sombra de seus protetores, e também na identificação com ela, o que aos olhos de nossos pressupostos individualistas, que na matéria são ingênuos, é o cúmulo, O leitor recorde o criado de Brás Cubas, que gostava de aparecer à janela do palacete de seu patrão, para significar “que não é criado de qualquer”. Eis um sentimento diferente e não-individualista da liberdade, a qual, para quem não tem meios de praticar arbitrariedades em grande escala e por conta própria, consiste em andar de carona na arbitrariedade alheia. Liberdade enquanto participação na arbitrariedade”. SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1981, pg. 127, *apud* OTSUKA, E. T. *Era no tempo do rei: atualidade das Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2017, pp. 86.

afastamento do burburinho social e seus brilhos, de um sacrifício, enfim. Seja como for, Porfírio não é alheio a estas satisfações fantasiosas, resultantes de uma identificação com os signos da opulência. No caminho da oficina “vai olhando para as casas grandes, sem ódio — ainda não tem ódio às riquezas — mas com saudade, uma saudade de coisas que não conhece, de uma vida lustrosa e fácil, toda alagada de gozos infinitos...” Não seria forçar a nota dizer que esta poderia ser a descrição da vida de um Brás Cubas, cuja biografia é igualmente um alagamento de prazeres, alguma aventura e muitas satisfações, ou ainda, uma constante reafirmação de supremacias quaisquer. A saudade da pompa que nunca se conheceu é outro dos móveis da monomania perdulária de Porfírio, pautada pelas condutas da classe proprietária, cujos mecanismos terminam por deitar raízes longas no terreno social, ou ao menos até onde se fazia sentir seu nexó ideológico.

Antes de passar à segunda das observações que procuram uma saída para aquelas perguntas, vale um comentário sobre a observação do narrador de que seu protagonista *ainda* não tem ódio às riquezas. O primeiro impulso, otimista, é ver no emprego do advérbio a indicação cheia de expectativa “de um horizonte vermelho de insurreição”, como escreveu Petraglia; ele mesmo, todavia, reconhece o quanto isto seria inusitado na obra machadiana. Sem querer avançar o sinal nem entrar irresponsavelmente na areia movediça das relações entre literatura e política, note-se que o tal horizonte vermelho se insinuou nas artes apenas no momento e nos lugares em que estava de algum modo efetivamente à vista da luta social. Sem isso, não passaria de falsa consciência. Naqueles casos, historicamente pontuais, a produção engajada procurava seus interlocutores nos sujeitos da transformação, organizados politicamente, que tinham interesse por sua conta nesta produção. O caso exemplar é o teatro político europeu, especialmente o alemão e o francês, do início do século XX, que contava com o apoio massivo do movimento operário e garantia-se somente por sua ligação com este⁵³. Nada do tipo havia no Brasil de fins do dezenove. Em que pese a potência crítica da literatura de Machado de Assis, a quem se endereçava? Aos dependentes? Ora, para atingir aquela potência e junto com ela a perspectiva totalizante do processo social, foi preciso deixar de lado as

⁵³ A propósito: “Embora se considerasse criador e teórico de um teatro novo, Brecht insistia na antiguidade do teatro épico. Este fora praticado por chineses e japoneses, por elisabetanos e espanhóis do *Siglo de Oro*, sem esquecer os autos medievais e o didatismo dos padres jesuítas. Assim, as técnicas da representação antiilusionista não eram originais, ou melhor, elas se tornavam modernas em sentido forte só quando retomadas - como foram - no horizonte revolucionário à volta da Primeira Guerra Mundial, com seu movimento operário, antiburguês e anticapitalista, que fazia a diferença. Nessas circunstâncias, umas poucas sociedades - talvez se devesse dizer cidades - se dotaram de um teatro político”. SCHWARZ, Roberto. “Altos e baixos da atualidade de Brecht”. In: *Sequências brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, pg. 21-2.

expectativas e interesses deles por uma autorreforma moral e esclarecida da classe dirigente, cujo cancelamento histórico Machado registrou antes da Abolição. Aos escravos, então? Mas como, se estavam excluídos da vida ideológica e mesmo da alfabetização? Uma aporia característica da situação brasileira esteve no fato de que havia luta, a abolicionista, mas esta não podia ser conduzida pelos diretamente interessados e concernidos. Ficava a cargo dos mandatários da raça negra, dentre os quais constavam beneficiários da mesma ordem que combatiam. Como famosamente formulou Nabuco, “o abolicionista é o advogado gratuito de duas classes sociais que, de outra forma, não teriam meios de reivindicar os seus direitos, nem consciência deles. Essas classes são: os escravos e os ‘ingênuos’”⁵⁴. Lida apenas por aqueles cujas condutas satirizava, a literatura machadiana teve de aguardar algumas décadas para ser compreendida em seu elemento crítico. Aliás, a ausência de um destinatário para este é um dado constitutivo dela. De todo modo, o próprio Petraglia reconhece que o possível ódio futuro de Porfírio não está “dirigido ao agente – os ricos, mas ao estado – as riquezas”. Seus termos não são portanto os do conflito social; parece que do desejo identificador pela opulência a única opção é uma irritação destrutiva, que gostaria de desfazer de suas benesses. Como se dissesse: se eu não as posso ter, ninguém as terá. E aqui a falta de mudanças à vista que caracteriza o tempo brasileiro comparece novamente.

O outro comentário quanto à amplitude dos traços com os quais Machado de Assis construiu suas personagens (pessoal? nacional? universal?) diz respeito às constantes autojustificativas encontradas por Porfírio para as gastanças, ele que parece ter argumentos para tudo. Tentado a comprar o bilhete, calcula a perda provável, mas pensa que pode ganhar, e então teria dinheiro de sobra, ainda por cima vindo do céu, anunciado por um número bonito. Quando propõe a Glória o vestido de seda e um pagode memorável, lembra que não contavam antes com a soma, a qual deixaria tudo pago e o casal feliz, além de poderem com a festa corresponder à bondade da graça divina; depois de evocar a finitude da vida, acrescenta que não são pobretões nem escravos para terem assim vedado todo o prazer, e que a mulher nunca saía de casa, precisava de uma folga e de uma boa ocasião para se dar à vista de todos. São justificativas arroladas sem lógica, cobrindo desde a vontade exibida às obrigações com Deus, passando pelo hedonismo popular daquele ditado que nos lembra que só se vive uma vez. Davi Arrigucci observa que “os argumentos são enumerados de sua perspectiva [de Porfírio], por meio do estilo indireto livre, e não se sabe até que ponto está tratando de convencer-se a si

⁵⁴ NABUCO, Joaquim. *O abolicionista*. Petrópolis: Vozes, 1977, pp. 67-70.

mesmo da própria ilusão”⁵⁵. Até aí, mais um exemplo machadiano de uma consciência prática subjugada e distorcida conforme as vontades da imaginação caprichosa, dissolvendo obstáculos imediatos no movimento do desejo, que os desconhece. Por isso, faz sentido depositar os pretextos do protagonista na conta da ilusão, do delírio, da ideia fixa, da febre etc. Entretanto, leia-se a seguinte desculpa, no momento da compra do bilhete: “onde diabo iria ele buscar dinheiro para saldar tanta coisa”?

De fato, a única resposta possível – dentro do universo de relações que nos mostra o conto – é o jogo. O trabalho duro não leva a nada, e a dependência de favores e empréstimos encontra seu limite na boa vontade alheia; esta, já a sabemos esgotada para o casal, chamado pelo padrinho de “par de malucos”. Com efeito, este comentário de uma figura externa soma-se aos constantes protestos previdentes de Glória, para que guardem o dinheiro não engolido pela dívida na Caixa Econômica, no sentido de desqualificar o comportamento de Porfírio como absurdo. Aqui, trata-se do ponto de vista da diligência burguesa, precavida e afeita à aritmética, que pensa no futuro e o inclui nos cálculos do que fazer no presente. Sua presença é interna não apenas ao espaço do narrado, como se sabe, e se faz sentir no ponto de vista narrativo tanto no modo como sumariza os acontecimentos para caracterizar as manias do protagonista quanto no modo como ajuíza os atos do casal – para dizer que Glória havia afinal cedido às vontades do marido, diz que foi “iscada” por sua “febre”. A presença do partido previdente burguês importa num rebaixamento do mundo que nos é contado, de extração local, que faz figura pitorescamente inferior em relação às injunções racionalizantes que se espalhavam pelo globo junto à civilização do capital. *Mas nem por isso a norma civilizada representa uma saída efetiva para a sobrevivência dos que estão aquém dela.* Assim, de um ângulo oposto mas igualmente presente no conto, a compra do bilhete é a única alternativa possível para uma penúria sem remédio. De maluquice, a crença no acaso como solução para os problemas práticos passa a oportunidade verossímil e a bem dizer “racional” para os impasses da vida, sem prejuízo da veleidade e das justificativas fantasiosas. Trata-se de um efeito descontraído que perpassa o primeiro escalão da literatura de Machado de Assis, no qual consiste seu testemunho dos contrassensos das Luzes, determinado pela posição particular do país que se inscrevia na marcha capitalista do mundo através da produção assentada no escravismo. Para falar mais uma vez com Schwarz, o que temos é a fixação literária de “diagramas sequenciais opostos,

⁵⁵ ARRIGUCCI JR., Davi. “Obras do acaso”. In: MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Terpsícore*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1996, pg. 15.

avaliações contraditórias quanto à posição histórica da Razão, percebida simultaneamente como ultrapassada e inalcançada”⁵⁶.

O elemento principal para o deslocamento do sentido da febre de Porfírio do âmbito da idiossincrasia psicológica está no enredo. Numa observação certa, Arrigucci assinala que, conduzidos que somos pelo narrador a enxergar no protagonista um perdulário incurável, “quase todo o tempo, permanecemos à espera da catástrofe do esbanjador ou da quebra realista de seu mundo ilusório, que afinal não vem. A paródia realista da ilusão romanesca não ocorre no conto”⁵⁷. Esse ponto é central, vale aqui atenção para as suas implicações. Como é sabido, o realismo oitocentista constituiu momento-chave da autocompreensão do século, e teve precisamente no enredo a mola de sua “grande máquina de desfazer ilusões”⁵⁸. Esquemáticamente, seu herói lançava-se à aventura da carreira, munido das promessas que o mundo recém-parido pelas revoluções burguesas fazia a esses sujeitos que haviam ganhado recentemente o estatuto de indivíduos. O que encontra é o mundo enrijecido, insensível aos anseios individuais, dotado de uma gramática própria, na qual o herói procura se instruir; concluído o curso, no sucesso ou na derrota, constata o preço em endurecimento e automutilação que teve de pagar, e não obstante é no esgarçamento de si mesmo que está o sentido desse percurso. O narrar é temporalizado: o mesmo tempo que espalha ruínas possibilita juntar os cacos e recompor com eles uma imagem fissurada, é certo, mas não obstante uma imagem consciente de sua historicidade. Tratava-se, em suma, de comparar os ideais de uma sociedade com seu desempenho histórico efetivo, a ideia promissora que ela faz de si mesma com o seu lastro de realidade, havendo prejuízos para ambos os lados. Constatada a distância que os separa, a autoimagem social assume o figurino da ideologia, da falsa consciência, do particularismo eventualmente interessado na manutenção da farsa; nem por isso suas aspirações devem ser automaticamente jogadas no lixo, e se tais promessas não se cumprem na prática cabe compreender o porquê desse estado de coisas mirando na realização delas, e portanto na ruptura histórica. Em linhas gerais, o que viemos descrevendo é justamente o mecanismo

⁵⁶ SCHWARZ, Roberto. “A matriz prática”. In: *Um Mestre na periferia do capitalismo- Machado de Assis*. São Paulo, Duas Cidades/34, 2000, pg. 47.

⁵⁷ ARRIGUCCI JR., Davi. “Obras do acaso”. In: MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Terpsícore*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1996, pg. 18.

⁵⁸ SCHWARZ, Roberto. “A importação do romance e suas contradições em Alencar”. In: *Ao vencedor as batatas*. São Paulo, Duas Cidades/34, 2000, pg. 53.

segundo o qual operou a crítica clássica da ideologia, para a qual a forma do romance teve algo de exemplar.

Claro, não se espera de um conto os mesmos funcionamentos de um gênero narrativo extensivo. Nem Porfírio pode ser considerado um tipo como aqueles de que falava Lukács, cujo destino individual se atrela a um ideal da sociedade civil e condensa um aspecto decisivo de seu processo contemporâneo – e por aí começamos a apalpar a diferença que está nos interessando. No esquema realista tradicional, ele deveria ao menos quebrar a cara: não esteve em dia com o fisco dos valores burgueses, não completou estudos na escola do cálculo, fatos que tornariam os seus desejos mundanos de visibilidade social e lhe arruinariam a vida. Ficasse o conto por isso, teríamos menos que um romance realista, no máximo uma fábula pedagógica e moralizante sobre os males da imprevidência. Mas tampouco é o caso: a narração conclui no raiar do dia, junto ao apagar das velas do grande pagode, com um Porfírio exausto porém saciado de dança e bêbado de reconhecimento. Uma das consequências deste não cancelamento de suas expectativas é a impropriedade das palavras ilusão, delírio, autoengano etc. para qualificar suas ações. Outra, de que já vínhamos tratando, é a constatação dos limites da norma burguesa num ambiente adverso, do qual não está ausente, mas no qual atua qual um ponto de vista negativo, presente na sua inefetividade, no cancelamento incessante de seus postulados, enquanto um critério falido. Esta falência, aliás, é a matéria mesma do romance machadiano maduro. Assim, o que se está constatando aqui é que o ideário europeu oitocentista comparece como *conteúdo* cujo peso específico é referido a uma *forma* que o distancia e relativiza; em patamar rebaixado, gravitando de acordo com uma mecânica ideológica diversa, não sustenta um enredo. Daí que a crítica já não pode operar do mesmo modo, quer dizer, não pode tratar como de primeiro as ideologias de segundo grau. Nem por isso sua sentença é menos desoladora; talvez seja mais: o funcionamento abjeto da norma civilizada diz tanto da violência que sofre ao se aclimatar quanto da sua falsa universalidade e fácil acomodação à dominação e ao privilégio. É típico de Machado de Assis este jogo de soma zero ideológico, acompanhado de grande indeterminação moral, e nisso “Pai contra mãe” talvez seja o exemplo mais bem acabado. A *recusa* de qualquer termo absoluto de julgamento é a exigência tacitamente pactuada pelo texto machadiano com seu leitor.

Pois o clima de fim de festa com que termina “Terpsícore” tampouco apresenta uma solução à vida esganada pelo dinheiro. Velhos hábitos foram reiterados, e se o casal não estiver mais pobre permanece de todo modo como estava no início, o que dá quase na mesma. Como bem observa Eugênia Fraietta, “a confiança na salvação pela sorte é a medida justa daquela

imobilidade incontornável, da impossibilidade de o trabalhador garantir-se pelo próprio trabalho num quadro social escravocrata, sem a proteção cerceadora do apadrinhamento, daí, portanto, completamente à mercê da própria sorte”⁵⁹. Os padrões da sociabilidade local tampouco forneciam uma alternativa viável e garantida para os excluídos da vida em que a previdência faz sentido; prova disso é a intervenção bruta do acaso no enredo. Seu arbítrio não é estranho à pobreza, que podia conhecê-lo ora no deus-dará da vida por conta, ora personificado na figura proprietária da qual depende.

A impressão de *deus ex machina* deixada pela vitória no jogo é sintoma do modo pelo qual o dinheiro é representado na literatura machadiana, como vimos; não é suado, aparece subitamente, é algo dado. Já demos alguns exemplos, aqui cabe mais um. No conto “Jogo do bicho”, de 1904, há muitos paralelos a traçar com o nosso⁶⁰. Sem falar nas combinações machadianas saborosas de pose clássica e miudezas brasileiras (“Ides ver. Que a posteridade me ouça. Camilo, pela primeira vez, jogou no bicho”), fica evidente que Camilinho é também da família dos perdulários, dos maus aritméticos⁶¹; também ele gosta de escovar as aparências, e para tanto imposta a voz para proferir expressões banais na frente dos chefes. Igualmente preocupa-se em ter um bonito carro para sua festa, no caso o batizado do filho, apesar de não o

⁵⁹ FRAIETTA, Eugenia de Souza. *O não-trabalho no arranjo narrativo dos contos de Machado de Assis*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

⁶⁰ Tomamos como texto-base para a análise aquele encontrado em MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v. II.

⁶¹ Embora não se possa dizer que Camilo seja ruim em todos os cálculos. Ele nos é apresentado primeiro pelo ofício, depois pela gratificação, depois pela história de seu casamento; a preta Germana, no muxoxo malicioso do narrador, apressou a união: “não que lhes desse tal conselho; a rigor, parecia-lhe melhor que ela ficasse com a tia viúva, sem obrigações, nem filhos. Mas ninguém lhe pediu opinião. Como, porém, dissesse um dia que, se sua filha de criação casasse, iria servi-la de graça, esta frase foi contada a Camilo, e Camilo resolveu casar dois meses depois. Se pensasse um pouco, talvez não casasse logo; a preta era velha, eles eram moços, etc. A idéia de que a preta os servia de graça, entrou por uma verba eterna no orçamento”. A prosa encaminha a passagem da ex-escrava de sujeito da decisão a fator da decisão alheia, constando numa lista de prós e contras na qual é uma consideração patrimonial entre outras. Não opinou, sua opinião a bem da verdade não importa, apesar de sua austeridade soar mais lúcida que as resoluções apressadas de Camilo. Num plano puramente documental, está aí o testemunho da modernização conservadora, da permanência das relações de trabalho e poder legadas da colônia e mantidas pelo escravismo e além. A feição decepcionante da Abolição e a impressão imobilista que davam suas consequências, que são aspectos históricos, instruíram estruturalmente a literatura machadiana, reduzindo-se no plano da configuração a uma ordem narrativa do tempo que já se comparou a uma hélice que empurra em direção ao nada. Além disso, é nítido como todo um sistema de relações e condutas que viemos estudando também comparece no caso: o malgasto, o descumprimento da fria previsão burguesa, muito estimulado pelas boas aparências, e não obstante um saber muito prático voltado à acomodação imediata às situações, que manda obedecer a outra lógica. Um calculismo de tipo local e diverso, no qual a razão é forçada a rever seus pressupostos quando precisa operar com um mundo que contesta suas prerrogativas. O exemplo máximo desse curto circuito está na abertura de “Pai contra mãe” e sua descrição das máscaras de disciplinar escravos.

alcançar, porque o compadre não se dispõe. Aliás, nisso e na roda da fortuna dos bilhetes é menos protegido da sorte que Porfírio, como diz Fraietta: até em conseguir obséquios é mais azarado. Tanto como o outro está constrangido por dívidas aqui, empréstimos ali, e isso apesar do emprego fixo, num arsenal de guerra como escrivão. A imaginação errática se agudiza em Camilo, sendo levada ao sabor de “certas indicações que pareciam vir do céu”. Não deixa de ser inquietante, apesar de já nosso conhecido, esse encontro entre credulidade injustificada e desvalimento efetivo: “tinha fê. A fê abala as montanhas”; ou ainda: “explicava a si mesmo o fato com os melhores raciocínios deste mundo, e a razão fortalecia a fê”. Encontramos a melhor imagem para tal desconjuntado ao final do conto, quando, após ter acertado no leão, decide comemorar e ostentar seu bocado, afinal “um dia não são dias”: entra numa confeitaria, ordena um jantar e, para sobremesa, escolhe levar um “‘um rico pudim’, em que havia escrito, com letras de massa branca este viva eterno: ‘Viva a esperança!’”. Como se o próprio hábito de malgastar e atolar em dívidas comprasse a fé complacente, num círculo vicioso que é também o do casal de “Terpsícore”. Glória conta ao marido a recusa do padrinho em ceder mais empréstimos, mas acalma-o pedindo paciência, e “nem ele pedia outra coisa mais que esperanças”. Maldosamente, o narrador nos lembra de que “a esperança é a apólice do pobre; ele ficou abastado por alguns dias”. A conclusão que se tira dessas formulações reconfirma o hábito literário de Machado de desestabilizar a semântica, fazendo campos opostos de significados se atravessarem um ao outro: a esperança torna-se o complemento funcional e indispensável do desamparo. Se, como repetiu a crítica e adiante trataremos, esta confiança na benevolência do acaso implica a manutenção da mesma situação, é em parte porque a criação supersticiosa de sentidos absurdos onde funciona apenas a roleta ameaçadora da reprodução social trunca qualquer movimento de saída do “círculo vicioso da pobreza” de tipo brasileiro.

Sem apoios senão em expectativas fantasiosas de uma vida futura “alagada de gozo”, sem que o trabalho signifique possibilidade de ascensão e assim sem que se possa articular o tempo com vistas ao longo prazo, conforme um projeto verossímil e constante, a reprodução da vida ganha feição de jogo, mas de caráter específico, de *jogo de aposta*. Não se trata de uma modalidade qualquer, e em certo sentido pode-se dizer que contraria o próprio conceito de jogo. Pois neste, habilidade e criação afirmam-se num espaço delineado por critérios e regras; a liberdade que pode proporcionar a experiência lúdica é indissociável de um parâmetro que a meça⁶². Diante dessas exigências, soam tão mais absurdas as tentativas de justificar uma aposta.

⁶² “Toda criança sabe que não há nada mais sério que o jogo (...) pois não se brinca com suas regras, mas dentro do espaço delimitado por elas, esse é o espaço da criação. E é nesse espaço que o princípio pode ser invertido. No

Atendem a critérios tão casuais e indeterminados quanto o número ou o bicho que saem de um sorteio. Mesmo os jogos de azar, com cartas ou bolinhas e roletas, ao menos mostram os instrumentos sobre os quais age a fortuna, verdade que dotados de poderes mágicos diante de olhares impotentes. No caso de “Jogo do bicho”, nem isso: Camilo procura arrancar do compadre alguma pista sobre os resultados do bicho, mas se há ou não intervenção nos é deixado em aberto. Em “Terpsícore” tudo fica por conta da grande sorte do casal, que aliás só não está mais endividado porque já teve as dívidas perdoadas pelo padrinho de casamento à hora da morte. A vitória ou a derrota não se dão a antever; o jogo é sem critério e sem previsão como a fortuna. Boa parte dessa dinâmica capta a inconstância de uma faixa social apenas parcialmente mobilizada para o mercado de trabalho; nesse sentido, como é a tese de Fraietta, o aguardo pelo evento salvador como única alternativa à ausência do mercado de trabalho assalariado. Mas na verdade, mesmo o emprego nessas condições não implica uma superação da vida irregular. Adiantando novamente, veremos em “Pai contra mãe” como o próprio trabalho assume o mesmo feitio de luta sem regra e sem metro para definir o vencedor, cujo braço é erguido pelo acaso. Não cria nexos, os destrói; não civiliza, perpetua a barbárie. A face sombria do trabalho na modernidade, como servidão e colaboração na servidão pela guerra geral pela vida, aparecia plenamente na ex-colônia, e faz pensar se sua aparência edificante alhures não se deu mais pela regulamentação e limitação do massacre do que por sua generalização, chamada progresso. Do mesmo modo, sua atualidade faz duvidar da qualificação de atrasado a um lugar nascido como laboratório da pura mercadoria, o empreendimento originário.

Já que entramos a falar da configuração do tempo nestes contos de Machado, digamos então que apresenta dois aspectos complementares. O primeiro consiste numa restrição míope ao presente. Este, no caso, está longe de sua natureza dramática: nem vem carregado de futuro, tampouco é consequência engendrada pelas ações do passado. A submissão da ação ao capricho da fortuna é análoga ao tipo de intervenção narrativa cara aos narradores machadianos; a interrupção e a incidência de uma instância interna ao mundo que nos é apresentado pesa para a epicidade. Seja como for, talvez a melhor descrição para esta qualidade de presente esteja em “O empréstimo”. Já notamos que, sendo uma situação de favor aquilo que está no centro da fábula, a sujeição ao momento da decisão proprietária prende a experiência do tempo ao

futebol, por exemplo, não se pode pegar a bola com a mão e levar até o gol; por isso mesmo se cria o drible, e esse pode ser tão belo que pouco importa se foi feito o gol”. VIANA, Silvia. *Rituais de sofrimento*. São Paulo: Boitempo, 2012, pg. 87.

momento. Claro, o arbítrio é parte do favor, e nesse sentido tem um aspecto análogo ao jogo sem critério nem previsão da sobrevivência. Assim, o Custódio intriga o Vaz Nunes, um dos tantos detetives da alma cuja investigação constitui um eixo narrativo dos contos machadianos. Há “um certo ar duplo que distinguia esse homem, um ar de pedinte e general”. De fato, a sua fisionomia é feita de aspectos conflitantes, sem que haja desdobramentos desse conflito: “nascera com a vocação da riqueza, sem a vocação do trabalho”; tinha “o instinto das elegâncias” e “o faro das catástrofes”, combinando elegância e inaptidão para assuntos de dinheiro. Seus projetos de indústria são mais uma fantasia de grandeza do que planos factíveis e bem conjecturados (!). Sem obter recursos junto ao tabelião, surpreende-se que a escada para o paraíso que a esperança contumaz lhe havia prometido não tenha descido do céu. Mas uma ideia raia-lhe no cérebro, abre mão numa linha da empresa e lembra dos credores: se não pode receber os cinco contos, que venha quantia menor. O resto do conto será uma barganha humilhante, que de pedido em pedido abaixa a quantia do obséquio, aquilo que o obsequiado poderá arrumar com ela e o tempo que levará para tornar aos pedidos miúdos. Progressivamente, Custódio afunda no presente urgente da sobrevivência. De volta “ao precário, ao adventício, às velhas contas, com os grandes zeros arregalados e os cifrões retorcidos à laia de orelhas, que continuariam a fitá-lo e a ouvi-lo, a ouvi-lo e a fitá-lo, alongando para ele os algarismos implacáveis de fome” – de volta ao regime de que apenas fantasiosamente havia saído, agora “vivía do presente, nada queria saber do passado, nem saudades, nem temores, nem remorsos. O presente era tudo. O presente eram os quinhentos mil-réis”. As somas pedidas e decrescentes são para as “uma necessidade urgente, – ‘tapar um buraco’”.

Se este tempo é portador de algum tipo de devir, este só pode ser a repetição do mesmo; se seu movimento forma um desenho, é um círculo. *O presente da vida em risco é também circular*. Este é o segundo aspecto do tempo morto machadiano. No caso de “O empréstimo”, Custódio retorna não apenas à precariedade, mas seu complemento garboso, à pose de quem traz algo de precioso consigo. Despido o pedinte, o general assume e aperta o jantar no bolso com amor, evocando o “erotismo pecuniário” de que Machado desfiou tantas anedotas. Tal e qual em “Terpsícore”: as dívidas são pagas para dar lugar a outras, a previdência é posta de lado em nome da paixão pela patuscada e pela aparência. É sempre bom repisar que sem prejuízo dessa diminuição o texto não permite a simples leitura moralista de suas personagens, na medida em que as inscreve numa sociabilidade geral, dentro de cada conto e nos cruzamentos virtuais entre eles, a despeito das intenções ostentadas pela voz narrativa, que também é

relativizada. Aos nossos pedidos por razão tais figuras respondem: mas como? Podemos logo imaginar a mesma cena do início se repetindo, a mesma manteiga da miséria. Se cheia de movimento, autojustificativa e algum gozo, a autoconservação repõe o mesmo amanhã, o mesmo acordar queixoso e endividado, um mesmo horizonte. Chega-se ao desfecho, e o que se encontra é o início.

A que responde essa temporalidade do conto de Machado de Assis? A questão exige um tanto de imaginação teorizante. Este aspecto recalcitrante e não-progressivo do tempo tal como experimentado numa sociedade periférica e ex-colonial como a brasileira, tal sensação de imutabilidade a despeito das datas oficiais, já encontrou formulações diversas ao longo da tradição crítica de interpretação nacional. Difícil não o encarar como pura deficiência. Tudo se passa como se, sem dar o passo obrigatório da situação colonial para a nação, estivéssemos aquém do regime de historicidade que se configura a partir das passagens para o Novo Mundo, e não só na América: como observou Paulo Arantes, um novo tempo sentido na medida do mundo passa a ser sentimento do senhoriato colonial no mesmo momento em que a Europa vai esboçando sua modernidade; aliás, a discrepância entre Centro e Periferia só ganha atualidade quando um ordenamento mundial renovado se estrutura a partir das ruínas do Antigo Sistema Colonial. Não faz sentido falar em defasagem entre Colônia e Metrópole: a primeira é mero empreendimento da última, seu espaço econômico puro de exploração e rapinagem. A condição periférica assume feição problemática apenas quando tensionada por um patamar de acumulação e racionalização diverso, ou por outra, por uma organicidade social própria ao núcleo originário e burguês do regime capitalista, que lhe servirá de modelo.

Por isso, podemos já entrever o nexos entre modernidade, nação e periferia. Pois se o Novo Tempo da primeira significa uma dissociação entre o vivido e o devir, entre uma experiência acumulada e conhecida e um horizonte de expectativas descoladas daquilo que já se sabe, a “comunidade imaginada” que é a segunda depende fundamentalmente dessa estruturação temporal específica. A imaginação nacional nasce tensionada entre esses dois campos, o da experiência e o da expectativa, e por isso se orienta para o futuro: para o completamento da formação, para a saída do subdesenvolvimento etc. Amena ou catastrófica, a consciência da diferença que é dever dos esclarecidos superar tem necessariamente diante de si uma porta aberta. Nesta acepção, a nação é mais um “em vias de” que algo propriamente

fechado em si. Utilizamos poucas linhas atrás a definição de Benedict Anderson⁶³, e cabe aqui apontar a indissociabilidade, em seu raciocínio, entre uma reestruturação da história – ou melhor, o surgimento mesmo do sentimento histórico moderno – e o nascimento da consciência por parte dos proprietários coloniais nativos da especificidade de sua condição. Com efeito, é pela leitura dos jornais locais, com suas sobreposições de anúncios e notícias, que essa camada de estatuto indefinido começa a se indagar das conexões que existem entre uma comunidade reunida num mesmo espaço, e para tanto é fundamental a sensação que estas configurações impressas dão de uma simultaneidade. É como se mercadorias, pessoas e grupos de pessoas em diferentes pontos de um território se movessem sincronicamente através de um “tempo homogêneo e vazio”, pelo qual portanto se desloca no seu conjunto esta comunidade organizada imaginativamente. Estou aqui, cumprindo com meus deveres, e *enquanto isso* um conterrâneo que desconheço cumpre os dele, dos quais tampouco sei: esta é a célula do sentimento nacional, o qual curiosamente pressupõe um desconhecimento recíproco, um afastamento no espaço e na divisão do trabalho, bem como a possibilidade de que algo chegue até mim através do hábito da leitura. Essa curiosidade pela atividade alheia, pelos *milieux* que nunca se frequentou, foi também fermento para os desenvolvimentos do romance, o qual se articula igualmente no raciocínio de Anderson como um propulsor da formação da imaginação nacional. Quando o leitor do século XIX lia romances, descobria simultaneidades inesperadas até dentro de sua própria cidade, a depender do grau de diferenciação social; desse viés, o romance sempre foi um instrumento de descoberta e interpretação. Além de sempre ter carecido de algum grau de alienação, ou seja, de divisão do trabalho e de perda de um ponto de vista universal segundo o qual o todo social se tornasse compreensível. No romance a narração e a história travam contato; o tempo passa a importar como elemento de transformação subjetiva, ou ainda, recuperando a citação de Valéry feita por Benjamin, no romance o tempo *conta*⁶⁴ – é particularizado e quantificado como só o poderia fazer uma civilização organizada em função do tempo de trabalho abstrato. Do mesmo modo o seu moinho das ilusões do século depende dessa dissociação entre experiência e expectativa: acusando a irrealização das promessas, projeta-as no horizonte, que é a medida crítica do já vivido.

⁶³ ANDERSON Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989, pg. 60. Nos apoiamos largamente no comentário de ARANTES, Paulo. “A fratura brasileira do mundo: visões do laboratório brasileiro da mundialização”. In: *Zero à esquerda*. São Paulo, Conrad, 2004, pg. 79-104.

⁶⁴ BENJAMIN, Walter. “O narrador”. In: *Obras escolhidas III – Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 2012, pp. 222-3.

A literatura de Machado de Assis, ponto de chegada e salto qualitativo da ficção brasileira do dezenove, ocupou para parte da crítica empenhada em transpor o limiar rumo ao estatuto nacional o lugar de exemplo. Reformulou criticamente os ensaios deixados pela tradição alçando-os à consistência interna. Mas, se o esforço literário foi modelar, é porque no conjunto a sociedade ainda não alcançara suas qualidades, o que do ponto de vista dialético parece um despropósito: se a matéria brasileira é formada e se sua forma no caso sofre de inorganicidade, como pôde dar ocasião à obra de estrutura coesa? Só se sua unidade se ocupar a todo momento de acusar sua inconclusão e seu artifício, o que tentaremos entender ao final destes estudos. De todo modo, é curioso que o rigor literário machadiano – a miniaturização de condutas e funcionamentos sociais na prosa, sistematizando no plano da forma nexos que são da matéria, eles mesmos formas por sua vez – só se tenha tornado compreensível no momento que a marcha recalcitrante nacional mostrou que tinha vindo para ficar, ou ao menos enquanto perdurasse aquela outra, a “marcha grotesca e catastrófica do capital”⁶⁵, de que é resultado. O horizonte formativo que havia concentrado expectativas políticas, econômicas e culturais seculares esvanece e assume feitiço provinciano e apologético: não carecíamos de progresso, precisávamos escapar a suas malhas para sair do lugar. O tempo congelado pós-64, com toda sua dose de cinismo e fatalismo, escancarou o ilusório (objetivo) da grande espera que para nós se chamou formação. Pois bem: já Machado de Assis, por uma questão de disciplina artística, enxergou a inviabilidade da saída pelo trabalho livre ou pelo paternalismo esclarecido no passo que vai de *Iaiá Garcia* a *Memórias Póstumas*. Em seu lugar, o emparedamento no tempo da prosa errante porque sim, do puro capricho, da imprevisibilidade, do desamparo, da vida reduzida a juguete do acaso. Um deslize da atenção faria supor que esse tempo morto é fruto da simples incompletude. Enquanto produto do progresso que o reproduz como exceção a suas próprias regras, a seu próprio regime de historicidade, ele resiste a essa redução – *ele é a verdade do progresso, assim como a verdade do reino da história é a perpetuação cega da pré-história*. Cabe aqui entrarmos em “Pai contra mãe”.

⁶⁵ SCHWARZ, Roberto. “Duas notas sobre Machado de Assis”. In: *Que horas são?* São Paulo, Companhia das Letras, 2006, pg. 169.

III. O TEMPO DA POBREZA

“Pai contra mãe” (1906, publicado inédito em Relíquias de Casa Velha)

Por que carga d’água há de ser desprezível um ofício criado por lei? Foi a lei que decretou a pena de morte, e desde Caim até hoje, para matar alguém é preciso alguém que mate. A bela sociedade estabeleceu a pena de morte para o assassino, em vez de uma razoável compensação pecuniária aos parentes do morto, como queria Maomé. Para executar a pena não se há de ir buscar o escrivão, cujos dedos só se devem tingir no sangue do tinteiro.

Usamos empregar outro criminoso.

(Machado de Assis em crônica da série *Bons dias!*, 27/12/1888)⁶⁶

UMA FILOSOFIA DA HISTÓRIA À PORTA DAS LOJAS DE FUNILEIROS

É comum na análise literária deparar-se com o núcleo das contradições de um texto já nas suas primeiras palavras; no caso de “Pai contra mãe”, pode-se suspeitá-lo no espaço em branco entre título e primeira linha. Explicamos: o nome que o conto recebeu de seu autor aponta para o espaço doméstico e seus pequenos embates, disputas miúdas e conflitos conjugais, de que aliás está repleta a literatura de Machado de Assis, com sua notada agudeza para a “vida de relação”. Fica sugerida para o leitor habituado uma de suas inúmeras cenas de discussão entre marido e mulher. Mas a imaginação apressada é logo desenganada pelo período que o abre: ficamos sabendo que, de um modo ou de outro, o objeto deste texto será a escravidão. De um lado, a sugestão de costumes domésticos e miudezas familiares; de outro, a surpresa em dar de cara com um fato histórico e social bem conhecido dos brasileiros de 1906, que se prolongou até o limite e que esteve na base cotidiana dessa sociedade⁶⁷. Um movimento

⁶⁶ Sobre o emprego espantoso do mesmo raciocínio no contexto presente, leia-se FIGUEIREDO, Priscila. “Desprezível”. *Outras Palavras*, 6 set. 2019. Link: <<https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/desprezivel/>> (Último acesso: 27 set. 2019).

⁶⁷ A dupla possibilidade de leitura está registrada na fortuna crítica do conto. Lúcia Miguel Pereira, comentando-o *en passant*, registra de que tanto aqui quanto em “O caso da vara” a intenção parece ter sido “isolar o caso da mulata Arminda ou da negrinha Lucrecia do problema da escravidão” (MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. *Machado de Assis – Estudo crítico e biográfico*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2017, pg. 216). Já Raimundo Faoro vai na direção oposta, assinalando que, na literatura de Machado, “o seu cuidado antigo de descobrir na ação o móvel íntimo, que desfigura o fato exterior — para quem ‘o nosso espadim é sempre maior do que a espada de Napoleão’ (M.P., XII) —, sobrepõe-se a preocupação de ver, no acontecimento público, as razões, não mais de ordem moral, mas oriundas da organização social” (FAORO, Raymundo. “Patrões e cocheiros”. In: *Machado de Assis - A*

de especificação, portanto, que traz ao chão a imaginação do leitor. Mas não é esta direção particularizante que terá curso, se adensará e predominará nessas linhas de início; seguindo a leitura, ficamos sabendo que “a escravidão levou consigo ofícios e aparelhos, *como terá sucedido a outras instituições sociais*”⁶⁸. O fim da servidão não discrepa do fim de tantos outros institutos passados, o que é outro modo de dizer que, afinal, pouco difere deles; com ela, se foram seus instrumentos e suas finalidades, que no mesmo sentido são como tantos outros a que a história deu ponto final. Da especificação passamos no novo passo à generalidade, agora de cunho histórico, na qual os contornos parecem se esfumar novamente. A inclinação estilística para a analogia, aqui, indica ponderação e hesitação metódica, tomando o objeto como parte de um grupo delimitável cujas tendências estão bem delineadas dentro de uma previsibilidade razoável. O leitor talvez reconheça o ar de família com as considerações metodológicas das primeiras linhas das *Memórias póstumas de Brás Cubas*, em que a hesitação racionante e cínica serve no final das contas de máscara escarnejada do absurdo. Talvez não estejamos longe desta atmosfera.

Seja como for, algo desta ponderação contamina a formulação seguinte, quando o narrador nos explica o porquê da sequência descritiva de alguns dos aparelhos da escravidão, mencionados unicamente porque associados a determinadas funções. Voltamos ao polo da descrição bem localizada, com lugar e momento bem definidos, ainda que abstrata e desconectada de uma situação narrativa concreta. O registro vagamente analítico pressupõe algo de sua racionalidade em seu próprio objeto, e efetivamente trata-se aqui de explicitar, não sem uma incômoda cientificidade na perspectiva, o cabimento irretocável, do ponto de vista dos meios para os fins, dos castigos aplicados aos escravos. O leitor machadiano ainda poderá reparar uma fórmula característica no início desta segunda frase: a negação precedendo o verbo relativo à enunciação (*cito, digo, menciono*), parente próxima do mais deslavado *não digo que não*, traz, em geral, junto à nota escrupulosa e metódica, um convite à indiscrição, um chamado às entranhas inconfessáveis da personalidade, sempre com apelo às disposições um tanto perversas do próprio leitor e com o tom escarnejado que dá até aos grandes mergulhos machadianos na consciência o aspecto de boataria pouco levável a sério. A saliência do gosto

pirâmide e o trapézio. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976, pp. 320-340). Nossa interpretação se aproximará do último, porém por vias diversas.

⁶⁸ O texto para referência de “Pai contra mãe” se encontra em MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *50 contos de Machados de Assis*. Seleção de John Gledson. São Paulo, Companhia das Letras, 2007, pp. 466-475. Todos os grifos em itálico são meus.

meio *voyeur* pelas baixezas da vida desautoriza o raciocínio empertigado e orgulhoso de si, a menos que ambos convirjam numa mesma modalidade de gozo. De todo modo, no caso de nosso conto talvez soe arbitrário e externo sugerir que esta fórmula (negação + verbo enunciativo) indique algo além do desejo de raciocínio claro e explicitado em seus motivos – isto, se não atentarmos para o fato de que, fora a introdução do tema escravo e a auto-caracterização do ponto de vista narrativo, não há outros elementos de coerência interna no conto que justifiquem esta descrição de castigos e instrumentos de tortura. Ou seja, não encontraremos na narrativa situações que deem prolongamento virtual a esta descrição a ponto de justificar sua inclusão no texto, ou melhor, que a enraízem como momento funcional de consistência narrativa. Ainda que pressintamos os castigos recebidos por Arminda após sua restituição ao proprietário, os rituais de tortura a que eram submetidos os escravos estão longe das situações sumarizadas em “Pai contra mãe”. Perguntamo-nos se este detalhamento de aparelhos ligados a certos ofícios não teriam algum parentesco com o desejo meio sádico de ver a violência, tê-la presentificada frente aos próprios olhos, que é outro tema machadiano por excelência.

A escravidão levou consigo o ferro ao pescoço, o ferro ao pé, a máscara de folha-de-flandres. O narrador começa tratando desta, cuja armação permitia ao escravo o mínimo de atividade e de percepção do mundo exterior, o bastante naturalmente para tocar as obrigações. Sua função, tapando a boca ao castigado, era cortar-lhe o acesso à bebida e o hábito de embriagar-se, nocivo ao bom andamento dos trabalhos, além de aproximar o escravizado do mundo indisciplinado dos vadios. Descobrimos que a máscara tinha ainda uma segunda e mais explicada finalidade, pois o vício de beber estava estreitamente ligado à tentação de surrupiar alguns vinténs do senhor. São os interesses deste, é claro, que conferem a este aparelho sua funcionalidade. Entretanto, não é nos termos das vantagens materiais que o narrador a desdobra, mas, deslizando para um campo de palavras diverso do ímpeto analítico inicial, faz com que pareça sobretudo um impedimento de vícios, um obstáculo à tentação, enfim, uma extinção eficaz dos pecados. Mais que devotada à manutenção da propriedade – cuja contabilidade não prescinde de vintém algum – e matando dois coelhos de uma só cajadada, a máscara de folha-de-flandres aparece como garantia piedosa da sobriedade e da honestidade, o que do ponto de vista cristão vai em benefício dos próprios pecadores potenciais. Assistimos portanto a uma combinação estilístico-argumentativa singular, para a qual colaboram a) o cálculo racional, ajustando seus instrumentos a quantas funções puderem executar; b) o sentimento paternalista

e pio da proteção dos subordinados, cujos males vêm para o bem se comandados pela mão cristã de quem profere o castigo; e c) a conduta disciplinadora do senhor escravocrata.

Num breve comentário a respeito desta abertura, Roberto Schwarz identifica esta combinação esdrúxula e a toma como exemplo do que chama “humor negro machadiano”, em que, por exemplo, se “glosa a funcionalidade, para a ordem social escravista, de correias e coleira de ferro, ou de máscaras de folhas de flandres, que protegem os negros contra o vício da bebida”⁶⁹. O surgimento deste humorismo não se deu no nada: partiu de uma relação específica e crítica com um campo de problemas especificado pela literatura de predecessores, historicamente estruturado e formado, como formulou Antonio Candido, segundo uma oscilação entre elementos e ângulos universalistas e particularistas. É esta lei oscilante de desenvolvimento que Machado irá miniaturizar em boa parte de sua literatura, fazendo de seu resultado coerentemente desconjuntado um enunciado formal. Vale por isso notar desde já na frase que abre o breve primeiro parágrafo o comparecimento *coextensivo* do geral e do particular, este último figurado no fato da escravidão, vexatório para nossa cultura oitocentista, a bem da verdade dissolúvel no primeiro, uma vez que seu desaparecimento se deu como o de tantas outras instituições sociais. Observe-se, aliás, que desde a passagem do título à abertura passamos por um movimento de balanceio análogo entre condições gerais e específicas, pois do casal parental nuclear e por assim dizer naturalizado seguimos na direção do fato histórico, logo esfumado em generalidade. No conjunto da contística machadiana não raro fica para as aberturas e frases iniciais o recurso cômico à confrontação sem mais de fórmulas universais tomadas às altas tradições da literatura universal com a notação particularista e miúda de um cotidiano local sem segredos. Nem esta escapa à diminuição resultante da contraposição, nem as outras deixam de sofrer seus efeitos rebaixadores, sinais de seu esvaziamento quando transformadas em insígnias de uma cultura de classe. Assim, por exemplo, uma invocação homérica se presta a portal grandiloquente de uma briga conjugal carioca, recheada de ressentimentos mesquinhos e desforras filosofantes ineptas⁷⁰.

Passamos à descrição dos instrumentos, curiosamente referidos como se de total desconhecimento do leitor, ainda que muito próximos dele no tempo à altura da publicação. Não faltará a esta reconstituição da máscara de folha-de-flandres e suas finalidades, como

⁶⁹ SCHWARZ, Roberto. “Por que ‘ideias fora do lugar’?”. In: *Martinha versus Lucrecia*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012, pg. 171.

⁷⁰ MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. “Capítulo dos chapéus”. In: *50 contos de Machados de Assis*. Seleção de John Gledson. São Paulo, Companhia das Letras, 2007, pg. 228.

apontamos, a marca de um raciocínio que a princípio suporíamos afastado da ambiência violenta e sem mediações da relação senhor-escravo, tanto mais de seus aparelhos de disciplina. Ficamos sabendo que a aplicação do castigo trazia consigo o cálculo relativo à propriedade, além da finalidade cristã de afastar o próximo do pecado. Se há desfaçatez nesta última justificativa e se o aspecto por assim dizer lógico do ponto de vista econômico não tira à situação o que tem de grotesco, por outro lado o aproveitamento da racionalidade estritamente moderna na organização de seu avesso indica que este talvez não lhe seja tão avesso quanto se pensa e que, antes, a própria racionalidade, sem deixar de sê-lo, pode entrar em contradição com o seu próprio conceito quando reduzida à forma meramente operacional. Como se vê, uma posição que ao pensamento crítico ocidental levaria mais algumas décadas para ser elaborada por força de doses cavalares de dialética, formulada aqui com a clarividência das coisas cotidianas, como dado de experiência próxima, de coisa dependurada à porta das lojas de funileiros. Nem falta ao narrador, aliás, a consciência da brutalidade da situação: “era grotesca tal máscara, *mas a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel*”. Ora, o reconhecimento da parte de dominação e violência constitutiva na reprodução da vida civilizada e seus progressos, ou ainda, para reatarmos com a formulação anterior, de obscurantismo e irracionalidade nos valores e obras do esclarecimento, é um dos motores do raciocínio da teoria crítica desde a percepção inicial de que sob a abundância material da vida moderna havia, no chão do trabalho, um desrespeito fundamental ao princípio isonômico de que cada um recebe pelo que produz, e de que, portanto, havia um roubo. Mas, se atentarmos para o papel cumprido por esta sucinta reflexão histórico-filosófica, veremos que seu sentido está na verdade nos antípodas da crítica; é como se previsse as possíveis torções que provocaria na sensibilidade de um leitor culto pós-Abolição a descrição de um aparelho costumeiro de tortura e o prevenisse que não há motivo para tanto, dado que sem a barbárie não há civilização nem, podemos supor, contos, leitores e afins. O espírito empenhado em corrigir os excessos sentimentais de leitores de hábito romântico lembra as advertências de Brás Cubas contra o as lágrimas de seu público feminino endereçadas à coxa Eugênia, ainda que neste caso se dê em registro mais satírico e cáustico. Voltaremos à questão do contraste entre o tratamento dispensado aos costumes da sociedade escravagista pela tradição literária brasileira anterior— no geral, salvo exceções importantes, animada por impulsos próximos ou explicitamente abolicionistas e simpáticos ao ponto de vista escravo — e pelo narrador de que nos ocupamos.

Importa agora explicitar que este não ignora a dor social e a barbárie condensadas nos objetos de que trata, distanciada e estranhamente, como justificáveis por sua funcionalidade

histórica num dado sistema, que sendo cruel não obstante aparece como imprescindível para a ordem que estava a edificar e que viria substituí-lo. Pela lógica, caberia questionar se o que sobrevém pode ser efetivamente chamado de ordem. Não é o caso aqui: esta legitima-se por sua própria enunciação, enquanto valor em si, inquestionável como a evidência do que meramente existe; é dela que emana a palavra final inopinada. Nem é preciso crer efetivamente que seja ordem, que seja de fato civilização; o próprio narrador não esconde seu fundo grotesco. Porém, tendo organizado efetivamente a vida, é como se estivesse já indissociável desta, que sem dúvida se degradou sob seu poder, mas que ainda assim pôde prosseguir. Quando tratarmos do final do conto, ficará claro o quanto a própria narrativa se encarrega de desmentir essa confusão de vida e ordem social, esta última imprimindo necessariamente à primeira o selo da morte e do informe.

Digamos que aquela frase de escopo largo, vizinha das filosofias da história ao gosto da vida intelectual brasileira renovada de fins de século XIX ⁷¹, não escapa ao movimento característico do primeiro parágrafo, sua oscilação entre o enfoque do específico e a abertura para o geral, esta operando como uma dissolução dos contornos do primeiro, resultando numa neutralização de seu aspecto inaceitável mais evidente. O universal e o particular na prosa machadiana formam uma dupla de comédia, “como o Gordo e o Magro do cinema”⁷², como observou Schwarz, num circuito que se fecha no espelhamento mútuo de ambos os termos, acusando as violências da terra de ninguém local na presença dos valores da civilização moderna, bem como o formalismo desfrutável destes em sua presunção de portadores universais do progresso. Recuperando algumas observações feitas por Paulo Arantes sobre o assunto, a norma, *i. e.* padrão social imposto de mecanismos disciplinares, já não aparece nem tão normativa nem normal, dissipando-se a universalidade de seu arcabouço de valores universais, ou seja, vindos da ideologia burguesa; mas esta é ideologia na medida em que não se cumpre, e retém um fundo de verdade que permite a crítica a seu turno da distância da vida periférica em relação a suas promessas. Nem nós éramos tão desviantes nem a norma era tão normal, e

⁷¹ “Reside aí, nesse sentimento de impotência e na inelutável avalanche que desaba sobre o homem, o senso trágico da existência, que impregna a arte de Machado de Assis. Enquanto o homem se agita, esperneia e geme, ‘outro tecelão maior, mais alto ou mais fundo e totalmente invisível compõe os fios de outra maneira, e com tal força que não podemos desfazer nada’. A concepção da história do século XIX, da qual o romancista se abeberou largamente, freqüentando Comte e Spencer, parece legitimar o fatalismo, dourado cientificamente de naturalismo, com seus imperativos inexoráveis e leis necessárias”. In: FAORO, Raymundo. “Patrões e cocheiros”. In: *Machado de Assis - A pirâmide e o trapézio*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976, pp. 335.

⁷²SCHWARZ, Roberto. “Implicações da prosa”. In: *Um mestre na periferia do capitalismo*. São Paulo, Duas Cidades/34, 2000, pg. 54.

portanto há uma relativização e uma desmoralização recíproca de ambos⁷³. Está aí a amplitude crítica deste movimento construtivo de conjunção balanceada entre a generalidade e o específico, presente neste movimento inicial não apenas como alternância, mas compondo combinadamente cada passo, como na conjunção abstrusa porém muito prática de racionalidade econômica e castigos da servidão. Dando forma a estes contrassensos, que são os princípios compositivos da prosa machadiana, nosso conto não apenas alcança a configuração da singularidade – que sozinha sinalizaria mais um capítulo da participação na construção de uma cultura brasileira – mas atua também no sentido da “destruição de formas a que as vanguardas de toda parte começavam a se dedicar, como parte da crise geral da cultura burguesa que se anunciava”⁷⁴. Como vimos, a viravolta estética do centro tampouco era indiferente às inversões críticas possibilitadas pelo espelhamento mútuo entre centro e periferia. Vale lembrar que a transgressão vanguardista já foi associada à ruptura dos padrões culturais e sociais da sociedade liberal-burguesa levada a cabo na abertura do momento imperialista e monopolista rumo a uma nova colonização. Abrindo novos espaços para a acumulação na base da simples conquista territorial, a burguesia europeia se alça a uma emancipação política inédita, como nos diz Hannah Arendt, uma vez que pela primeira vez instaura as malhas de seu sistema sem necessidade de conformar e se atrelar a um corpo sócio-político coeso⁷⁵. O que interessa é o seguinte: o espaço original desta burguesia não passou incólume a esta transformação, e é o próprio núcleo orgânico do regime burguês que no novo momento se “imperializa”. Não é coincidência, portanto, a atualidade e o interesse que ganha a partir daí o ponto de vista da periferia, que de mero atraso passa a momento agudo de verdade do todo.

Vale notar a maneira peculiar como nesta abertura se emprega a explicação pela determinação social não como fermento de crítica à estrutura da sociedade, mas como legitimação da violência que se inflige em nome dela. Este recurso expositivo não é estranho a Machado, e é mais um testemunho da dialética do esclarecimento prestada pela importação e aclimação das ideias do centro na periferia, com o curto-circuito que lhe é característico: nem

⁷³ Observações feitas na mesa “A atualidade do pensamento de Roberto Schwarz”, registradas em vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gKrvmo0KsC0&t=767s>. Último acesso: 23/04/2018.

⁷⁴ SCHWARZ, Roberto. “Duas notas sobre Machado de Assis”. In: *Que Horas São?* São Paulo, Cia das Letras, 1987, pg. 170.

⁷⁵ Cf. ARANTES, Paulo. “Alarme de incêndio no gueto francês”. In: *O novo tempo do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2014, pp. 268.

o rebaixamento intelectual do ambiente periférico passa em branco, nem o do centro, onde prosperava em fins do dezenove a apologética revestida de sociologia. O momento a favor das novas teorias sociológicas vem à tona quando servem de edulcoramento daquilo que por pressuposto diriam indefensável. No retrato maldoso feito por Brás Cubas de Cotrim, temos um movimento argumentativo similar: depois de dizer que o cunhado era um modelo, “tesoureiro de uma confraria, e irmão de várias irmandades”, relembra as acusações de seus inimigos, para quem era um bárbaro. O motivo alegado estava nos tratos que dispensava aos escravos, que mandava ao calabouço “donde eles desciam a escorrer sangue”. As censuras são prontamente rebatidas por Brás. Pois, além de só enviar aos castigos “os perversos e os fujões”, o que por si já é motivo para punição, “ocorre que, tendo longamente contrabandeado em escravos, habituara-se de certo modo ao trato um pouco mais duro que esse gênero de negócio requeria, e não se pode honestamente atribuir à índole original de um homem o que é puro efeito de relações sociais”⁷⁶. Assim, primeiro fica excluído o julgamento moralizante, como mandava o figurino das teorias modernas que acabavam de desembarcar, em prol da compreensão de sentido social. Mas esta, longe da intenção científica, é apologia de um sistema aliás muito distante de seus objetos originais, e tampouco faz questionar esse mesmo sistema, como se poderia imaginar⁷⁷.

Mas por outra via é interessante recuperar alguns aspectos do retrato de Cotrim, guiando-nos pela curiosidade histórica de Flora Thomson-Deveaux, que ao traduzir a passagem para o inglês procurou saber, afinal, de que se tratava o tal “calabouço”. “Em cumprimento ao alvará régio de 16 de novembro de 1693, mandou-se construir, no Rio de Janeiro, junto ao Arsenal do Exército, no morro do Castelo, um calabouço ou casa pública para castigo dos escravos. O alvará proibía que os senhores de escravos usassem instrumentos de ferro nos castigos e que condenassem os escravos a cárcere privado. Debret, referindo-se à aplicação de tais castigos pelo poder público, informa que todos os dias, pela manhã, numerosas filas de negros escravizados eram conduzidas ao Calabouço”: é o que diz o verbete do *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*, de Clóvis Moura⁷⁸. Quer dizer, as cartas régias metropolitanas mandaram erigir um espaço punitivo puro, destinada ao disciplinamento para o trabalho. A

⁷⁶ MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Globo, 2008, pp. 226-8.

⁷⁷ SCHWARZ, Roberto. “Ricos entre si”. In: *Um Mestre na periferia do capitalismo- Machado de Assis*. São Paulo, Duas Cidades/34, 2000, pg. 115-29.

⁷⁸ THOMSON-DEVEAUX, Flora. “Nota sobre o Calabouço”. In: *piauí*, n° 140, maio de 2018.

adversativa acrescida ao decreto – “porém com reserva e humanidade” – não deixa escapar a nota cínica: punir, mas não muito – lembremos da observação do narrador de “Pai contra mãe” que dinheiro também dói. A manutenção da máscara, no caso o sentimento pio, não impede a explicitação de sua ineficiência; a norma não desapareceu ainda, é apenas ineficaz, e o partido a se tomar é o da prática corrente. Pois bem: a instauração pelo centro de um território excepcional chamado colônia não poderia deixar incólume a legitimidade de seus valores nem o imperativo de coerência das ideologias de primeiro grau. Em ato, o espelhamento crítico recíproco dos dois polos.

Espaço excepcional que pode ser uma boa definição para o próprio Calabouço, cujo funcionamento só foi interrompido em 1874. E aí em dois sentidos: em primeiro lugar, legalmente o senhor estava proibido de açoitar seus escravos, e aliás o próprio alvará que instituiu o calabouço proibia castigos com instrumentos de ferro e cárcere privado. Que a proibição pouco importasse dá prova o fato de ter o Estado tomado para si a tarefa de executar aquilo que proibiu, fundando um espaço em que o que postula está cancelado por ele mesmo. Em segundo lugar, era uma questão de bem-estar público: afastar dos bairros, da vista comum os gritos e as marcas dos castigos. É preciso persistir no proibido, desde que especializado; todos o sabem, não há protesto. Percebe-se aqui que a lógica da dinâmica centro-periferia se reproduz neste outro âmbito, e de fato se reproduz onde quer que a dinâmica da exceção esteja instaurada. Exemplo de soberania, ainda que caprichosa – e será outra sua natureza? – está no fato de que até 1832 o dono que mandasse para lá seu escravo não precisava dizer qual o delito pelo qual se punia ⁷⁹. Tanto é assim que o Calabouço não era parte do sistema prisional propriamente dito, cuja organização se dava em cumprimento ao Código Penal; tratava-se de um espaço fora da lei previsto por ela, a própria lei antecipando sua suspensão. Nada mais exemplar do que já foi chamado uma sociedade ilegal⁸⁰, a qual no entanto envolvia um sistema global que também se definia portanto por um fundo permanente de delinquência. Como nota Thomson-Deveaux, muito dessa lógica subsiste na palavra corriqueira *bandido*, categoria que

⁷⁹ Não há como fugir ao clichê: a situação é realmente kafkiana, e a autora a compara ao estado atual ao sistema prisional brasileiro com massa de encarcerados aguardando julgamento. A lógica da exceção tampouco deixou de ser elaborada na literatura de Kafka: o calafrio macabro que *Na colônia penal* provoca, qual um prenúncio dos campos de extermínio, faz articular historicamente território colonial e dominação fascista, registrando a retroação da periferia sobre o centro no momento em que este colapsava num primeiro capítulo histórico da era da emergência, conforme uma das periodizações sugeridas por Paulo Arantes. Ver ARANTES, Paulo. “Alarme de incêndio no gueto francês”. In: *O novo tempo do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2014, pp. 264-8.

⁸⁰ ARANTES, Paulo. “A fratura brasileira do mundo: visões do laboratório brasileiro da mundialização”. In: *Zero à esquerda*. São Paulo, Conrad, 2004, pg. 41.

traça a linha entre o aniquilável e o digno de sobrevivência. O suposto *happy end* do conto reitera a presença social dessa linha, bem como sua mobilidade: o que garante que os Neves, na miséria, não passem para o lado de lá? A função auto-afirmativa da compensação imaginária deve-se muito a tal lógica, que ao separar espaços, aqui a norma ali a exceção, não os torna indiferentes: é constitutiva e engloba a ambos, solidariza-os.

Notamos a presença, nestas poucas linhas de “Pai contra mãe”, de um movimento oscilante característico da tradição intelectual e literária brasileira do século XIX. Como já fixado pela vertente mais significativa de sua fortuna crítica, boa parte da força e da originalidade da obra machadiana depende de um reaproveitamento da produção local predecessora, e o caso presente é exemplo disso. Neste parágrafo, mais especificamente, a recuperação se dá no âmbito do debate das ideias em torno da questão escrava, ocasião a mais de um tipo de passo em falso, cada um registrando a seu modo a hostilidade da experiência do país quanto a sua captação intelectual coerente. Para dar materialidade ao que estamos tratando, é hora de uma transcrição longa, tomada ao conjunto *Ao Imperador, Novas Cartas Políticas de Erasmo* (1867-68). Mais precisamente, à terceira seção da segunda delas:

Investiguemos, senhor, com a atenção que merece, este problema humanitário.

A escravidão é um fato social, como são ainda o despotismo e a aristocracia; como já foram a coempção da mulher, a propriedade do pai sobre os filhos e tantas outras instituições antigas. Se o direito, que é a substância do homem e a verdadeira criatura racional, saísse perfeito e acabado das mãos de Deus, como saiu o ente animal, não houvera progresso, e o mundo moral fora incompreensível absurdo. (...)

A escravidão caduca, mas ainda não morreu; ainda se prendem a ela graves interesses de um povo. É quanto basta para merecer o respeito. No ténue sopro, que de todo não exalou do corpo humano moribundo, persiste a alma e, portanto, o direito. O mesmo acontece com a instituição: enquanto a lei não é cadáver, despojo inane de uma ideia morta, sepultá-la fora um grande atentado.

A superstição do futuro me parece tão perigosa como a superstição do passado. Esta junte o homem ao que foi e o deprime; aquela arrebatou o homem ao que é e o precipita. Consiste a verdadeira religião do progresso na crença do presente, fortalecida pelo respeito às tradições, desenvolvida pelas aspirações a melhor destino. (...)

A escravidão se apresenta hoje ao nosso espírito sob um aspecto repugnante. Esse fato do domínio do homem sobre o homem revolta a dignidade da criatura racional. Sente-se ela rebaixada com a humilhação de seu semelhante. O cativo não pesa unicamente sobre um certo número de indivíduos, mas sobre a humanidade, pois uma porção dela acha-se reduzida ao estado de coisa.

Mais bárbaras instituições, porém, do que a escravidão já existiram e foram respeitadas por nações em virtude não somente às modernas. Não se envergonharam elas em tempo algum de terem laborado no progresso do gênero humano, explorando uma ideia social. Ao contrário, ainda agora lhes são títulos de glória essas leis enérgicas e robustas, que faziam sua força e serviam de músculo a uma raça pujante.

Houve jamais tirania comparável ao direito quirital dos romanos? Entretanto foi essa instituição viril que cimentou a formidável nacionalidade do povo rei e fundou o direito civil moderno.

Que mais opressivo governo do que o feudalismo? Saiu dele, não obstante, por uma feliz transformação, o modelo da liberdade política, o sistema representativo.

É, pois, um sentimento injusto e pouco generoso o gratuito rancor às instituições que deixaram de existir ou estão expirantes. Toda a lei é justa, útil, moral, quando realiza um melhoramento na sociedade e apresenta uma nova situação, embora imperfeita da humanidade.

Neste caso está a escravidão.

É uma forma, rude embora, do direito; uma fase do progresso; um instrumento da civilização, como foi a conquista, o mancipio, a gleba. Na qualidade de instituição me parece tão respeitável como a colonização; porém muito superior quanto ao serviço que prestou ao desenvolvimento social.

De feito, na história do progresso representa a escravidão o primeiro impulso do homem para a vida coletiva, o elo primitivo da comunhão entre os povos. O cativo foi o embrião da sociedade; embrião da família no direito civil; embrião do estado no direito público.

Hão de parecer-vos estranhas estas proposições, senhor; talvez que à vossa mente prevenida se apresentem como a glorificação da tirania doméstica.

Percorrei comigo de um lanço a história da humanidade.⁸¹

Como é sabido, “Erasmus” era o pseudônimo utilizado por José de Alencar quando tomava a iniciativa de partir para a polêmica; o problema da escravidão já envolvera anteriormente o escritor, no debate com um jovem Joaquim Nabuco a respeito da falta de decoro que este lhe acusava quando trazia para os palcos a figura do escravo. Entre parênteses, note-se a posição fundamente nacionalista de Alencar ao defender a presença cênica servil enquanto elemento da vida local, que como tantos outros não seria menos digno de estatuto literário. Como pano de fundo político, evidentemente, estava em causa a manutenção ou não do instituto, o que para efeitos artísticos produzia posicionamentos imprevistos: de seu lado, o defensor histórico do escravismo punha-se a favor de trazê-lo à ribalta como assunto dramaticamente desdobrável e discutível, ao passo que o jovem liberal e futuro bastião abolicionista instava por seu silenciamento... Seja como for, o nacionalismo literário alencarino serviu de estímulo para o tratamento de um tema tabu entre os literatos oitocentistas, e que só seria parcialmente desrecaçado posteriormente em razão de adensamento da campanha pela abolição.

Mas, focando em nosso excerto, não é propriamente de literatura que estamos tratando, ainda que aí se possa verificar o estilo retoricamente carregado que transbordava da atividade literária – eixo da vida cultural brasileira desde seu aparecimento regular até inícios do século

⁸¹ ALENCAR, José de. *Cartas de Erasmo*. Organização de José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 2009, pp. 282-285.

XX, como expôs Antonio Candido⁸² – para as demais. Inclusive o emprego do pseudônimo e a técnica epistolar, diga-se de passagem, parecem resíduos literários em meio ao debate político. Mas é no âmbito deste em que nos encontramos, e o que interessa é o desenvolvimento do raciocínio.

E com efeito, sua lógica espanta pela semelhança com as formulações, mais sucintas, é verdade, da abertura de “Pai contra mãe”. Vejamos as colocações. De início, Erasmo considera a escravidão como fato social dentre outros, ou melhor, como tantas outras instituições antigas; não fossem estas, aliás, a história moral não se daria a ver como progresso e ficaria incompreensível, já que, divinamente pronto e acabado como objeto da natureza, o direito, expressão máxima da razão e portanto do homem, não se distinguiria dela. Retomando laços com o presente, o simples fato de os interesses de um povo ligarem-se à manutenção do escravismo por si já deveria legitimá-lo, para além do argumento anterior de que as formações regressivas e historicamente superadas dariam um testemunho tão preciso e necessário do progresso quanto o próprio. Neste novo passo, acrescenta-se a ele e a Deus a autoridade do povo, ou seja, o desejo da nação. A escravidão está em vias de desaparecimento, o que é reconhecido sem dificuldade; mas ainda não morreu, e por isso não se pode matá-la por prevenção. Entre parênteses, aqui vemos mais claramente a posição desengonçada de Alencar e de muitos contemporâneos seus, que é a de uma abolição gradual e pacífica, muito a longo prazo e conforme a decomposição natural do sistema escravocrata, como se se tratasse de um organismo⁸³. A aceleração do processo, contrária às leis reais da evolução social e tanto mais às tradições nacionais, só se explica por uma tara apressada pelo futuro, tão daninha quanto a pelo passado, devendo-se é claro optar pelo meio termo justo, onde mora a verdadeira religião do progresso. Alencar não desconhece e inclusive paga tributo a todo momento em sua argumentação aos padrões intelectuais modernos generalizados junto à ordem do capital pela norma anglo-francesa; não pode desconhecer, como membro de uma elite irmanada em cultura com as da Europa, que a escravidão é repugnante, o que impede uma defesa apaixonada tendo em vista os ditames da racionalidade e da humanidade que não se vê livre enquanto parte sua permanecer agrilhoada. A situação é delicada: não se pode nesta posição aderir intelectualmente a um instituto que postula a inumanidade de uns contra a humanidade de outros, o cativo e a

⁸² Ver CANDIDO, Antonio. “Literatura e cultura de 1900 a 1945”. In: *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro, Ouro sobre Azul, 2011, pp. 137-145.

⁸³ Ver TREECE, David. “O indianismo romântico, a questão indígena e a escravidão negra”. In: *Novos estudos CEBRAP*, n° 65, março de 2003, pp. 141-151.

assimetria após a Revolução francesa. Como resposta, Alencar assinala que já houve coisa pior e que, de tamanha violência e tirania, historicamente listada, pôde emergir a ordem humana. Da opressão veio o progresso e a liberdade, em razão dos quais um povo que ainda se sustenta sobre a escravidão deve esperar até que esta desfaleça. Até lá, contudo, cabe ressaltar sua importância como base de todo desenvolvimento da civilização brasileira. Para provar o ponto, o autor conclui pela necessidade de percorrer a história da humanidade.

A consideração da escravidão a partir de seu vínculo com tantos outros fatos da história, com um grão de verdade porém em registro universalista anódino e com virtualidade apologética; a visão crítica de um progressismo abstrato, permitida pelo olhar atento para o que há de permanência e necessidade de arcaísmos pouco louváveis no desenvolvimento histórico; a dificuldade de sustentar tal olhar, já que não pode prescindir dos valores da modernidade e da razão que dão os instrumentos a seu raciocínio, o qual, por isso mesmo, só se sustenta com arranques despropositados; e, nesse sentido, a desconfiança que suscita no leitor a passagem sem mediações do caso político em foco às enormidades da história universal – ponto por ponto, reencontraremos estes raciocínios na abertura de nosso conto. Não estamos, é claro, insinuando uma referência direta a essas cartas, que remetem a uma posição política mais ampla e de curso significativo entre os intelectuais conterrâneos do momento. Trata-se antes de indicar a retomada machadiana do clima de pensamento e debate de seu meio social, dando-lhe a pertinência literária por força da qual suas inconsistências ficam à mostra. É no confronto com a narrativa subsequente, como veremos, que o campo de posições demarcado por Alencar e condensado por Machado no espaço de poucas linhas sofrerá seu desmentido, o que sinaliza o caminho para a compreensão da função exercida pela narração no conjunto do texto, bem como para o entendimento da armação formal deste. Por ora, vale ressaltar que o expediente recuperador, miniaturizando argumentos e ideias, participa da disposição machadiana geral de assumir o lugar-comum como elemento literário. Não se pode evidenciar melhor sua opacidade que pondo-a em contexto narrativo. Além da atitude satírica, o recurso deliberado ao clichê concorre para o caráter *situado* do texto machadiano, o qual, sem abrir mão da consistência interna que empresta à trivialidade o devido aspecto, acusa-se a cada passo como objeto participante *na* ou ainda *em relação à* cultura, isto é, tomando seu nexos com o contexto social como dado literariamente constitutivo. Donde o que por força de configuração tem de compósito e de constructo, de algo montado a partir da linguagem petrificada do cotidiano, agora esteticamente reordenada, respondendo por sua afinidade com a arte moderna e exigindo

para seu entendimento o vai-e-vem entre âmbitos interno e externo que é um momento da própria composição.

Antes de enfim passar adiante e deixar para trás este primeiro parágrafo singelo, é preciso dizer algo a respeito do mecanismo segundo o qual orbitam as ideias nesta prosa à luz da reflexão schwarziana e seu conceito de *ideologia de segundo grau*. Pois reencontramos no excerto de Alencar algo fundamental para a caracterização de seu funcionamento: a desnecessidade, na construção dos raciocínios, da adesão racional e subjetiva para a defesa das próprias posições, tranquilamente apoiadas na evidência de uma vida que, sem que se oculte o que nela há de condenável, não obstante pôde prosseguir e lançar os alicerces de uma ordem que se quer civilizada, fruto do progresso⁸⁴. Já comentamos o avanço relativo dessa posição, enunciada com a tranquilidade de quem constata os opostos em presença na própria experiência, um servindo de apoio ao outro, e que forma mais um capítulo relativo à força desmistificadora potencialmente presente no ânimo conservador⁸⁵. Mas fato é que, no contexto brasileiro e mobilizado para a defesa da escravidão, o conservadorismo antiliberal passa a operar também ele segundo o mecanismo das ideologias de segundo grau. Nele, o determinante para a elaboração intelectual reside não no objetivo de conhecimento mediante atitude sistemática, mas sim na circunstância prática, no papel de reconhecimento das partes concernidas pelo nexo ideológico. A orientação do pensamento não é dada pelo argumento e pela consistência interna, pela exigência da posição coerente com seus pressupostos intelectuais; está aberta a margem ao arranque discricionário, à fuga generalizante da particularidade, à reunião dos vários termos contraditórios de uma mesma situação (civilização, barbárie; ordem, desordem; racionalidade econômica, arbitrariedade paternalista; disciplinamento brutal, piedade cristã etc.) sem que

⁸⁴ Nessa chave podemos ler ainda uma frase de aparência singela de um conto do primeiro período machadiano, “Mariana”, de 1871. Nele, a jovem escrava que dá nome à narrativa se apaixona pelo herdeiro da família de que é cria, o Coutinho, junto ao qual cresceu com a intimidade de irmãos. Para escapar à visão intolerável de seu casamento com uma prima, ela foge, provocando dor e indignação de sua senhora, mãe do amado: como é possível tamanha ingratidão? Solidarizando-se em gesto com a mãe, Coutinho, que pouco antes descobrira-se amado pela escrava, sente internamente um prazer curioso, que não é menos intenso só porque a paixão vem de uma mulher abaixo de sua condição. Diz ele: “surgiu em meu espírito uma ideia que a razão pode condenar, mas que nossos costumes aceitam perfeitamente”. É preciso reconhecer a condenação racional, e igualmente deixá-la de lado porque nossos costumes, mais benevolentes que ela nalguns aspectos, permitem acomodações do tipo. Não é difícil perceber o fundo canalha do moço-família sob o verniz estilístico romântico do conto. Cf. MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. “Mariana”. In: *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008.

⁸⁵ Tal força não é singularidade brasileira: o pensamento conservador ao longo de todo o século XIX, em mais de uma vertente, se inaceitável do ponto de vista progressista liberal que o combateu oferecendo promessas de emancipação, por outro lado pôde indicar com exatidão seus limites e os momentos de contradição em suas próprias expectativas de emancipação; nisso, aliás, coincide, ainda que com sinal trocado, com posições de seu extremo oposto no espectro político.

entrem em conflito e conduzam mediante este a um ponto de superação. São traços comuns à prosa reflexiva e descritiva de “Pai contra mãe” e ao excerto de Alencar, que ao abdicarem do confronto entre o ideal e o existente e ao tomarem este como critério evidente se encaminham para o *cinismo* – outra marca daquele funcionamento ideológico específico que mencionamos.

Daí a dificuldade em aquilatar o ponto de vista que preside a estas linhas e outras; não parecem exprimir a crença efetiva no que se diz, a convicção defensável ancorada no acúmulo estruturado. Ignorando as exigências específicas de cada posição ou estilo que adota, a fisionomia intelectual brasileira estava aquém delas, sem prejuízo de desautorizá-las, num lance que combina o cinismo desmistificador e desacreditado das pretensões de efetividade do que sabe ser ideológico, com um rebaixamento intelectual que é seu negativo, pois corta o rendimento específico dos termos que adota, o que é uma condenação à arbitrariedade. Mas esta tem curso livre quando a regulação local das ideias as desobriga de ter parte com o momento sistemático e coerente da reflexão; seu estatuto é o da disponibilidade segundo os ritos da prática. O arbítrio da ordem que se perpetua como fim em si está transposto no arbítrio do movimento das ideias. Que elas digam uma coisa e a experiência diga outra, pouco importa; as ideias já não enganam ninguém, se é que um dia enganaram, e se se insiste em manter as palavras de ordem e os ideais do progresso é porque já não dizem respeito ao que enunciam, mas à circunstância da enunciação. A falsidade não é interrompida ao ser constatada. Sabidamente falsa, é um fato da vida, com seus altos e baixos, e sua manutenção é tão irresistível quanto a perpetuação da ordem social. O fatalismo talvez seja a verdadeira filosofia da história do cinismo, cujo único engano está em ver necessidade onde não há. Aliás, a este propósito, Faoro já notou que “sociedade ou natureza — tudo o que, exterior ao homem, lhe governa os sentidos, a imaginação, os instintos — reduzem-no a um chocalho que ri e sofre. Na visualização do problema social, bem verdade, a natureza se transmuta em sociedade”⁸⁶. A formulação de Sloterdijk cai como uma luva para caracterizarmos a atitude do narrador machadiano: é a própria “falsa consciência esclarecida”⁸⁷.

⁸⁶ FAORO, Raymundo. “Patrões e cocheiros”. In: *Machado de Assis - A pirâmide e o trapézio*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976, pp. 335.

⁸⁷ SLOTERDIJK, Peter. “Cinismo: crepúsculo da falsa consciência”. In: *Crítica da razão cínica*. São Paulo: Estação Liberdade, 2012, pg. 34. Apesar da adequação desta formulação, não estamos querendo com isso meramente transpor o esquema de Sloterdijk para este outro contexto, tão diverso dele. Com efeito, o cinismo difuso que para o filósofo atravessa e redefine a falsa consciência na sociedade contemporânea é indissociável desta, de seu padrão técnico de abundância material, de seu caráter urbano e de massa. O que outros autores chamariam “capitalismo tardio”. Ver, a este propósito, algumas indicações de Schwarz sobre o novo funcionamento ideológico da atualidade e a desautorização que implica para as expectativas da vanguarda do início do século XX em SCHWARZ, Roberto. “Altos e baixos da atualidade de Brecht”. In: *Sequências*

Seguindo em sua breve exposição de aparelhos e ofícios, o narrador passa à descrição do ferro ao pescoço, coleira grossa usada com escravos fujões e que “pesava, naturalmente, mas era menos castigo do que sinal. Escravo que fugia assim, onde quer que andasse, mostrava um reincidente, e com pouco era pegado”. A sequência da máscara ao novo instrumento aproxima a exposição da narrativa, aproximação teleguiada pelo foco narrativo para chegar na história que deseja contar; vai-se estabelecendo assim certa ligação entre reflexão e enredo, referindo um ao outro sem que haja entretanto continuidade entre as generalizações e as vicissitudes da família Neves. O vínculo ficará sendo o desígnio de quem nos fala diretamente, inclusive com uso do imperativo (“Imaginar”), como se nos quisesse mostrar algo ou uma ideia, cabendo ao leitor decifrar o nexos entre as partes, digressão e narração. De todo modo, nas palavras transcritas acima chegamos à mesma lógica de raciocínio do parágrafo anterior: após a descrição seca de um instrumento de tortura, reconhece-se o que tem de doloroso e violência para adversativamente colocar que não era tanto uma punição, o que o faria parecer uma simples brutalidade, mas sobretudo um sinal. A função prevista socialmente ameniza o que à primeira vista é mera irracionalidade, e o ferro ao pescoço participa da eficácia de uma ordem social, a qual detém a palavra final. E fica reestabelecido o contrassenso entre componentes de arbítrio e barbárie formando no campo da racionalidade social: o tempo de captura de um escravo está organizado pelo cálculo que prevê e quer encurtar as durações de uma caça, e que aqui comanda o disciplinamento direto.

Voltando-se às fugas de escravos – uma das quais está posta como desfecho da história, de resto pontuada de fundo por elas – o narrador lança uma primeira indicação cronológica do momento que nos está detendo a atenção. “Há meio século” remete ao entorno de 1850, ponto que marca o início do fim da escravidão. A manutenção desta, como expôs Luiz Felipe de

brasileiras. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. Mas já que tocamos neste assunto, nem se pode simplesmente aplicar ou criar falsas identidades entre um cinismo e outro, como também não se pode ignorar as afinidades. Salta aos olhos a convergência entre o cinismo viril de matriz colonial e o novo grau da ideologia, bem como entre o colapso contemporâneo do processo modernizador e formas históricas de desigualdade e ordenação social próprias a ex-colônias. No fim de século passado, Paulo Arantes trouxe a questão: “Não quero parecer ufanista, mas em matéria de cinismo também estamos na frente. Ou melhor, continuamos. (...) Enquanto na metrópole um espesso véu vitoriano ainda recobria o interesse nu e cru do pagamento em dinheiro, numa longínqua sociedade colonial a exploração prosperava a céu aberto, direta e seca. Na metrópole, todos faziam, porém a rigor não sabiam de nada, ao passo que na periferia todos sabiam muito bem o que estavam fazendo”. (ARANTES, Paulo. “Eles sabem o que fazem”. In: *Zero à esquerda*. São Paulo, Conrad, 2004, pg. 109).

Cabe lembrar que, se a periferia é a verdade do centro, é também o sentido para o qual caminha historicamente, o progresso da acumulação capitalista significando o regresso aos modos originários de apropriação e violência que permitiram sua emergência histórica. Voltaremos à questão na parte final deste trabalho.

Alencastro, esteve no centro da consolidação da unidade territorial do país após a independência, tendo reunido proprietários, política profissional e diplomacia em torno da pauta do tráfico negreiro contra os desmandos do poder inglês, para quem a servidão era obstáculo à expansão do mercado de consumo de seus produtos industriais. Após uma série de falsas iniciativas por debaixo das quais o comércio escravo a bem da verdade prosperava como nunca, a promulgação da Lei Aberdeen (1850) obrigou a classe dominante a ajustar seu pacto, reafirmando o latifúndio ao optar pelo trabalho do imigrante, que pelo novo ditame jurídico ficava proibido de tornar-se dono de terras⁸⁸. A imutabilidade na base da estrutura social e também em seu comando não impediu – tendo em vista que a partir de então a mercadoria escrava efetivamente escassearia e a instituição agonizaria – que novas formas de sociabilidade e trabalho se configurassem num processo que na segunda metade do século XIX alteraria a composição demográfica carioca, bem como a configuração urbana do mundo do trabalho na capital. Esta passaria por um momento novo de europeização, tanto no campo propriamente econômico, à medida em que o capital anteriormente empatado no comércio negreiro passaria a voltar-se a atividades financeiras e empreendimentos modernizadores, quanto em âmbito demográfico, com as novas levas de imigrantes portugueses que já em 1870 teriam modificado as feições da cidade⁸⁹. Voltaremos especialmente às consequências deste período modernizador no âmbito do mercado de trabalho ao longo da análise da narrativa. Por ora, note-se que à altura de 1850 o Rio de Janeiro permanece uma concentração urbana de escravos sem paralelo no mundo americano.

O recurso ao recuo temporal em “Pai contra mãe” está longe de ser caso isolado na contística machadiana: para além dos exemplos de narrativas mais ostensivamente apartadas no tempo e no espaço, que podem situar-se na China dos primeiros exploradores europeus ou na Alexandria do período helênico, não raro contos imediatamente referidos à vida brasileira nos são apresentados como casos ocorridos a gente já morta, morte que conferiria autorização para que suas peripécias nos fossem apresentadas. A princípio, estaríamos diante de um procedimento passavelmente antirrealista, uma vez que insiste em sobrevoar a história sem outro critério senão a busca pelos eventos insólitos, de máxima curiosidade e estranheza, o que, sem lhes diminuir o interesse de leitura, parece conferir-lhes um quê de desfrutável, de raridade

⁸⁸ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “La traite négrière et l’unité nationale brésilienne”. In: *Revue française d’histoire d’outre-mer*, volume 66, n°244-245, 1979, pp. 395-419.

⁸⁹ SCHWARZ, Roberto et al. “Machado de Assis – um debate”. In: *Novos estudos CEBRAP*, n° 29, São Paulo, 1991, pg. 60.

que entretém sem no entanto participar da atitude investigativa e totalizante de que se revestiu a seriedade oitocentista em literatura. O tom faceiro, próximo da conversa de salão e da fofoca, instigado por singulares ocorrências muitas vezes situadas num passado mais ou menos distante, quando não remoto, e eventualmente em pontos longínquos e quase lendários do mapa-múndi, afasta-nos evidentemente dos pressupostos de um realismo problematizador, devotado ao levantamento sério, beirando o científico, de um presente atravessado por forças históricas em movimento. Tende antes à exemplaridade do evento extraordinário e curioso, transformada já a esta altura dos desdobramentos literários em artigo banal e ingênuo por sua fascinação pelo único, em contraste com as exigências da construção integradora da contingência cotidiana e da visão total do mundo próprias à prosa de ficção oitocentista. Repassando acontecimentos miúdos e alçando-os pela visada universalista, alheia às leis que coordenam as linhas de conduta neles envolvidas, à condição humana sem mais, a narrativa breve de Machado parece ficar aquém do conceito de literatura que lhe é contemporâneo, que havia ampliado o âmbito da matéria passível de tratamento literário e por conseguinte as demandas do trabalho formalizador no sentido de sua relevância como conhecimento e elaboração da realidade social. Neste quadro, o conto machadiano ganha aspecto de passatempo precioso e arcaizante. Contudo, como apontado por Antonio Candido, o recurso ao arcaísmo parece estar nele a serviço de desenvolvimentos modernos⁹⁰. Estaríamos assim outra vez nos deparando com a oportunidade vanguardista de elementos desviantes da norma burguesa, ou ao menos anteriores à sua consolidação como padrão cultural mundial, posto que atestando sua permanência na nova normalidade? Diga-se de passagem que não seria a última vez, e que o modernismo retomaria programaticamente estes encontros contraintuitivos em veio construtivo e de afirmação nacional.

Aterrissando e retomando contato com nosso conto, o segundo parágrafo, ao tratar mais circunscritamente do tema da fuga de escravos, talvez evidencie mais que os outros a qualificação conferida por Schwarz ao tom deste narrador: é “proto-brechtiano, isto é, maldosamente didático”⁹¹. Vejamos: nas palavras do narrador, a escravaria era numerosa, e não necessariamente toda ela gostava de sua condição; também, poderia ser submetida a castigos físicos, de que tampouco era a fim. “Sucedia ocasionalmente apanharem pancada, e nem todos

⁹⁰ CANDIDO, Antonio. “Esquema de Machado de Assis”. In: *Vários escritos*. Rio de Janeiro, Ouro sobre Azul, 2011, pg. 22.

⁹¹ SCHWARZ, Roberto. “Passado remexido”. Entrevista concedida a Sílvia Colombo, pela Folha de S. Paulo. Ilustríssima, 18/05/2014.

gostavam de apanhar pancada”. Comentando esta passagem, John Gledson notou que, ao tratar da escravidão na reta final de sua obra, Machado deve ter sentido “a necessidade de distanciar-se, mas agora com um sarcasmo doloroso que trai verdadeiro horror”⁹². Este é, sem dúvida, o efeito proporcionada pela frase, e pôr o horror em evidência parece uma intenção estrutural da composição do conto. Mas leiamos novamente: num primeiro plano, nos é dito que de fato havia motivo óbvio para fugas; a maldade deliberada, contudo, está em sugerir, no subtexto, que parte dos escravos talvez não se queixasse da escravidão – ou pior, que outra ainda gostava de apanhar pancada⁹³. Num primeiro momento, o reconhecimento sarcástico de que o fato social da escravidão e suas práticas explicava por si só a recorrência das tentativas de escape, algo portanto grotesco, merecidamente relegado ao passado; de outro, subterraneamente desponta a assunção da inoperância daquele ponto de vista frente à massa dos bem acomodados às circunstâncias. Reconhecimento de uma norma crítica à prática social bem como o de sua inefetividade, o que, sem retirar o aspecto de horror inerente à ordem da vida, não obstante aponta para o fato de que houve vida e mesmo acomodação sem maiores problemas, fatos que por si legitimam a mesma ordem, que prescinde dos valores que postula mas que sabe não poder cumprir. A distância entre o existente e o dever-ser não é simplesmente anulada, note-se; é apenas constatada como insuperável. Não se trata assim de simples hipocrisia ou má fé, ou de insinceridade interessada no encobrimento do inconfessável, ainda que o interesse de classe tenha papel forte nesta configuração ideológica. Ou melhor, justamente o ponto de vista de classe faculta àquele que nos narra a dualidade de abordagens, o estar a par de uma norma que não é nem desmentida nem exatamente distorcida, apenas tomada como inútil, ainda que ilustre. E talvez caiba acrescentar que não se trata de mentira, e que a possibilidade de acomodação omissa e semi-colaboração dos dominados com a própria dominação é um desmentido

⁹² MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. “Uma breve introdução aos contos de Machado de Assis”. In: *50 contos de Machados de Assis*. Seleção de John Gledson. São Paulo, Companhia das Letras, 2007, pg. 14.

⁹³ A sugestão se acha dita por extenso na crônica publicada por Machado em 19 de maio de 1888, no imediato pós-Abolição. Nela, um senhor bem-falante nos comunica de seu gesto nobre, e muito publicizado inclusive por ele mesmo, de ter alforriado seu escravo Pancrácio dias antes da assinatura da Lei Áurea. Não precisamos repisar a centralidade das aparências e do olhar público nesta forma de sociabilidade. De todo modo, Pancrácio, logo se vendo largado à viração do mundo, resiste a se afastar do senhor e ir viver com independência. Bondosamente, o (ex?) amo o acolhe, promete-lhe mesada e vê o servo grato lançando-se-lhe aos pés. Voltando à voz adotada pelo cronista, a moral de sua história é o retorno, ou melhor, a mera manutenção dos laços que mantinha com servo, das pancadas risonhas, da passividade do escravo. Lá pelas tantas, lemos: “Tudo compreendeu o meu bom Pancrácio; daí para cá, tenho-lhe despedido alguns pontapés, um ou outro puxão de orelhas, e chamo-lhe besta quando lhe não chamo filho do diabo; cousas todas que ele recebe humildemente, e (Deus me perdoe) creio que até alegre”. Cf. MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Melhores crônicas – Machado de Assis*. Org. de Salete de Almeida Cara. São Paulo: Global editora, 2003, pp. 150-2.

desagradável dos postulados universais do esclarecimento, da inexorável luta humana pela liberdade como ponto final da história. A zona cinzenta de cooperação abjeta dá-se pela primeira vez à mostra⁹⁴.

Além do jogo irreconciliável e incessante entre norma e experiência particular que a desautoriza – o qual remete àquela oscilação construtiva das primeiras linhas do conto entre um foco por assim dizer universal que se particulariza para logo em seguida se ampliar e assim por diante – é preciso notar a presença de outro padrão tácito que contribui para a estranheza desta prosa, ou ao menos para o desconforto do leitor frente ao humorismo de seu ponto de vista. Como é sabido, o tema escravo foi tabu para a maior parte da literatura brasileira do dezenove, e sua ausência ou marginalidade sumária nesta produção não deixa de chamar atenção em obras que nascem já tão devotadas à descrição de costumes e ao registro do cotidiano especificamente nacional⁹⁵. Fato onipresente e vexatório na sociedade brasileira, particularidade verdadeiramente sem paralelo, a escravidão encontrava pouca repercussão como fator estético

⁹⁴ Ver ARANTES, Paulo. “*Sale boulot*”. In: *O novo tempo do mundo*. São Paulo, Boitempo, 2014.

⁹⁵ O recorte das obras às quais nos voltaremos a seguir (Gonçalves Dias, Castro Alves, Macedo, Bernardo, a peça de Alencar, mas também os contos de Machado), bem como o comentário das diferentes posições tomadas por cada uma diante do tema escravo, foram propostos pela professora Priscila Figueiredo no curso “A cena infame e vil na literatura brasileira”, ministrado na FFLCH/USP no segundo semestre de 2017. O presente trabalho deve consideravelmente a muitas de suas questões e perspectivas, e por isso vale a pena fazer aqui algumas observações sobre suas linhas gerais, embora o registro em nota de rodapé não dê a dimensão de nossa dívida para com o curso. – No que diz respeito à literatura de Machado de Assis, o leitor notará como o tratamento dado por ele ao olhar esclarecido diante de uma realidade que o constrange sem cerimônia reaproveita esta espécie de fuga do intelectual frente à realidade da escravidão. Se por um lado, em Machado, o olhar informado de cosmopolitismo faz vistas grossas à base social intelectualmente insustentável que materialmente o sustenta, por outro sua curiosidade ligeiramente *voyeur* é satisfeita, não sem uma agressividade de violência inaudita e cuja gosto em lançar aos olhos do leitor aquilo que ora ele prefere ignorar, ora se pica de curiosidade em ver, se aproxima do teatro da crueldade (como aliás captou o cineasta Sérgio Bianchi ao adaptar ao cinema, com técnicas deste tipo de cena, “A causa secreta” em filme de título homônimo, lançado em 1994). – O ponto de fuga do curso consistia num problema básico da literatura brasileira, que diz respeito a seu confinamento de classe e decorrente incapacidade de absorver como seus os estratos da experiência do trabalho e dos trabalhadores em geral. Uma alienação específica de ex-colônia, devida às clivagens da escravidão e à ausência de organicidade social. Ora, a questão da incorporação da experiência do trabalho e da pobreza à literatura não é uma questão meramente temática, e se relaciona intimamente com seu desenvolvimento formal imanente. Retomando a observação de Adorno, para a qual Priscila Figueiredo chamou atenção, as possibilidades da racionalização artística se expandem apenas na medida em que as obras são tensionadas e solucionam dentro de si o não-idêntico, o dissonante, convertendo-o em força produtiva. Só garante a própria beleza e a própria coerência o trabalho artístico capaz de desrecalcar o contra-harmônico que o belo havia condenado; “o momento do feio aparenta-se à sua espiritualização”. Mas a categoria do feio não é alheia às categorias da reprodução social: “[o] oprimido, que deseja a revolução, é vulgar, segundo as normas da bela vida da sociedade feia, desfigurado pelo ressentimento, carrega todos os estigmas da degradação sob o fardo do trabalho servil, sobretudo corporal” (as últimas citações entre aspas se encontram em ADORNO, Theodor W. *Teoria estética*. Lisboa: edições 70, 2008, pg. 81). Vê-se por aí que, com efeito, o ritmo arbitrário e rarefeito de nossa vida espiritual não se devia apenas às malcriações do influxo externo, e se prendia desse ângulo a um afastamento da arte quanto ao horror social, o que a afastava de seu conceito e a aproximava da etiqueta.

numa “literatura ligada ideologicamente à estrutura de castas”⁹⁶. Uma primeira abordagem, ainda que no registro cifrado, clarividente e inespecífico do vate romântico, foi tentada por Gonçalves Dias em *Meditação* (1846), quando em meio a suas visões o poeta enxerga círculos concêntricos de negros acorrentados e açoitados por brancos. O horror da imagem todavia o afasta rapidamente da cena demasiado torpe. Movimento de aproximação e afastamento assustado que se repetirá, aliás, n’ “O navio negreiro”, de Castro Alves⁹⁷. Algo do medo difuso das classes dominantes frente às sublevações e conflitos do período regencial, no texto de Gonçalves Dias, transmite-se à figuração dos escravos, percebidos como ameaça potencial também por Macedo em *Vítimas algozes* (1869)⁹⁸. Diferente do índio, remoto no espaço, e, para os literatos da época, também no tempo, o negro era evidência diária e vergonhosa, elemento caseiro e familiar que não se prestava à idealização de cunho lendário como o outro.

O que não impediu, sob o signo do ímpeto abolicionista, que fosse idealizado ele também: como exposto por Antonio Candido, a incorporação do escravo à literatura brasileira deu-se mediante sua adaptação aos padrões heroicos e sentimentais caros ao gosto médio da burguesia urbana local, como exemplifica “A cachoeira de Paulo Afonso” (1876), de Castro Alves. De certo ponto de vista, um ganho na matéria a ser elaborada, na medida em que um elemento central da vida local ganhava, mesmo que timidamente, estatuto literário; de outro, vê-se não raro na poesia condoreira engajada pela abolição menos a elaboração da experiência efetiva dos escravos—a qual permanecia excluída do campo de visão de uma vida ideológico-cultural que os segregava, o que, como se sabe, não se resolveria nem com o fim jurídico do cativo — do que uma simples mudança na cor de pele de protagonistas talhados ao manequim romântico. Noutros casos, nem tanto: como se sabe, *A escrava Isaura* (1876), de Bernardo Guimarães, além de branca tem a educação de uma moça de sociedade e é tão mais pura na medida em que não se revolta e suporta toda violência como quem sabe seu lugar... Candido, tratando destes disparates, realça o que têm de positivo; contribuíram para criar no público leitor

⁹⁶ CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos (1750-1880)*. Rio de Janeiro, Ouro sobre Azul, 2013, pg. 589.

⁹⁸ Num raio maior da experiência histórica, note-se que o contexto global é de temor das elites frente à disseminação da revolta entre os dominados, que passaram a encarar seriamente a possibilidade da autodeterminação política em fins do século XVIII, como prova o exemplo mais assustador possível para o partido brasileiro da propriedade: a revolta de São Domingos no Haiti em 1791. Ver ARANTES, Paulo. “O novo tempo do mundo”. In: *O novo tempo do mundo*. São Paulo, Boitempo, 2014, pg. 92.

certa simpatia pelas personagens em condição servil e conferiram-lhes dignidade, trazendo à literatura os que dela estavam segregados.

Há aí decerto um momento de verdade. No entanto, no que toca a efetiva ampliação pela produção condoreiro-abolicionista da matéria histórica a ser trabalhada pela literatura – não só enriquecendo-a como de certo modo servindo de condição de possibilidade para a depuração e constituição de obras de maior consistência, pelo aprofundamento na experiência da totalidade social que se tratava de transpor –, temos uma contraprova no fato de que a estilização romântico-heroica permaneceu inalterada enquanto diretriz formal preponderante. Não que sua coexistência com o material escravo não produzisse contrassensos e que estes não cristalizassem uma particularidade histórico-social, mas o poder de sua revelação refere-se aos impasses ideológicos no âmbito da elite, capítulo em que a experiência da pobreza continua no silêncio. Em “Pai contra mãe”, vemos um tratamento muito diverso do tema, distanciado, cáustico e de implicações desmoralizantes para as vítimas. Um lava-mãos de classe, sem dúvida, mas que demonstra a capacidade de revelação do cinismo dos de cima, ainda que fique em evidência e porventura até enunciada a inaceitabilidade da ordem de que se beneficiam. Como se o partido da propriedade tivesse já então capitulado definitivamente das pretensões civilizatórias que lhe douravam a imagem, sem que deixe de cuidar desta: só não se leva mais a sério, o que de seu ângulo pode ser uma espécie de superioridade intelectual.

De resto, o tema da mãe escrava já estivera no centro de duas obras brasileiras anteriores: na peça *Mãe*, de José de Alencar, onde predomina o apelo à ética sacrificial e a idealização da fidelidade servil, e que faz lembrar do conto “Mariana”, em que a jovem escrava apaixonada pelo seu senhor decide morrer para não o ver casado e também, podemos supor, para não lhe ser um empecilho nem uma mancha na reputação de sua casa; e no poema “Tragédia no lar” de Castro Alves, em que a palavra está com o impulso de luta dos oprimidos pela sua liberdade contra os agentes da opressão, emprestando às crispações retóricas sua vibração heroica.

O tratamento dedicado ao tema escravo em Machado difere de todos estes esboços anteriores. Antonio Sanseverino⁹⁹, comentando um conjunto formado por “Mariana”, “O caso da vara” e “Pai contra mãe”, observou bem que a figura da escrava nunca nos é representada autonomamente nessa contística. Mesmo quando capaz de alguma agência, como no caso da primeira narrativa, o ponto de vista está com os de cima; no mais, é como se os acontecimentos

⁹⁹ SANSEVERINO, Antonio. “A presença de escravos em alguns contos de Machado de Assis”. Novo Hamburgo, revista *Práxis*, n. 2, jul./dez. 2018, 160-72.

chegassem àquelas personagens, não o contrário. Tampouco sabemos o que as levou às situações em que as encontramos, suas vidas pregressas etc. Uma figura significativa e quase alegorizante dessa situação está na negrinha Lucrécia, do segundo daqueles contos, que se esforça tanto em tossir quanto em rir para dentro, como que fingindo que nem está ali. Nisso, podemos imaginar, a atitude de Machado não se afasta significativamente de uma literatura umbilicalmente ligada à estrutura escravocrata, e não significa uma superação. Contudo, creio que se olharmos a questão mais de perto perceberemos que, ainda que lateral e apagada, a presença da figura escravo tem peso formal decisivo. Naturalmente retornaremos a isto com mais demora na análise dos momentos finais, mas cabe dizer desde já que “Pai contra mãe” é talvez o texto mais significativo desse reordenamento geral produzido pela aparição em relance da escravidão: após surgir e desaparecer Arminda, os termos pelos quais lemos e interpretamos o conto estão inteiramente alterados. O mesmo vale para “O caso da vara”, em que o castigo de Lucrécia expõe não só o lado menos benevolente da proprietária superpoderosa como os limites da solidariedade numa dinâmica hierárquica de favor. Em ambos os casos, a punição da parte fraca porta um elemento de moeda, de troca, seja por uma recompensa boa, seja pelo obséquio; mas justamente por esse caráter de denominador das trocas faz com que entrevejamos a partir da figura escrava os termos em que está dado o conjunto das relações. Se sua aparição literária é sempre fugaz, nem por isso o escravo deixa de ser central; só que é preciso qualificar esse lugar: trata-se de uma *centralidade negativa*. Fica-se tentado a dizer: é um centro que está nas bordas da configuração. De pouco volume na composição, é em função da figura escrava que tudo aquilo que ficou positivamente apresentado perde fundamento e precisa ser reexaminado.

Segue no terceiro parágrafo de nosso conto um pequeno apanhado de circunstâncias atenuadoras da situação servil, num movimento que já vínhamos acompanhando: enuncia-se o indefensável, para em seguida dissolvê-lo em estratégias que vão da ponderação inegável de sua função para a ordem até a sentença generalizante. O recuo aqui justifica-se, seja pela presença benevolente da figura do padrinho, o qual tomava as dores aos escravos e advogava em sua causa, valendo-se para tanto dos mecanismos de prestação e contraprestação que o ligavam a seu proprietário; seja pela relativização da dureza deste, cuja vindicação do direito de punição ficaria restrita pelo “sentimento de propriedade”, já que “dinheiro também dói”. Quanto a este último ponto, note-se que serve, ainda que remotamente, de ancoragem histórica para a narração, pois no que consta da historiografia a recorrência e a virulência dos castigos físicos teriam sido relativamente aplacadas pela escassez da mercadoria escrava após o fim

efetivo do tráfico negreiro após 1850. Ressalta mais, no entanto, a situação ambígua em que fica a propriedade, bem de acordo com a reflexão geral do narrador: brutal por um lado, posto que por ela se abre a possibilidade mesma da punição, mas restritiva e nesse aspecto quase civilizadora por outro, já que maneira a violência que ela mesma instituiu. Vemos que o balanço irresolvido e nem por isso falseador entre perspectivas opostas porém complementares no desconjuncto segue nos acompanhando, quase que ditando o ritmo da reflexão desta prosa. Termos e perfis contraditórios sobre um tema dispostos uns ao lado dos outros, sem que da contiguidade resulte embate. Na falta do conflito e da decorrente superação, o que sobressai é sua acomodação geral a despeito das inconsistências, no que está talvez o seu interesse de verdade. Veremos na narrativa os efeitos deste regime de acomodações insólitas no que toca a dimensão temporal.

Não podemos deixar escapar, ainda, que ao leitor machadiano o apelo ao apadrinhamento como saída salvadora para o escravizado faz franzir o cenho: basta lembrar o final de "O caso da vara" para se dar conta dos limites de atuação da figura do padrinho, cuja ação, se permitida pelas trocas obsequiosas com o proprietário, é também moderada por este mesmo mecanismo do favor, o qual antes reforça as assimetrias e tende no limite a fazer romper a corda do lado da parte mais fraca¹⁰⁰. Mas talvez a fraqueza destes fatores de amenização dos aspectos diretamente violentos da escravidão, ou a limitação de sua eficácia, esteja reconhecida pelo próprio narrador no movimento sinuoso de sua exposição. Afinal, as fugas continuavam a ocorrer, e em mais um passo sem transições os pontos de vista há pouco levantados passam para um segundo plano que não os desdiz. Não falta perspicácia à inconsistência intelectual, nem capacidade de perfilar o assunto de muitos ângulos. Nem a disposição saudável de se amoldar às circunstâncias é atitude exclusiva de quem nos fala, posto que própria ao movimento de sobrevivência real: o escravo que seguia de volta à casa poderia passar a escravo de ganho, e assim os bens do senhor e a integridade física dele ficavam assegurados. Recompensa pelo mérito? Ganho em autonomia da parte de quem serve? Ascensão social à brasileira? Há até algo de risonho nessa caracterização: o escravizado em geral é menos revoltado que ladino. De todo modo, há na própria composição elementos e correlações virtuais que relativizam isto que percebemos como abrandamento da escravidão e sua profusão dos castigos físicos: o próprio fato de estes, seus aparelhos e funções, terem dado ensejo às reflexões iniciais sobre o instituto

¹⁰⁰ Aqui vale recordar a tese de Sidney Chalhoub, para quem os mecanismos de clientelismo e apadrinhamento se estendiam para as relações interpessoais entre senhores e escravos. Cf. CHALHOUB, Sidney. "Escravidão e cidadania: a experiência histórica de 1871". In: *Machado de Assis historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003

escravo. Sua descrição e a repulsa reconhecidamente justificada que inspiram aparece agora repelida pela imagem conciliatória, na qual o sentimento de propriedade – antes na origem da aplicação da máscara de folha de flandres, verdade que de mãos dadas com a piedade cristã combatente de pecados – passa agora ao lado da suavização dos castigos em cuja origem o encontramos anteriormente. Já aqui, portanto, a composição assume pelos entrecruzamentos virtuais que promove a distribuição de pesos a cada momento da argumentação do narrador.

Na progressiva circunscrição do assunto narrativo, os dois parágrafos seguintes promovem nova aproximação. Neles, à constatação da recorrência das fugas segue o relato das possibilidades dos proprietários de reaver seus pertences. Distribuía cartazes pela rua, com a descrição do cativo fugido; a menção do narrador a indicações frequentes sobre defeitos físicos aponta silenciosamente para a frequência de castigos deformadores, a dirimir as minimizações próprias ao tom aqui empregado. O oferecimento de esconderijo ao escravo fugido é tratado como simples contravenção, sujeita ao rigor da lei: novamente, o sentimento anti-escravocrata que se esperaria de um leitor após 1888 parece afastado pela consideração à ordem prática da vida passada, cujos imperativos passam longe do espírito problematizador ou de qualquer vibração condoreira. Pensemos nos poemas abolicionistas de *Os escravos*, de Castro Alves, em que repontam o sentimento de revolta e o ímpeto desesperado dos escravizados por sua libertação, por vezes violenta, sempre heroica, sustentada pela oposição de sabor romântico entre o indivíduo com seu espaço afetivo (amoroso, familiar etc.) e as injunções de um mundo despótico. O termo de comparação cabe para aquilatarmos, não propriamente a diferença de posicionamentos de um caso a outro, mas antes a distinção entre registros, a mudança em tratamento literário que, agora sim, varia conforme o ponto de vista de classe. Se em Castro Alves a simpatia conta claramente do lado do cativo e empresta a seus conflitos a dramaticidade engajada, a sonoridade retórica que, se por um lado aproxima-os do público de elite, por outro subordina suas determinações históricas à eterna luta entre bem e mal, no conto machadiano a elaboração ideológica cínica e de conhecimento superior da práxis social centra a atenção às exigências desta. Um ganho em densidade histórica que não abandona a intenção crítica, ainda que esta passe do plano imediato dos enunciados para o da armação compositiva. Através desta, a força de concreção dada à reflexão inicial pela narrativa, a ilustração de que à constituição da ordem é requerido o cruel, lançará luz sobre as formulações iniciais do narrador e, porque nos insta ao julgamento do ato de Candinho, obrigará a rever no seu conjunto um sistema de relações sociais que traz ao lado da sobrevivência a necessidade da morte.

Mas estamos avançando o sinal. Voltando aos parágrafos que por ora nos ocupam, a relativização da dor social à qual remetem na mente do leitor os fatos e fenômenos relativos ao regime servil é retomada quando se passa ao tipo social à cuja volta se desdobrará o enredo: o caçador urbano de escravos. Era, afinal, um “ofício do tempo”, e o parentesco desta colocação com aquela que abre o conto é notável, pelo mesmo ar de quem diz que o que passou, passou. Dizer que “não era nobre” da parte de quem vê na ordem crueldade e legitimidade em si carrega clara ambivalência: podemos ler o dito com o ar escarninho e irônico que decerto tem, bem como a negaça machadiana em geral, conjunto em que esta se inclui; nem por isso estará excluída a constatação da necessidade histórica disto de que se ri, posto que exclui aprovação racional ou adesão da parte do pensamento. Uma formulação ideológico-estilística que transpõe o raio de manobra abjeto das classes dominantes brasileiras oitocentistas. Que a nobreza em sentido comum faltava à pega de escravos fugidos é evidente, mas nem por isso estava ausente um sentido diverso do nobre, implícito, menos ostensivo e quem sabe invulgar, próprio às ações reivindicadoras. Note-se que está presente, ainda que em sentido contrário ao desejo transformador e de demolição da ordem presente, a disposição intelectual moderna de sondar significados inesperados, encontrando valores bem aceitos onde são geralmente ignorados, o que os relativiza bem como faz repensar a situação em que foram flagrados. A nobreza oculta do capturador de escravos reside em ser este instrumento da força com que se mantêm a lei e a ordem, inopinadamente incontestáveis.

O narrador exclui a hipótese de que se chegasse a tal ofício por opção, e elenca motivos para tanto: pobreza, necessidade de um dinheiro a mais, inaptidão para outros trabalhos e o acaso compõem os pressupostos para o exercício da função, e veremos como se distribuem variavelmente ao longo da narrativa. Além deles, e ganhando consideração a parte, há o gosto pela subserviência, “ainda que por outra via”. Reencontramos então algo que já estava insinuado previamente, quando nos foi dito que a escravidão não agradava a todos que estavam submetidos a ela. É o tema da submissão voluntária que retorna, e faz pensar na qualidade intelectual superior, não obstante os aspectos abjetos, do cinismo, à medida em que recusa a voltagem normativa de uma prosa pautada pela coerência com os valores que deseja pregar e prefere antes as considerações cruas da vida prática. As oposições absolutas da prosa romântica fazem ar de ingenuidade frente ao faro “realista” do que se enuncia aqui. O tema não é estranho a Machado: ganhou formulação conhecida nas *Memórias póstumas*, nos episódios relativos ao ex-escravo Prudêncio, que uma vez alforriado açoita seus cativos à maneira de seu antigo senhor, que quando criança montava nele e o chamava “besta”. A situação naturalmente dá

ocasião a uma reflexão teórica da parte de Brás, cujo feitio universalizante não impede que lhe reconhecamos o momento verdadeiro quando diz que a melhor maneira de apreciar um chicote é tê-lo na mão. A atitude cínica, cujo senso para os dois lados de uma questão não os escamoteia e portanto não é meramente unilateral, ainda que rebaixado, é permitida justamente pela altitude social em que se encontra.

Ainda a propósito daquela indistinção entre o poder e aqueles que subjuga, que já estava insinuado no conto linhas atrás, cabe retomar algumas observações de Raimundo Faoro. Ele notou que, em Machado, “o liberto adquire a condição, embora mínima e limitada, de transferir os agravos recebidos, as pancadas sofridas, a outrem. A alforria significa uma ascensão social: galgado o primeiro degrau, o homem sai da condição de saco de afrontas, para o qual não há a possibilidade de reação. A liberdade se identifica com o *status* na sociedade, acrescido do arbítrio de castigar, repreender e punir. O liberto adquire a faculdade de ser mau — faculdade que a escravidão lhe negava”¹⁰¹. É bom apontar que não se trata, no caso, de mera introjeção pelo sujeito da dominação: no caso, aqui, ela lhe é constitutiva, e não contrasta com nenhum ímpeto autêntico para a liberdade. De novo Faoro: “ao contrário do negro importado, com a consciência recente da liberdade, capaz de lhe animar a fuga”, o escravo alforriado médio de fins do século XIX, ele mesmo filho de escravos, “afeiçoou a vida à escravidão, sem referência a nenhum valor que lhe inspirasse a revolta ou o mero protesto”. A liberdade conferiu-lhe, sobretudo, “o meio de cobrar, no degrau inferior, o funcionamento da ordem social, cuja base é a hierarquia”¹⁰². A colaboração do dominado para a própria dominação é uma chave para o sentido do conto, revelando-se como um instrumento eficaz de controle e ordenamento social. Na análise da narrativa, tentaremos elucidar este ponto.

Enfim, articulado aos outros fatores, o desejo de servir compunha o estímulo para o homem que se sentisse suficientemente forte para pegar escravos, e vemos assim que o sentimento da própria força é requisito ele também da função. E quem sabe não só dela: a recusa quase debochada do coração mole pautado pelas antinomias morais da norma em troca da consciência amoldada e pragmática do trabalho a ser cumprido em nome da manutenção da própria sobrevivência em meio a uma vida talvez deplorável, e nem por isso menos urgente – esta é a ética mesma do cinismo, que parece se transmitir nalguma medida à vivência da pobreza balizada pelas injunções de um processo social incontrastadamente dirigido por uma classe

¹⁰¹ FAORO, Raimundo. “Patrões e cocheiros”. In: *Machado de Assis - A pirâmide e o trapézio*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976, pp. 337.

¹⁰² *Idem, ibidem*.

igualmente cínica. Faz sentido pensarmos, portanto, num regime de funcionamento ideológico totalizante, orientado pela perpetuação de uma ordem intelectualmente indefensável pela sua parte evidente e mesmo reconhecida de desordem.

É O TRABALHO QUE FAZ GIRAR O CÍRCULO DA SOBREVIVÊNCIA

Passemos enfim ao plano narrativo, agora que aparece seu protagonista e que ficamos sabendo do que tratará o conto após uma contextualização genérica: veremos a história de uma fuga, a que se liga Cândido Neves. Sua caracterização inicial passará ao largo da descrição psicológica, e se dará pela fixação de um traço único. Esta espécie de recurso é bem conhecida da contística de Machado de Assis, que frequentemente se vale de uma característica insólita como viga-mestra absoluta e determinante de uma personalidade e seus movimentos: a veleidade, a obsessão com a juventude, o afã cientificista, o sadismo etc., formas diversas entre si mas reunidas na galeria de retratos machadiana. É como se o autor isolasse uma feição da fisionomia pessoal e a exacerbasse, a tal ponto que ficamos com a impressão de que, a despeito da rica e aguda notação verista destes textos, algo a atravessa como fator externo, de intenção arbitrária, conferindo a estas figuras obcecadas e previsíveis um aspecto manipulado e de títere. O procedimento faz pensar na tradição dos moralistas franceses. Voltaremos a isto ao tratar de aspectos mais genéricos de composição. Por ora, passemos ao traço determinante de Cândido Neves: trata-se do defeito grave de carecer de estabilidade, de não aguentar emprego nem ofício permanente. Num primeiro marcador de distanciamento, são empregadas as palavras da personagem sobre a própria condição, referindo-se a seu caiporismo.

Dois níveis explicativos, por assim dizer, combinam-se nesta caracterização: de um lado, a disposição mais ou menos genérica do narrador, que ao qualificar a personagem mediante um único traço, disposto sem referência a um ambiente particular, lhe dá o caráter inespecífico do “humano”, de aspecto dentre outros no grande rol das possibilidades de fisionomia de uma pessoa; de outro, no plano da consciência de Candinho, sua situação é tratada nos termos igualmente inespecíficos da fortuna, dos vaivéns da sorte e do azar, como se sua instabilidade fosse uma espécie de sina¹⁰³. O vezo relativamente universalista da cultura

¹⁰³ “As relações sociais, a ordem social, a instituição não são feitas pelo homem; são a ele superiores, esmagando-o, inflexivelmente. Ocupam as zonas daquela natureza que Brás Cubas sentiu no delírio, antes de entrar no país não descoberto”. In: FAORO, Raymundo. “Patrões e cocheiros”. In: *Machado de Assis - A pirâmide e o trapézio*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976, pp. 334.

enciclopédica combina-se a outro, vindo da sabedoria popular, na diluição da tensão histórico-social particular em jogo.

Passamos, da abertura para a narrativa, da consideração de uma classe a outra; não tratamos mais de escravos (nem de máscaras), mas de uma outra camada da sociedade. Cândido cedeu à pobreza, é livre, além de branco, como insiste a tautologia qualificativa de seu nome – insistência cuja função caracterizadora deliberada e bem à mostra é outra forma de apontar para o caráter de constructo do conto em questão¹⁰⁴. Sua faixa social é intermediária, comprimida entre as duas classes fundamentais do processo social brasileiro do dezenove. Nem proprietário tampouco escravo, o desvalimento é regra; nesta situação o trabalho era escasso, uma vez que quase totalmente executado por escravos, mesmo o mais artesanal. Restavam alguns poucos serviços e algumas entradas no funcionalismo público. Outra alternativa para escapar à indignância estava nas manobras com o favor, mecanismo de presença lateral em “Pai contra mãe”. A Candinho, era a outra saída que parecia aberta, não fosse, pelo menos segundo as sugestões do narrador, a inaptidão crônica para qualquer ocupação. Sublinhamos o viés de quem narra, pois o tom irônico reservado às autojustificativas do personagem parece salientar o quanto têm de racionalização e autocomplacência (“foi o que ele disse a si mesmo”). Fato é que sua relação com o trabalho se define pela intermitência, e sumariamente são enumeradas as diversas funções que ocupou: tipógrafo, caixeiro, fiel de cartório, contínuo de repartição ministerial – os empregos se sucedem, sem semelhança alguma. A primeira imagem de Candinho é portanto a de sua experiência com o trabalho, a qual paradoxalmente não tem nada de definido e aponta para a impermanência, tanto da pessoa quanto de suas atividades.

A constatação obriga a uma divagação sobre o tema do trabalho. Numa análise de corte sociológico, Eliane da Conceição Alves procura identificar e qualificar, em termos weberianos, a “ação social”, o “sentido subjetivo” atribuído por Candinho a suas atividades, com referência a comportamentos alheios. Em suas palavras, ele “define para si mesmo que lhe faltava sorte. Não obstante estivesse na iminência de passar fome, com a esposa grávida e trabalhando ao máximo, cogitou aceitar o conselho feito pela tia de procurar um emprego estável, não pela

¹⁰⁴ Eliane da Conceição Silva indica a presença ideológica do darwinismo social no conto a propósito de uma possível crítica de Machado quanto à imagem pseudo-científica do mulato como um preguiçoso inepto ao trabalho, ao dar a um branco tais qualidades. Os esquemas desse pensamento poderão ainda ser observados na dinâmica da guerra social, da luta de todos contra todos, não mais no âmbito racial mas socialmente determinada. Cit. SILVA, Eliane da Conceição. “*Estudos da violência: uma análise sociológica dos contos de Machado de Assis*”. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, 2008.

situação em si, mas por querer ter experiências novas. Deste modo, percebe-se que o sentido de uma ação, aparentemente único, pode ser múltiplo, e que as determinações materiais nem sempre são mais importantes que as ideias e valores do indivíduo”¹⁰⁵. A avaliação, cujo critério é a previdência e o cálculo burguês, é de que a ação do protagonista, sem prejuízo de suas determinações sociais, está predominantemente direcionada pela crença individual, não importa quão idiossincrática; pelas distorções no plano da consciência, digamos assim, obstinadamente empenhada em desfigurar o bom-senso racional e a responsabilidade da autodeterminação. Resta perguntar se estas duas últimas vítimas da inaptidão humana para o realismo eram de fato opções ao alcance subjetivo, ou se as inclinações erráticas de Candinho não eram, elas mesmas, produto do processo social cuja irracionalidade não era índice de imaturidade histórica ou baixo grau de ilustração, mas uma dinâmica própria, cega, claudicante e contudo sempre perpetuada. Para articular com pontos que já mencionamos, nossa autora observa também a imagem social degradada do trabalho, sinônimo de servidão e, por isso, uma pontada no orgulho do homem livre. A desvalorização do trabalho estava naturalmente moldada pela hierarquia do escravismo; nem por isso, de seu ponto de vista, deixava de ser um engano, ou uma distorção, como dissemos. Um traço cultural daninho, fruto de um sistema secular.

Não há que o discordar, a princípio. Curiosamente, Faoro — cujas posições são criticadas por Alves — faz uma observação análoga, com intenção entretanto de apontar certos limites na perspectiva machadiana da sociedade. Esta, talvez por inclinações conservadoras, não captava o momento emancipador do trabalho livre em meio forjado pela escravidão. Se Nabuco vaticinava que no trabalhador liberto estava o protagonista do progresso após a abolição, Machado via nele só um pobre-diabo passivo, levado ao sabor da intempérie, a quem a liberdade era um nome possível da servidão. Nunca é demais ressaltar o quanto a instabilidade dos significados e o correspondente esvaziamento dos significantes, reduzidos a lantejoulas com que se veste o arbítrio, é um fenômeno da linguagem — ou melhor, da impropriedade de uma linguagem incontornável — elaborado pelo cinismo machadiano e de ressonância contemporânea. De toda maneira, prossegue Faoro, “a fábrica não aparece nesta paisagem sem viço, tradicionalmente fechada, respirando comércio, café e estradas de ferro”¹⁰⁶. Machado era

¹⁰⁵ SILVA, Eliane da Conceição. “*Estudos*” da violência: uma análise sociológica dos contos de Machado de Assis. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, 2008, pp. 76-7.

¹⁰⁶ FAORO, Raymundo. “Patrões e cocheiros”. In: *Machado de Assis - A pirâmide e o trapézio*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976, pp. 322.

míope para a expansão industrial e seus benefícios potenciais. Trabalho livre, em sua obra, é o mesmo que miséria e desvalimento. Faoro não ignora o fato de que a visão machadiana passa a ser vista como perspicaz do ângulo da história que sucederia o 13 de maio, a qual demonstrou que o desamparo social apenas se estenderia e engoliria os recém-alforriados. A perspectiva historicamente informada no entanto convive em tensão com a censura, um tanto externa, de que, sem inclusão do horizonte entreaberto pelo surto industrializante brasileiro ao final do dezenove, e das novas personagens que acrescentou à paisagem, a obra machadiana permanecia incompleta. Este desencontro argumentativo talvez deite raízes num posicionamento político: ainda que o golpe civil-militar de 1964 anteceda em dez anos a primeira edição de *A pirâmide e o trapézio*, as expectativas do período anterior permaneciam no ar, aguardando o destampar da panela de pressão. Dentro de seu pacote de esperanças, um ponto central era a generalização do assalariamento e o conseqüente redimensionamento da parcela do trabalho na esfera das tomadas de decisão quanto ao destino da sociedade. Não haveria visada crítica que pudesse excluir esta tomada de posição em favor de uma sociedade do trabalho, horizonte político máximo daquele momento.

Como se sabe, o salto dado pela crítica materialista brasileira após 1964 liga-se à possibilidade historicamente aberta então de uma compreensão plena da obra machadiana, cuja atualidade passava a primeiro plano. O descrédito de uma classe dominante isenta da responsabilidade de tomar parte de um corpo político coeso mais a interdição da saída industrializante autônoma e suas promessas de libertação do trabalho são denominadores comuns tanto da decepção política pós-Abolição quanto da opção das elites pelo subdesenvolvimento, oitenta anos depois. São afinidades que permitiram identificar *post factum* a clarividência histórica de Machado de Assis, formulada aliás num ponto de culminância e balanço do processo formativo literário nacional, questão à qual voltaremos adiante. Importa agora notar que o passo dado pela crítica pós-64, propriamente globalizante, esteve em fechar o circuito entre paradigma moderno e seus contrários periféricos, passo que permitiu entender aquele à luz destes, não mais desvios mas momentos de verdade do conjunto do regime da mercadoria — e mesmo, quem sabe, definidores do sentido final de seu processo de expansão. Em Faoro, essa conta não fecha: de um lado, fica o parâmetro moderno e edificante do trabalho livre, tomado como valor em si e como ponto de chegada de todo desenvolvimento histórico; de outro, resta o truncamento desse processo e um ponto de vista peculiar em que o trabalho muda de sinal.

Assim, ao invés do trabalho formador, temos o trabalho como origem da não-identidade da atividade do sujeito; ao invés da constância em sua execução, o vemos como caça incessante pelas oportunidades que se apresentam, não em função de planejamentos racionais, mas conforme o acaso; ao invés de saída histórica da pré-história rumo a um mundo livre, cuja determinação e substância é a consciência humana, surge como busca desesperada pela sobrevivência; ao invés de cimento dos laços sociais, o centro de uma guerra social em torno de uma escassez artificial, como veremos. O trabalho já não constrói, mas que reduz o sujeito às suas necessidades primordiais: não estamos longe da descrição que a teoria crítica do dezenove fez o trabalho livre, corroborada, não sem alguma surpresa, por um conhecido discurso parlamentar de um deputado conservador pró-escravismo. De novo, topamos com posições avançadas ditas sem rebuço e com sentido invertido. Aliás, o trabalho “em geral” instaurado pela ordem burguesa, como ensina a historiografia, teve como base propulsora e condição de possibilidade, em termos de acumulação, da reinvenção capitalista da escravidão; o trabalho na periferia revela seu caráter de servidão direta ou indireta, este último caso o de nosso conto. É o ingresso para as benesses da vida social e para a autoconservação; nesse sentido, é propriamente uma chantagem. Ao invés de motor do progresso rumo ao mundo emancipado, figura agora como força de perpetuação da dominação. Uma inversão de sinal que indica uma inversão de sentido do próprio tempo histórico, agora uma força centrípeta insistindo em retornar ao início de tudo. A marcha temporal recalcitrante da periferia ganha em compreensão quando alcança dimensões globais; como nota bem o próprio Faoro, quanto ao tom machadiano em “Pai contra mãe” e nos episódios sobre D. Plácida nas *Memórias póstumas*, “a nota de sarcasmo mostra que esse mundo não tem nenhum futuro: vegeta como *déclassé*, sem perspectiva, sem influência e sem lugar no mundo. Espera-o o destino de D. Plácida e de Cândido Neves”¹⁰⁷. Trataremos adiante desse regime temporal específico.

Em suma, o trabalho aqui não aparece como formativo, nem quanto ao sujeito que o executa nem quanto a objetivo algum fora dele. Sua irregularidade, apontada como traço pessoal do protagonista, plasma por sua vez o ritmo específico do âmbito social a que pertence: as idas e vindas entre a vida relativamente segura oferecida por instâncias sociais que reconheceríamos à primeira vista como fontes de ordem e constância, e o desamparo de uma

¹⁰⁷ FAORO, Raymundo. “Patrões e cocheiros”. In: *Machado de Assis - A pirâmide e o trapézio*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976, pp. 322-3.

existência economicamente descartável, o que paradoxalmente poderia torná-la mais vulnerável aos desmandos e necessidades contingenciais do processo econômico dirigido pela propriedade. Esta rítmica social específica, como se sabe, ganhou uma primeira denominação a partir do estudo de materiais literários, isto é, foi descoberta e formulada tendo em vista a especificação de um constructo formal. Remetemos, é claro, ao estudo de Antonio Candido sobre as *Memórias de um sargento de milícias*¹⁰⁸, cuja dinâmica de gangorra constatada a partir da movimentação das personagens, das alternâncias do enredo e até do balanceio sintático ficou descrita pelo crítico como uma dialética de ordem e desordem. Um moto-contínuo definido pela oscilação entre estes dois polos, de grande pertinência social, que reencontramos agora nesta primeira caracterização de Candinho.

As possíveis analogias com o romance de Manuel Antônio de Almeida não são, é claro, coincidência. Como dito pelo mesmo Candido noutra parte conhecida de sua obra, o salto qualitativo dado por Machado de Assis em sua maturidade literária nada tem de milagroso nem de outro planeta, devendo-se antes a um reaproveitamento crítico da tradição local sua predecessora, de que soube retomar os acertos e retificar os defeitos, donde sua grande independência em relação às modas pátrias e europeias suas contemporâneas¹⁰⁹. Dentre os antecessores mencionados sumariamente nesta passagem, encontra-se o próprio Manuel Antônio, de que Machado teria tomado o realismo sadio e vivaz. Aliás, as intromissões narrativas também participam desta bagagem, com as devidas diferenças de um caso a outro. Mas sob outro aspecto ainda, para voltarmos à tarefa analítica, podemos constatar o parentesco entre o mundo de Candinho e aquele das *Memórias*. Pensemos nesse sentido sobre o motivo apontado pelo narrador para Candinho ter abandonado a terceira das ocupações que tentou antes de dedicar-se à pega de escravos. Nas suas palavras, o comércio antes visto como carreira boa logo começou a ferir-lhe o orgulho, pela necessidade de passar o dia a servir e atender quem quer que fosse. A desnecessidade e mesmo a frivolidade do motivo é clara, e faz parte do humorismo irônico do texto. Entretanto, talvez seja o caso de buscar compreender a desnecessidade em sua necessidade social, e para tanto podemos remeter novamente àquela outra análise do romance de Manuel Antonio em que Edu Otsuka, procurando entender a dinâmica rixosa autonomizada que se estabelece nas relações travadas entre suas personagens,

¹⁰⁸ CANDIDO, Antonio. “Dialética da malandragem”. In: *O discurso e a cidade*. Rio de Janeiro, Ouro sobre Azul, 2011, pp. 17-47.

¹⁰⁹ CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos (1750-1880)*. Rio de Janeiro, Ouro sobre Azul, 2013, pp. 436-7.

aponta para o papel importante que ocupam na obra as compensações imaginárias, sempre ligadas à onipresença do olhar dos outros, ao imperativo do reconhecimento do próprio valor pessoal e à busca por superioridades fantasiosas¹¹⁰. As disputas à vista da vizinhança participam de uma sociabilidade cujos sujeitos, na medida em que não estão constituídos segundo a norma individualizante moderna – na qual a divisão subjetiva consoante à organização compartimentadora da sociedade e a racionalidade estipuladora de metas em vista de longos prazos permitiriam não só a prorrogação das contendas como a amenização da violência, posto que o ofendido não o era na totalidade de sua pessoa, já que dividido – têm importância enquanto definição e afirmação de si como superior, reafirmando um sistema hierárquico este sim constitutivo num regime escravocrata. Daí, no caso de Candinho, a repulsa imediata a se encontrar em posição subserviente, a ser visto servindo e subjugando a própria pessoa à demanda alheia, constituindo um motivo menos fortuito para o abandono da ocupação. Além disto, há que se prestar alguma atenção a outro dos motivos alegados por Cândido para abandonar outro ofício, o de tipógrafo, cuja boa realização exigiria tempo e talvez nem desse o retorno esperado em dinheiro. A justificativa é tratada pelo narrador como simples autocomplacência, com certo afã de desqualificação da vida pobre como imprevidente e sem perspectivas largas de futuro – o que não é de todo falso, sem prejuízo da unilateralidade. É o momento de notar um primeiro traço da relação deste ambiente social com o tempo, cujos horizontes parecem sempre restritos a uma compensação imediata, imediatismo aferrado ao presente que, como notado, está nas raízes do comportamento rixoso das personagens das *Memórias de um sargento de milícias*.

O narrador não faz segredo dos desdobramentos do enredo, que antecipa antes de passar a suas circunstâncias especificadas. Anuncia a paixão por Clara antes que ela entrasse em cena, para em seguida dizer do contexto em que o amor apanharia Cândido Neves – quando estava envolvido em poucas dívidas e num ofício familiar sem esforço nem aprimoramento. Entre parênteses, fica anotado que o caráter rudimentar e tosco dos produtos do trabalho já foi apontado pela tradição crítica brasileira, associando baixa qualidade e pouco desenvolvimento técnico à centralidade produtiva da escravidão, bem como o decorrente aspecto indigno que o labor adquiria aos olhos da gente livre. Também Clara, além de branca, como fez questão de assinalar o narrador na escolha do nome, depende de seu trabalho para sobreviver, tirando

¹¹⁰ OTSUKA, E. T. *Era no tempo do rei: atualidade das Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2017, pp. 83-9.

alguns trocos das costuras que fazia para fora junto à tia. Que tampouco esta ocupação determine mais que a simples subsistência, nos é permitido pensar pelo fato de ocupar sua mente mais com os namoros fugazes e sem consequências com rapazes que não lhe despertavam maior interesse. O narrador insinua que nenhum dos namoricos queria dizer muita coisa, quando diz que a moça talvez nem soubesse o nome de seus pretendentes, atendo-se antes à ideia vaga do casamento. Dada a constante frustração do alvo, a tia – desde já apresentada como mulher direta e sem papas na língua, próxima da disputa miúda do cotidiano e de linguagem popularesca – compara Clara a um pescar de caniço, à volta do qual nadam os peixes afetando interesse sem nunca morder a isca. O narrador tampouco está excluído desse gosto generalizado pelo rebaixamento do outro; acata a fala da tia, cita-a, gozando ainda da distância quanto à cena, a qual pode comentar à vontade.

Fato é que o amor vem e com ele o casamento. O apaixonamento de Clara é súbito: prontamente vê em Candinho o marido único e verdadeiro. O encontro dá-se num baile, centro de sociabilidade e flerte na contística de Machado. E o narrador não poupa escárnio ao dizer que “tal foi a página inicial daquele livro, que tinha de sair mal composto e pior brochado”. Reparem a metaforização do caso amoroso na imagem do livro é outro hábito de nosso autor, e aparece com maior realce nos primeiros parágrafos de “D. Paula” – com a diferença de que o adultério em meio proprietário é descrito qual romance, ao passo que o casamento dos pobres é brochura tosca, como são tantos outros produtos de suas mãos. Também a retomada pronunciada da pouca aptidão para o trabalho da parte de Cândido não é acaso; sua reiteração constante e sua elaboração no plano imagético fazem pensar numa generalidade que transcende o traço pessoal pitoresco, o que traz implicações interpretativas sérias. Não escapa ao leitor, é certo, a pitada maliciosa que dá ao sarcasmo um traço sutil de censura moral aos costumes desafogados dos pobres, pitada que, quem sabe, justificaria o arrebatamento apaixonado da moça, desde sempre dada ao namorico. Lembramos de uma outra cena de sugestões maldosas, cheia de beliscões e pisadelas. Clara, afinal, não casou com um defunto...

Não faltaram os alertas das amigas quanto à indefectível vagabundagem do esposo. À primeira vista, são avisos animados pela previdência e pela consciência da necessidade de se estar preparado para o futuro, o que reforçaria a idiossincrasia de dois noivos destrambelhados quanto às responsabilidades da vida; não obstante, nosso narrador, cuja relativa onisciência se mobiliza sobretudo para a maledicência, adverte que os alertas provêm antes da inveja que do cuidado, o que dá à precaução racional um fundo rancoroso e de menosprezo pela felicidade dos que estão melhores que nós, o qual a relativiza. Menos que consciência planejadora, os

receios e pensamentos no futuro parecem mais envolvidos nas circunstâncias imediatas do que fariam crer à primeira vista. E, desse viés, parecem certos os recém-casados, que não se preocupam com o que será e preferem a festa de arromba, a patuscada alegre, o desfrute dos prazeres mais próximos que a vida dá – ainda que o futuro reserve muita dificuldade, o que o grilo-falante da previdência que é a tia não deixará de pontuar ao longo do início ao fim. Ainda mais com o desejo comovente do casal Neves de espichar a família para quatro; Mônica insiste na impossibilidade, na fome que todos passarão, e lembra à sobrinha a incapacidade do marido se arranjar. Sabendo disso, Candinho decide tirar uma desforra, escuta que sua ocupação é vaga, que carece de estabilidade. Nem por isso se preocupa; com o mesmo tom que a esposa, responde que Deus não abandona – ou, para usar a variante de Clara, que há de ajudar – e que, numa só noite, é capaz de garantir o bacalhau na mesa, ainda que não diga por quanto tempo mais.

A esta altura Clara já está grávida, a fofoca já se espalhou pela vizinhança; novamente, a presença do olhar judicativo dos outros e pares e sua menção recorrente na prosa narrativa, mais ou menos explicitamente. Também descobrimos agora que seu marido já havia deixado para trás o ofício de entalhador e passou definitivamente, se é que se pode dizer assim, à caça de escravos fugidos. Sua habilidade no novo ofício é motivo de orgulho; o empenho de elementos da subjetividade parece fundamental ao trabalho que se vai executar: não pode ser humilhante, nem subserviente, deve dar glória, ainda que simplesmente imaginária. E, se tia Mônica ocupa a função de alerta constante quanto às tristezas que um futuro irrefletido pode acarretar, mesmo ela deixa-se estar porque, amiga também de patuscadas e grandes festas, prevê um batizado animado. A disposição alegre é um elemento crucial na caracterização da família; o riso é frouxo, a vontade de se divertir é grande, o futuro pouco preocupa, pois Deus está sempre aí, e, como diz Clara numa fala cujo sentido, tendo-se em mente o final, torna-se cruel, as outras crianças nascem também. Todos portanto se amoldam às dificuldades da vida, não importa o quão ásperas; tudo se adapta, como num postulado da natureza, atemporal e inespecífica como a sabedoria popular de que se alimenta a linguagem destes personagens e de que o narrador se vale com malícia que marca bem uma distância de classe.

Estamos, como se pode perceber, num campo de problemas muito próximo ao que organizamos ao tratar de “Terpsícore”. Fala-se na casa pobre dos Neves da “esperança como capital seguro”: uma irresponsabilidade do ponto de vista deste último elemento, com toda a carga de valores que traz consigo. A disposição satírica do enfoque narrativo volta-se toda contra as figuras que tem por objeto, rindo da tolice incauta de Candinho, Clara e até da tia, de sua irresponsabilidade com o dinheiro que, como diz o ditado, não aceita desaforo; e, por ser

satírica, na tradição setecentista de que se nutriu a prosa de Machado, dá aos tipos que constrói a nota universalizante, como se fossem os Tolos, os Desprecauidos etc. No entanto, a medida das coisas pode nos ser dada pelo enredo, e, por seus desdobramentos, a esperança de fato teve realizadas suas expectativas. O acaso premiou a família com uma recompensa, mesmo que à beira da infelicidade. Assim, nem os Neves são tão tresloucados como faz supor o tom do narrador nem a racionalidade com que pinta de tintas bem-humoradas sua despreocupação é tão útil assim em seu contexto. Lembrando o que ficou dito no início de nossa análise, a propósito dos sentidos variados que funcionalidade e racionalidade ganhavam quando trazidos ao contexto da dominação direta dos escravos, temos nas correspondências virtuais detectadas entre expectativas das personagens e desenvolvimento do enredo uma nova figura da razão e de sua dialética interna. Assim, a racionalidade, no sentido mais estrito da adequação dos meios engendrados no presente para os fins que se almeja no futuro, recebe um desmentido pelo conjunto da narrativa de “Pai contra mãe”, ou ainda, assume feição nova, segundo a qual o cabível reside não no planejamento raciocinado e no cálculo, que pouco valem em contexto, mas na própria confiança na possibilidade de acomodação às intempéries, aos acasos, estes sim decisivos no único capítulo que de fato importa para a vida dos pobres que é o da sobrevivência imediata. O figurino clássico da razão antecipadora perde pertinência real e a medida, a *ratio* do mundo passa a ser a fortuna implacável, o encontro imprevisto e até mesmo o insólito. A medida passa pela desmedida, a razão pelo seu contrário: colocações em registro filosófico que nada têm de metafísicas, estão determinadas por uma estrutura histórico-social específica, distinta mas não alheia àquela a que se referia a norma, cuja ineficácia e verdade são no lugar desviante fato corriqueiro.

Em suma, o ter-que-se-virar é a lei da subsistência em meio a uma ordem que postula a ineficácia de seus postulados ideológico-normativos, ainda que não abra mão deles, e que tem na sua continuidade a fonte de sua legitimação. O próprio conto oferece nos seus termos um elemento em que se evidencia esse imperativo de viração: o trabalho. A ele se liga a adaptabilidade, desde a primeira caracterização de Candinho, o qual, por uma disposição subjetiva que todavia parece agregar determinações práticas, inclusive porque termina bem, pula de um ofício a outro indiferentemente, sempre às voltas com meios de ganhar a vida, nunca alcançando mais que a garantia precária da mesma. Instado por tia Mônica a achar emprego certo, o protagonista chega a considerar a ideia, menos pela necessidade real de se estabilizar que pela vontade contrária de mudar de ocupação. Podemos imaginar que o deus-dará, ritmo de uma experiência de classe dirigida num processo governado sem contrapartidas por uma

elite de inacreditável margem de manobra, plasma a própria consciência pessoal, a qual, é bom lembrar, forma-se no psiquismo justamente a partir da organização pulsional do tempo e das expectativas de satisfação. A descontinuidade do trabalho implica a pouca importância do que é específico a cada atividade particular para a constituição subjetiva; passa a primeiro plano o vale-tudo pela sobrevivência em meio adverso.

A isto se poderia objetar que a certa altura Candinho se fixa num único emprego, quando torna-se capturador de escravos; mas, se observarmos melhor, veremos que o ritmo deste ofício é ele mesmo o da intermitência e o da inconstância. Se não há necessidade de ficar retido ou sentado por horas em um único lugar nem exigências de preparação e estudo anteriores, a pega tampouco deixa de empenhar as capacidades daquele que a ela se dedica: demanda olhar atento a todo momento, caso um fugido se insinue por entre as ruas, boa memória, habilidade física, inteligência das situações. A atenção astuciosa e sempre alerta para o momento certo aponta para a capacidade de acomodação à situação como um requisito empregatício, em que se encaixam aqueles cuja experiência é o ter-que-se-virar permanente. Este dinamismo é seguido inclusive pela previdente tia Mônica, que, à altura do despejo dos três da antiga casa, prega um susto ao casal, esperando o momento de desespero para revelar-lhes que havia garantido um pequeno espaço nos fundos da casa de uma senhora proprietária. Aqui, aliás, talvez o único ponto em que o mecanismo social do favor lastreia um acontecimento do conto. Fato é que todos participam de um mesmo jogo de amoldamentos, eventualmente uns contra os outros: após a conversa de Candinho com a tia e a revelação para nós de sua nova ocupação, o narrador nos informa que a concorrência no campo da captura de escravos havia crescido, e que por isso logo os lucros entraram a escassear. A partir deste momento, as dificuldades crescem e a dureza da vida pobre se sobrepõe ao que tinha de mais risonho.

Há um enraizamento histórico para a menção deste incremento concorrencial. Como dito, a partir de 1850, com o início de levadas migratórias e o fim do tráfico negreiro, por um lado há de se supor a maior demanda pelos serviços do capturador de escravos, posto que estes aumentavam de valor e tornavam-se artigo raro de encontrar, não se podendo dispensar nenhum; por outro, a disputa por espaço no mercado exíguo do trabalho livre aumentara, tendo por efeito aquilo que já se denominou “guerra civil do trabalho”¹¹¹. Comentando nosso conto, Alfredo Bosi captou algo desse clima social belicoso: “a lei é sempre: *mors tua vita mea*. O

¹¹¹ A expressão é de Iná Camargo Costa e aparece em OTSUKA, E. T. *Era no tempo do rei: atualidade das Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2017, pg. 89.

pobre, se é livre, faz retornar aos ferrosos escravos que, fugindo para a liberdade, concorreria com ele no páreo dos interesses”¹¹². O conflito em questão nada tem a ver com a possibilidade de superação de um dado estado da vida social, como sempre pressupôs o esquema da luta de classes. Segundo o crítico, o “antagonismo não se fixa apenas nos extremos; há *uma guerra de todos contra todos*, que percorre os elos de ponta a ponta: aqui a vemos comunicar-se do penúltimo ao último”¹¹³. Não custa reforçar, tendo em mente esta última formulação, a relação de recíproco reforço entre colaboração do dominado na dominação e guerra social, que é afinal do que se trata aqui. A guerra aqui, no entanto, não aparece como estado excepcional de desordem, embate em meio à crise ao cabo do qual o vencedor decide da solução. A bem da verdade, tal como nos é apresentada pelo conto, a luta social generalizada, longe de implicar revolta, resulta favorável aos interesses da propriedade e, conseqüentemente, à manutenção da ordem. O que pensar desse fato?

Em primeiro lugar, é preciso definir esta ordem pelo modo como se distribuem nela as funções que miram sua conservação. Quando pensamos em ordem, pensamos junto ao senso comum; imaginamos uma obediência geral a um regulamento pré-estipulado, cuja observação por todos estaria garantida por uma vigilância ligada a um poder centralizador. Este é, pelo menos, o esquema moderno conforme o qual se elaboraram muitas das teorias do Estado. As circunstâncias para sua plena efetivação nunca foram as mesmas que de origem no caso brasileiro, é claro; nem precisamos sair do terreno da literatura para verificar o quanto o controle policiaresco regulamentado pouco teve a ver com as práticas que lhe formaram a matéria. Basta recordar a cena emblemática na qual o major Vidigal, pouco antes de ceder às tentações sexuais que cancelariam suas ordens tocantes ao destino de Leonardo – elas mesmas tendo pouco a ver com a lei –, recebe as três senhoras demandantes em trajes caseiros acrescidos da casaca de ofício. A figura máxima da ordem não deixa de manter contato com o âmbito da desordem, para retomar a formulação de Candido. Mas fiquemos com “Pai contra mãe”: aqui, não há necessidade alguma de uma autoridade publicamente instituída para que a propriedade que resiste a ser propriedade retorne às mãos do dono. Como aliás o próprio narrador nos diz na abertura, a captura de escravos enquanto ocupação revestia seus agentes da dignidade dos que impõe a ordem à desordem, da nobreza dos que garantem aos que os possuem a segurança dos

¹¹² BOSI, Alfredo. “A máscara e a fenda: sobre alguns contos de Machado de Assis”. In: SILVEIRA, ÊNIO; et al. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, pg. 146.

¹¹³ *Idem, ibidem*, pg. 147.

próprios bens. Seu reconhecimento não partia da autoridade pública, e podemos presumir que seu âmbito é o das compensações imaginárias, com toda a efetividade que estas encontram neste mundo construído pelas virtualidades entrecruzadas dos contos machadianos. A ordem não se sustenta na base da concentração pública do poder, mas na repartição deste entre centenas de agentes avulsos e privados, cuja motivação para agir nesse sentido não poderia ser mais particular, nem mais poderosa: a própria sobrevivência. Faoro já havia percebido esta estranha forma de governo da vida social, anotando que “a hierarquia, que se define rigidamente entre escravo e homem livre, se prolonga, com maior flexibilidade, na autoridade entre governantes e governados e nas relações da classe”¹¹⁴. Se o escravo estava na maior parte das vezes excluído das funções de controle, estas se flexibilizavam e podiam transitar no que tange outros âmbitos da sociedade, que se alternavam entre elas. Se há nitidamente um efeito-dominó na escala da repressão, e se a hierarquia se mantinha imutável, talvez justamente por isso seu exercício pudesse ser flexibilizado. A ordem assegurada não se preocupa em terceirizar seus instrumentos de perseguição, e se vale para tanto da mesma desigualdade que não cansa de repor. Alencastro empregou o termo correto para esse mecanismo de conservação securitária do ordenamento social: trata-se de terror¹¹⁵. Novamente, Faoro: “a ordem social se apura, filtra-se e se decanta, no fundo, com o exercício da vingança — vingança institucionalizada, sem afronta à ordem que a gerou, cuja injustiça, apenas entrevista, revela-se superior à vontade do pobre verme que não protesta”¹¹⁶.

A flexibilidade da repressão possibilitada pela assimetria e pelo desvalimento é fato muito comentado ao longo da tradição crítica de interpretação do Brasil. Caio Prado Jr., ao caracterizar a situação dos vadios, nota uma certa duplicidade: de um lado, eram um perigo sempre à espreita para a propriedade, parte desregrada e “inorgânica” do sistema social da colônia vista como origem potencial de caos e bagunça¹¹⁷. Esta percepção se aguçava em momentos de revolta, como no período regencial, e o medo que provocavam nas classes dominantes está registrado na *Meditação* de Gonçalves Dias. Inversa e complementarmente, era nessa escória social que se recrutavam os agentes privados da segurança da propriedade; o

¹¹⁴ FAORO, Raymundo. “Patrões e cocheiros”. In: *Machado de Assis - A pirâmide e o trapézio*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976, pp. 338.

¹¹⁵ ALENCASTRO, Luis Felipe. “Pai contra mãe: o terror escravagista em um conto de Machado de Assis”. *A clínica especular na obra de Machado de Assis. Cadernos da Association lacanienne internationale*, Paris, dez. 2002.

¹¹⁶ *Idem, ibidem*, pg. 340.

¹¹⁷ PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo - Colônia*. São Paulo, Companhia das Letras, 2017, pg. 312.

caso rural da jagunçagem é o mais emblemático. Laura de Mello e Souza, concentrando-se nas Minas Gerais do ciclo do ouro e tratando do recrutamento dos vadios, faz observações análogas: “ao contrário dos senhores e dos escravos, essa camada não possui estrutura social configurada, caracterizando-se pela fluidez, pela instabilidade, pelo trabalho esporádico, incerto e aleatório. Ocupou as funções que o escravo não podia desempenhar, ou por ser antieconômico desviar mão-de-obra da produção, ou por colocar em risco a condição servil: funções de supervisão (o feitor), de defesa e policiamento (capitão-do-mato, milícias e ordenanças), e funções complementares à produção (desmatamento, preparo do solo para o plantio)”¹¹⁸. Aqui, vemos em seu aspecto propriamente histórico o problema da zona cinzenta de colaboração entre dominados e dominação. De todo modo, o que importa para nós não é simplesmente confirmar pela literatura o acúmulo da historiografia, mas notar sua elaboração narrativa que exclui o simples julgamento moral e parece formular assim uma parábola sem ensinamento, sem dúvida uma resultante da irracionalidade enquanto funcionamento de um sistema social.

A pauperização dos Neves aparece como jantares ralos e um Cândido cegado pela necessidade. À alegria do filho que se aproxima sucede um tempo tenso, em que se aproxima a decisão do que fazer quanto à criança; tempo de amargor, para usar as palavras do narrador. Este dispensa pronunciadamente a narração dos meses finais de gravidez, para descrever somente os seus efeitos. Talvez seja o momento de fazermos alguns reparos relativos ao andamento narrativo, em que predomina a sumarização e o salto rápido de uma situação a outra, com emprego, no caso a que acabamos de referir, da intromissão narrativa que diz a que veio, o que põe de lado e aquilo que deseja dizer. Não há, nesse sentido, um encadeamento bem definido das situações interindividuais, cujos conflitos produzem novas situações e assim por diante, delineando-se uma sequência dramática de ação de desfecho solucionador. A insistência compositiva na epicidade – exemplificada aqui no recurso ao avanço no tempo, ao sumário e à interrupção –, passando de situação em situação sem maiores explicações, confere algo de imprevisto ao andamento narrativo, que coincide por sua vez com os imprevistos e acasos que coordenam a vida pobre, fazendo convergir arbítrio narrativo ligado a um poder de classe com o ritmo vital de uma faixa social diversa porém submetida a tais desmandos, em que residem as alavancas e os controles do processo social. Veremos melhor um pouco mais adiante como este arbítrio repostado pelo andamento do enredo torna-se enunciado da forma. Por fim, vale o reparo de que a tensão não está ausente do curso da narração, mas não tem aqui um caráter

¹¹⁸ SOUZA, Laura de Mello. “Da utilidade dos vadios”. In: *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1986, pg. 86.

dramático: sua origem é a aproximação de um prazo depois do qual a vida só reserva a miséria, a fome, a possível morte do filho. Talvez por isso se possa imaginar que as ameaças ameaçadoras da tia importem pouco, na estrutura do conto, como palavras sábias de quem porta a moral da história. Pois nem esse é o caso, como também sabemos que na primeira oportunidade a precaução dará lugar à patuscada; são sobretudo lembretes de que o pior se aproxima.

Os efeitos dos meses finais de gravidez aparecem nas desavenças entre a tia e Candinho a respeito do destino do recém-nascido: entregá-lo ou não à roda dos enjeitados? O despejo rapidamente solucionado pelos favores a que recorreu Mônica conta entre os motivos para levar a criança, vinda à luz pouco depois do ocorrido, à roda; Candinho consulta os anúncios recolhidos à procura de escravos fugidos, depara-se com o de Arminda, vai à sua busca, valendo-se da artimanha de falar como se fosse seu dono. A imaginação já não figura modos de fugir à desgraça: voltando para casa de mãos vazias, é dolorosamente obrigado a levar o filho à Roda. A narração do percurso do pai até o abrigo de abandonados deixa o leitor tocado; vemos o forte caçador de escravos cobrindo a criança de beijos e carinhos, postergando a entrega. Então, chegando à rua da Ajuda – e também na toponímia a intencionalidade narrativa é óbvia – o protagonista avista a fugitiva que poderia lhe valer uma recompensa gorda. Deixa a criança com um farmacêutico, parte para a captura. A cena que segue talvez conste das mais brutas da contística machadiana, e é descrita com *secura* e maior demora. Cândido agarra a escrava, que inicia a luta, arrasta-se, protesta, diz que estava grávida e que prestaria serviços a seu algoz caso não a devolvesse a seu senhor. O pai em questão ignora os apelos, e atribui à escrava a culpa pela situação: quem mandou fazer filhos e fugir depois? Arminda pensa em gritar, mas toma consciência que Ajuda alguma virá a seu encontro, e com efeito: o narrador nos diz que os transeuntes que avistavam a cena, tão logo entendiam-na, naturalmente não acudiam. A assimetria entre a violência do narrado e a indiferença geral a seu redor é um achado narrativo de cujas implicações falaremos a seguir. Chegados ambos, pai e mãe, à casa do proprietário desta, Candinho recebe a recompensa, Arminda se contorce de dor e aborta, entre gemidos e exclamações desesperadas do dono. O protagonista, permanece alheio ao grotesco; sua única preocupação são as horas, e afinal a urgência – *legítima* – de resgatar o filho. Chegando à farmácia, não o avista, e sua força e agressividade quase irrompem contra o boticário, que o acalma e o leva para dentro da loja, onde o recém-nascido se acha sob cuidados de sua família. O narrador nos dá uma indicação insólita: o pai recebe o filho com a mesma fúria com que pegara a escrava, fúria diversa, fúria de amor (qual o sentido desta continuidade

afetiva?). De volta à casa com a criança mais cem-mil réis, já não se escutam as reprimendas precavidas de tia Mônica, voltadas agora contra a escrava, a qual censura – para desconcerto do leitor, há pouco horrorizado com o ato de Cândido, por quem contudo estava anteriormente na torcida – pela fuga e pelo aborto. A alegria do pai com o resgate do filho é comovente, feita de lágrimas, agradecimentos pela fuga e indiferença quanto ao aborto. Convive com esta comoção o amargo na boca do leitor cuja memória não é tão curta e que sabe do custo em violência do tom emotivo, desconforto que ressoará e dará a nota final da narrativa. À maneira das parábolas, esta nos oferece mediante a autojustificativa complacente e sem maiores considerações do protagonista, uma espécie de moral da história, que responde em última análise à pergunta feita por Clara à tia, quando a indagou se, apesar da miséria, os rebentos dos outros não vinham à luz: “*nem todas as crianças vingam*”. O ensinamento transmitido, se não mente nem erra quanto ao que mostram os fatos, parece contudo nada ensinar sobre eles.

Feita a paráfrase, tiremos as implicações desta sequência final. Sua potência literária liga-se, dentre outros elementos, à força reordenadora que tem em relação ao conjunto do conto. Pai contra mãe, de fato: a narrativa em seu último momento formula um impasse para quem a lê; se este não deixa de se horrorizar pela brutalidade com que é descrita a cena da captura, ao mesmo tempo já se havia familiarizado e colado até certo ponto ao ponto de vista do perpetrador da violência. Contribui para tanto o uso do discurso indireto livre, que fundo à voz do narrador em certa altura a da tia, noutra a de Candinho, mas sempre referida ao conflito familiar dos Neves. Nem a comoção do instante do resgate deixa de equilibrar, para desconforto nosso, os sentimentos envolvidos na leitura, e a bem da verdade, considerando os dois lados, vê-se que não há como decidir pela demanda do pai ou da mãe em ter seus filhos e poder permanecer com eles. A *simetria moral* da situação faz lembrar uma observação de Antonio Candido, para quem um dos temas centrais da obra de Machado de Assis é o da indeterminação do sentido ético do ato, a impossibilidade de julgá-lo sem mais tomando uma única baliza, uma vez que esta permite interpretações diversas e por vezes contraditórias¹¹⁹. Talvez seja o caso de nosso conto, cujo final impele ao julgamento sem que possamos determinar, em termos de legitimidade parental, por assim dizer, a quem cabe o privilégio (!) da criação dos seus. Observe-se, entre parênteses, que esta ambivalência irresolúvel e a impossibilidade de aquilatar moralmente os

¹¹⁹ CANDIDO, Antonio. “Esquema de Machado de Assis”. In: *Vários escritos*. Rio de Janeiro, Ouro sobre Azul, 2011, pg. 26.

atos seria uma questão trabalhada e aprofundada pela literatura moderna de inícios do século XX, como o próprio Candido deixa registrado em seu ensaio.

Deste ângulo um pouco genérico, permaneceremos forçosamente em considerações um tanto alheias à situação concreta em que se veem nossas personagens, considerações nas quais só se pode alternar indefinidamente entre as perspectivas igualmente compreensíveis da escrava fugida e seu capturador. Com isso, não atingimos o valor efetivo de conhecimento do texto, cuja substância está no travejamento histórico-social, que é quem atou o nó cego ético. Voltemos a um aspecto já tratado deste conto, cuja centralidade se impõe para a interpretação. Pois o que obrigou Candinho à necessidade de perpetração da brutalidade para garantia da subsistência sua de seu filho é o próprio trabalho. É ele que torna os ouvidos de Candinho surdos aos apelos de Arminda, que proporciona a indiferença quanto à gravidez, que a princípio, imaginamos, poderia torná-los solidários; indiferença que não é senão consequência do fato de estar o caçador de escravos fazendo nada mais que cumprir a sua função, a qual, como nos é dito pelo narrador na abertura, guarda inclusive a nobreza das atividades que azeitam o bom funcionamento da ordem. O problema moral há pouco desenhado vai mudando de contorno, e aquilo que está na sua origem, a execução de um trabalho socialmente demandado, faz com que transcendamos as balizas do imperativo categórico e do caráter rumo a coordenadas mais específicas. O trabalho como perpetração socialmente necessária da violência e do sofrimento tem como complemento a indiferença reinante quanto aos mesmos: como insiste o narrador, não apenas os Neves – que são parte interessada do conflito – pouco se veem constrangidos com a situação, como todos os espectadores da cena da captura pouco davam pelos gritos de Arminda, e isto justamente porque entendiam tratar-se da captura de uma fujona, portanto, de uma cena legítima para uma ordem conhecida de todos, questionada por ninguém. A inflição da violência como ocupação vai de mãos dadas com a dessolidarização¹²⁰ social, constituindo a imagem de uma sociedade de laços esgarçados, em que a irrupção pública da brutalidade é parte cotidiana da vida. Reatando com pontas deixadas soltas acima, digamos que a aceitabilidade da violência realizada por um qualquer e sem mediações institucionais é sintoma daquela sociabilidade cuja razão é o próprio oposto desta, ou seja, cujo funcionamento é o imprevisto ao qual todos se acomodam, ajustamento que não exclui o conflito violento e a luta

¹²⁰ Expressão empregada pela professora Priscila Figueiredo em disciplina ministrada na FFLCH/USP no segundo semestre de 2015.

de todos contra todos ¹²¹ . Uma sociabilidade em que a sobrevivência de uns se dá pela inviabilidade da existência do outro, o qual não é sequer *percebido* como igual, e em que a hierarquia é fato sabido ao qual é preciso se amoldar. O arbítrio da sorte e o acaso, nos quais parece consistir até o andamento – e quem sabe a disposição argumentativa, quando há – do texto machadiano, condensam este ritmo de sociedade desagregada, que pode se exprimir no que há de discricionário e cínico do ponto de vista dos de cima ou na disposição acomodatória da vida dos pobres, aos quais sucede o que sucede. Seu aspecto de simples objeto narrativo, sem agenciamento sobre o curso do enredo, vem também daí. Como notou Faoro, “o dia-a-dia, com aflições novas e continuadas, consome as energias e as esperanças, sem deixar lugar para o sonho ou para a revolta. Nesse desvão de infelicidades, não há o fermento para a ascensão: no mundo pária não se organiza, nas consciências, o plano de vida, que, ferido, proporcionaria o protesto ou o desejo de reconstruí-lo”¹²².

Mas as observações feitas agora sobre a impossibilidade de prevenção quanto aos rumos dos acontecimentos, a seguridade nula que possibilita a normalização da violência a céu aberto e a indiferença em relação a ela, não devem levar à conclusão de que o problema que estamos desdobrando de nosso conto está todo na constatação de um *déficit* de racionalidade. Pois o trabalho perpetrador de violência e aniquilação é um meio adequado para seu fim e participa da reprodução da ordem social, revelando um aspecto sombrio da razão, próprio ao curso que esta tem no meio ex-colonial. É uma figura dela, bem como a acomodação geral de todos aos desmandos da sina. É a racionalidade que resta a uma experiência cujo horizonte único é a mera autopreservação, mandando às favas toda consideração ético-moral que se ponha no caminho. Entre parênteses, a desnecessidade de uma justificativa que ultrapasse o simples impositivo de sobrevivência liga-se estreitamente à estrutura do regime ideológico que surpreendemos em funcionamento da abertura do conto: sem contar com sua possibilidade de efetivação na experiência, a norma não tem adesão subjetiva e fica reduzida à inoperância.

Que o horizonte dos pobres seja a simples autopreservação sempre repostas, nos é dito pelo conto quando entendemos que seu final não traz propriamente um desfecho para os problemas e asperezas da vida da família Neves. A reação de tia Mônica ao retorno de Candinho acompanhado pelo filho não é de igual alegria furiosa, mas de perdão, o que atenua a sensação

¹²¹ Ver, sobre este tema, o primeiro capítulo de FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo, Editora UNESP, 1997.

¹²² FAORO, Raymundo. “Patrões e cocheiros”. In: *Machado de Assis - A pirâmide e o trapézio*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976, pp. 326.

eufórica que se poderia ter diante da situação e faz ver que o que temos não é propriamente uma resolução. Fazemos uma pequena extrapolação, imaginando os acontecimentos que se seguiriam ao fim. Os cem-mil réis garantem à família provimentos por certo tempo – quanto? Sua sobrevivência já se dá num patamar abaixo daquela em que a encontramos no início da narrativa; vive de favor nos fundos da casa de uma proprietária. Logo que a soma obtida com a captura providencial se esgotasse, Candinho partiria novamente à cata de outros foragidos estampados em anúncios; a concorrência não diminuiu, nada indica que as condições tenham se tornado mais favoráveis, muito menos que o protagonista acharia emprego certo. O acaso sempre poderia colaborar, é claro, como já colaborou. É de sua natureza, não obstante, ser incerto, e se não for novamente favorável aos Neves, talvez se chegasse ao extremo, por ora suspenso, do abandono da criança. O término da narrativa não significa superação da pobreza, e sem apresentar maiores resoluções limita-se à reposição hipotética mas muito plausível da mesma situação no futuro. O horizonte que não se resolve e parece antes repostado é o da própria sobrevivência, às voltas com a qual os pobres se veem permanentemente. O norte fixo de sua ação fica sendo a manutenção do mínimo possível para a garantia da própria vida, a autopreservação de que falamos, a qual justifica o trabalho sujo posto em prática, indissociável daquela disposição acomodatória. Um tempo que desconhece o transcorrer histórico tal qual a racionalidade moderna concebeu, dando à dinâmica das situações e ações o aspecto sempiterno próprio à reprodução vital, aquém da ideia de transformação superadora. Inconsciente de sua própria historicidade, experimentada como força da natureza, como necessidade – cuja figura mais óbvia é a da própria sobrevivência –, tratamos aqui de uma *história cega*¹²³.

Temporalidade circular, pelo que vemos, cujo horizonte é a reposição indefinida e infernal do mesmo, e determinada por uma estruturação histórico-social específica. Aliás, é justamente esta que se perpetua mediante a reprodução incessante daquele horizonte, favorecida pelo fato de ser a subsistência em risco o único alvo possível de sujeitos absolutamente desvalidos. Repõe-nos enquanto tais, e é por eles assim resposta, num pesadelo tautológico para os de baixo no qual consiste efetivamente o que chamamos de *tempo da pobreza*. Note-se que o aspecto simpático que vimos acentuado na caracterização desta, na sua propensão à adaptação às intempéries, muda de sinal ao término do conto. Se, por um lado desdiz da norma burguesa providente, talvez esteja embutida no ponto de vista do narrador que rebaixa a figura de

¹²³ A expressão é de ANDERS, Günther. “Ser sin tempo. Sobre la obra de Beckett *Esperando a Godot*”. In: *La obsolescencia del hombre (Volumen I) – Sobre el alma em la época de la segunda revolución industrial*. Trad. de Josep Monter Pérez. Valência: Pre-textos, 2011, pg. 224.

Candinho como um mero caráter preguiçoso e volúvel, por outro demonstra seu potencial de violência ligado a uma lógica social diversa. O ímpeto muito compreensível, fonte de identificação, de lutar a qualquer preço pela vida da família que se quer construir associa-se à brutalidade que entretetece a vida social, e nesta articulação vislumbramos o sentido da continuidade afetiva marcada pelo narrador entre o agarrar da escrava e o agarrar da criança pelo mesmo sujeito, indissociavelmente capitão do mato cidadão e pai de família – fúria de algoz, fúria de amor.

Como ficam as considerações de abertura tendo em vista o movimento final da narrativa? Neste, temos um conflito em que não se pode tomar partido claro, quando se tem em mente a legitimidade de ambas as suas partes. O critério do julgamento é transferido do âmbito estreito da vida doméstica e familiar, atravessa-o rumo a uma perspectiva geral que tem por objeto não a luta miniaturizada entre partes dessolidarizadas da sociedade, mas esta em sua estrutura mesma. Sua manutenção, como vimos, depende da luta generalizada pela subsistência, que passou a única expectativa possível. A instabilidade, a intermitência, a pouca qualificação e a vida ao relento de alguns tornam-se necessárias para sua perpetuação, como vimos, imprimindo àquilo que o narrador chamou em princípio de “ordem humana” um aspecto claro de desordem, da qual aquela se alimenta para manter-se como horizonte inescapável. Justificando o grotesco e porventura o cruel, o mesmo senhor bem-falante que nos introduziu no texto parece sugerir sua necessidade para que a sociedade se mantivesse e estabelecesse, como quem diz que os horrores de que a certa altura careceu a vida formam condições de possibilidade à vida humana tal como a conhecemos. Ao final de nossa narrativa, vemos o quanto certa ordem familiar necessitou não só da aniquilação de um outro ser, mas antes, de sua não chegada à vida, de seu aborto, do fato de não alcançar sequer uma forma humana. Do ponto de vista do que nos é contado e de suas situações, a ordem é uma desordem e sua humanidade impõe seu oposto: o sistema de relações sociais elaborado é que passa a ser objeto de exame judicioso, tirando lastro às suposições que nos foram feitas de início. Não que sejam propriamente desmascaradas – vemos que há antes muita exatidão em reconhecer o fundo bárbaro da ordem humana; fato é que esta já não se legitima cegamente por conta própria quando confrontada com sua imagem narrativamente efetiva. Cortamos a fala ao cinismo quando não acatamos a tautologia de uma ordem legítima em si, cuja mera existência basta como justificativa. Talvez seja mesmo a única forma de escapar a ele, tão mais verdadeiro no que enuncia, tão mais cego quanto ao que defende.

O movimento dos primeiros parágrafos circunscreve gradualmente o âmbito em que terá lugar a narrativa, e assim suporíamos que sua função está em esclarecer e explicar o que nos será contado. Vemos no entanto que menos que facilitar a compreensão das situações narradas, cumpre antes o papel de delinear um discurso específico, ligado por sua vez a uma posição de classe. A história da fuga, a princípio, no que tange as expectativas do leitor, ilustraria e daria concreção às reflexões com as quais inicialmente se defronta; contudo, a mesma concreção leva a questionar a petição de princípio segundo a qual a ordem constituída legitima o processo de sua constituição. Em lugar de ordem e regramento, o resultado final do enredo é a manutenção do estado de desordem e imprevisibilidade, fundo permanente de uma vida social cuja cifra é a desagregação. Assim, se de um lado o acúmulo de sofrimentos e crueldades torna-se bem evidente, sua conclusão positivadora de todo caminho anterior não. A narrativa é prova e contraprova simultaneamente do pressuposto de barbárie de toda civilização, com prejuízo para o último termo. Que pensar desta composição?

Notamos anteriormente o seu caráter deliberadamente *feito*, seja na passagem algo discricionária da reflexão à narração, seja na nomeação de personagens. A insistência anti-ilusionista no caráter compósito do texto literário é um dos avanços e qualidades da obra de Machado de Assis, aparentando-a à modernidade estética. Não obstante a proximidade, os motivos por detrás da semelhança referem-se a contextos e momentos sociais diversos, cujo reconhecimento é inevitável. Pois o dispositivo formal machadiano, como sabido, é resultante e ponto final num processo histórico de longa duração, a própria formação da literatura brasileira. Uma de suas linhas-mestras consistiu na reiteração e reavaliação crítica da cultura europeia uma vez posta em contato e reordenada segundo pressupostos sociais diversos dos seus, o que deu ocasião a toda sorte de desencontros ideológicos cuja reposição literária responde pela irrealização estética de muitas obras da tradição local. A falência dos modelos incontornáveis foi a matéria mesma da literatura de Machado, cujo êxito dependeu do reconhecimento desta inoperância localmente necessária de formas e ideias importadas, pondo-a desta vez sob perspectiva crítica, um ganho do ponto de vista do valor de conhecimento proporcionado pela fatura artística. Para tanto, ainda, foi preciso juntar mais um termo a esta equação, sem o qual permaneceria irresolúvel. Era ele quem permitia dar cabo à questão: por que a reposição sempre imprópria no Brasil da ideologia Europeia?, e para tanto passava ao exame da estrutura de classes própria ao país. Pois a aclimação imprópria da cultura ocidental, na medida em que sua impropriedade esvaziava-lhe a universalidade, enraizava na sua não universalização social no contexto local, na sua não generalização e portanto da exclusão dos

pobres de seu âmbito. O desencontro entre reflexão e experiência narrada em nosso conto deita raízes aí: no que Schwarz formulou como uma cultura “contraditória com seu autoconceito”¹²⁴. Todavia, note-se, o constructo literário que permitiu a compreensão em profundidade do ambiente específico mediante o arcabouço intelectual universal deu-se após a própria experiência histórica ter cancelado aquelas perspectivas de generalização civilizatória. Daí a inoperância das formas culturais europeias, e a crítica que sobre elas pode exercer a perspectiva periférica, enquanto resultado histórico sem horizontes, ou cujo horizonte é a reprodução da imanência. Fato é que a cultura no Brasil passa a ser entendida como cultura de classe, e só o distanciamento compositivo em relação ao ponto de vista da classe que a produz como distintivo e autojustificativa cínica pôde levar à solução negativa que a obra machadiana conferiu ao processo formativo. Negativa, porque o vira do avesso: cumpre-o na medida em que atesta a irrealização sem perspectivas de superação de uma literatura cuja dose necessária de arbítrio esteja disciplinada pelo acúmulo bem estruturado de reflexão proporcionado pelo processo social racionalizado. O desacerto e a discricionariedade são fixados como sua verdade. Situada quanto àquilo que exclui, sua literatura revela dolorosamente a arbitrariedade a que está condenada quando posta do lado de quem segura o chicote e a denuncia. Revela, assim, o lastro bárbaro de que necessitou para realizar-se no momento mesmo em que põe em perspectiva sua onipotência frente a uma sociedade permanentemente fraturada. Tomando como ponto de partida para a construção literária o seu posicionamento em relação ao conjunto da vida social e suas perspectivas, a literatura de Machado de Assis assume para si o que viria a ser reconhecido depois como modernidade em arte, quando o rasgar das amarras em que esteve sufocada a arte na sociedade burguesa passou à ordem do dia. O arbítrio a que se reduziu uma arte autônoma na sociedade organizada pelo capital aqui se mostrava à luz do dia; degradada a melhoramento moderno de gente fina, uma vez que produto de importação, ela cá se achava desde cedo gravitando segundo os funcionamentos da pura mercadoria.

¹²⁴ SCHWARZ, Roberto. “Nacional por subtração”. In: *Que horas são?* São Paulo, Companhia das Letras, 2012, pg. 46.

NOTAS PARA TERMINAR

Estamos progredindo.

Hamm, personagem de *Fim de partida* (Beckett)

I

Num breve artigo ocasionado por algumas observações de campo, a antropóloga Rosana Pinheiro-Machado lançou luz inesperada sobre um índice taxativo da desigualdade brasileira, pouco levado em conta e ao mesmo tempo surpreendentemente óbvio: os dentes¹²⁵. Ficamos sabendo então que a vida pobre, dentre tantas outras atribulações, é atravessada por humilhações sociais imprevistas e dores contínuas, para as quais o repertório improvisado de paliativos é extenso: álcool, sal, cravo, pomadas duvidosas, sangrar a gengiva, rezar para Santa Apolônia, cachaça, óleo de coco, líquido de bateria etc. Nada que resolva a odontalgia perpétua, encarada por suas vítimas como sina, karma, parte da vida e da irreversível “sofrência do pobre” – até porque mesmo aqueles que obtêm uma prótese, por falta de acompanhamento, no geral acabam ficando de novo com o sorriso janelado. Um motivo não menos importante para o sofrimento está na vergonha pela má aparência, que pode custar um emprego; a ascensão social implica e por vezes importa exclusivamente nessas marcas de distinção tais como um aparelho, ainda que falsificado. Questionados, os profissionais de saúde não hesitam em atribuir toda responsabilidade pela dor àqueles que, no final das contas, não procuram um serviço de execução simples e relativamente universalizado, tampouco previnem o incômodo pelo hábito de usar uma escova, encontrável gratuitamente em qualquer universidade. A única explicação possível é que pobre é acomodado, que eles têm valores errados e preferem pagar por um tênis a ir ao dentista. Contrapondo-se a esses lugares-comuns de nossa indiferença brutalizante, nossa autora repara que ao invés da mera estupidez atrasada suas observações conduziram-na a uma lógica social própria a “quem tem que viver com o imediatismo da sobrevivência”, na qual o cálculo a longo prazo é impraticável. “Muitos sujeitos quando conseguem dinheiro precisam comprar comida. Outras vezes, optam por se dar a um pequeno

¹²⁵ PINHEIRO-MACHADO, Rosana. “A desigualdade no Brasil é medida pelos dentes”. The Intercept Brasil, 14 de Maio de 2019. Link: <https://theintercept.com/2019/05/13/desigualdade-no-brasil-dentes/> (último acesso: 22 de setembro de 2019).

luxo”. Assim, há “infindáveis casos de pessoas que disseram que, em meio a uma existência precária marcada pela dor e sofrimento, permitir-se um pequeno ato hedonista significava uma espécie de ‘último desejo’ – um prazer que será lembrado na memória para sempre. Podia ser um estrogonofe com batata palha, um book fotográfico ou um tênis de marca”.

O leitor talvez reconheça nessas anotações de pesquisa mais de uma das linhas de força do conto machadiano que procuramos salientar nesses estudos, as quais em contrapartida dão a eles, assim espero, uma certa coerência. Está aí uma racionalidade social diversa da moderna, bem como a dificuldade de compreendê-la, ao menos do prisma da última, a qual só se faz presente na sua inefetividade – isto é, não é que esteja ausente, mas só existe na medida em que é ignorada, em que fica em suspenso, como que uma santa no altar, de expressão condoída e indiferente. Seu tempo é o presente na medida exata em que o fim parece uma iminência, e daí se falar em “último desejo”: como se uma ameaça permanente apontasse em direção a essas vidas sem que se saiba de onde nem quando virá o tiro. O que incomodamente se chama hedonismo no caso é o complemento de um sobrevivencialismo erigido em lógica das relações de uma sociedade, ela mesma responsável pela suspensão da norma de que falávamos. Ao mesmo tempo, os signos da ascensão social parecem tomar um lugar que se imaginaria próprio do trabalho para que se pudesse falar de fato em melhora de vida. A integração do sujeito a esse círculo aparentemente restrito chamado vida social, garantida por aquilo que se ostenta, é momentânea, um brilhareco pessoal diante da possibilidade sempre à espreita da miséria e do aniquilamento. Como não enxergar aí o cinismo cândido de Genoveva, seu presentismo que faz pouco das abstrações do contrato e do longo prazo? ou o amor imprevidente pela patuscada do casal Porfírio e Glória, ou da família Neves? ou o elemento de impasse e irresolução de suas vidas, ao que parece agravado pelas suas condutas? ou a sombra da violência que constitui para Candinho um trabalho, uma possibilidade de sobrevivência? e, se tais afinidades de fato existem, como explicar a semelhança entre uma lógica real própria à precariedade e à viração contemporâneas e os modos literários pelos quais um escritor de fins do dezenove compôs personagens, padronizou uma prosa, articulou raciocínios, estruturou enredos etc.?

Há uma resposta fácil e imediata: trata-se de velhas permanências, de manutenção sempiterna das relações coloniais, e, por conseguinte, de nosso atraso, de nossa incompletude e amorfia enquanto sociedade, de nossa inorganicidade. Ora, sem excluir o aspecto congelado da modernização conservadora, cabe levar em conta também o primeiro termo da expressão; pois, sem desconhecer o fato de que a condição periférica nunca foi superada, é justamente a produção do mesmo pelo diferente o que impede que haja simples repetição, ainda que não se

chegue a lugar nenhum. A situação em que nada se superou, depois de se ter entrevisto um horizonte de mudança, já é outra. Aliás, o que a experiência brasileira atual parece ter perdido em relação ao período anterior é precisamente a capacidade de vislumbrar essa ultrapassagem histórica de si mesma, sua imagem de futuro. Portanto, ao invés da identidade imediata, os termos históricos de comparação devem ser articulados no interior de um processo concreto, com junturas históricas precisas, que dão a ver uma linha de desdobramento concatenado. Deste ângulo, para o qual a não-superação da herança colonial é produto de um desenvolvimento global pautado pela inovação, a interpenetração de novidade e repetição altera negativamente ambos os termos. A ideia de que o complexo de relações vindas da Colônia estaria aí intacto, ou de que se possa simplesmente regredir sem mais a ele, não está à altura dessa convergência contraditória, não apenas porque supõe mera manutenção onde há transformação evidente, mas também porque sua linguagem pressupõe uma evolução linear e obrigatória, verdadeiro metro de toda sociedade, a qual um dia se chamou progresso¹²⁶.

Entre parênteses, vale assinalar o encaixe entre esta perspectiva imobilista, com sua concepção do processo histórico como uma flecha de sentido único, e a visada moralista a respeito da classe dominante brasileira que se deduziu, a meu ver equivocadamente, da leitura materialista de Machado. A descrição de uma conduta caprichosa da parte do mando social, indissociável da desfaçatez e do leque irrestrito de opções à sua disposição, é sem dúvida uma componente maior da composição machadiana, determinante da estruturação de sua prosa. No entanto, é uma componente, e não seu efeito inteiro, que diz respeito ao jogo de forças mundial tratado de um prisma singular, simultaneamente falsificador e revelador de falsidades. Não é nesse espelhamento mutuamente deletério que a crítica de esquerda centrou suas atenções, preferindo a depreciação da elite, a qual, conforme o gosto terminológico, é autoritária, antissocial, perversa, caipira etc. Sem prejuízo de ser tudo isso, ela só o é na medida em que é também produto e condição daquilo que se lhe opõe, ou seja, as luzes, o estado democrático de direito, a neurose e o que for¹²⁷. Posto de lado esse passo decisivo, em que reside a originalidade

¹²⁶ “A concepção comum entre setores ilustrados de que não teria havido mudanças significativas das formas e razões da violência desde os tempos da escravidão e do coronelismo, e que a polícia apenas manteve viva tais modalidades, não percebe que o processo de territorialização do capital, na medida em que afirma suas formas de rendimento e a autonomia relativa do Estado, precisa criar estas práticas todas as vezes em que uma parcela significativa da população, formada supostamente por sujeitos monetários, não tem condições de existir a partir deste fundamento. Em outros termos, se equilibram num fio da navalha entre ser este sujeito e não ter dinheiro”. MENEGAT, Marildo. “Violência e Barbárie: um pequeno estudo sobre as origens remotas do bolsonarismo”. In: *Argumentum*, Vitória, v. 11, n° 2, maio./ago. 2019, p. 7-16.

¹²⁷ A propósito da conjuntura brasileira das últimas duas décadas e do atoleiro em que desembocou, Felipe Catalani observa: “fingimos que ninguém sabia que se tratava de uma bomba-relógio, e preferimos acreditar na

do ângulo dialético, seria possível supor que a solução para nossos impasses seria a educação moral da propriedade, programa este que – não custa repisar – é precisamente o que Machado teve de abandonar para dar o salto à maturidade literária. É preciso enquadrar as abjeções do mando brasileiro no quadro da estrutura histórica que os engendrou, sem o qual fica-se reduzido à ingenuidade e à inconsistência literária.

Obviamente, a ninguém ocorrerá buscar no Brasil *fin-de-siècle* as origens e as motivações para as mudanças que se verificam hoje em escala tanto local quanto nacional. Sua explicação no quadro da atualidade só pode ser feita a partir das formas novas de acumulação e de seu novo estágio técnico. O que é espantoso, todavia, são as afinidades imprevistas que a técnica – entendida aqui não em sua oposição potencialmente emancipatória quanto às relações sociais de produção, mas sim como aderida a estas e, portanto, como instrumento de dominação e reposição do sistema global produtor de mercadorias – traz em seu desenvolvimento com relação às formas primárias da expansão capitalista, com acento naquelas que à primeira vista pareciam estar fora do registro puramente econômico da autovalorização do valor. Neste ponto, aliás, mais uma vez o marginal se reencontra com o normativo como sua verdade. De todo modo, cabe aqui a propósito destas questões uma observação feita em entrevista pela socióloga Ludmila Abílio, para quem “o que parece a grande novidade da uberização também é uma atualização de características permanentes do mercado de trabalho brasileiro, por exemplo. A viração, a alta rotatividade do mercado de trabalho, a integração entre o trabalho formal e o trabalho informal, o trânsito permanente de trabalhadores por um e outro são elementos estruturais do mercado de trabalho brasileiro, e muito pouco evidenciados na sua importância. A uberização assenta-se nesse autogerenciamento de si, que envolve a polivalência precária, o trânsito por diversas ocupações. Entretanto, estes elementos persistentemente compreendidos como os resíduos da modernização periférica, agora têm nova visibilidade: a *gig economy*, termo utilizado para se referir a atividades da Economia Compartilhada, às ocupações instáveis e precárias”¹²⁸. O novíssimo capitalismo de plataforma, indissociável que é do novo padrão

maldição brasileira de um eterno retorno do mesmo, no caso, a formação abortada e a condenação ao passado (é sempre mais cômodo culpar a ‘elite do atraso’ para lavar as próprias mãos) – e nisso sempre reaparece a conversa de que estamos ‘retrocedendo’ cinquenta, cem ou duzentos anos. Ledo engano: o futuro é aqui”. CATALANI, Felipe. “A decisão fascista e o mito da regressão: o Brasil à luz do mundo e vice-versa”. Blog da Boitempo, 23 jul. de 2019. Link: < https://blogdaboitempo.com.br/2019/07/23/a-decisao-fascista-e-o-mito-da-regressao-o-brasil-a-luz-do-mundo-e-vice-versa/?fbclid=IwAR1G307-2obdzJmrkE06l5JTV1SJTYw7IHB9SDzlcEB9pzt_Ah7OpHN9ss> (último acesso: 21 de setembro de 2019).

¹²⁸ ABÍLIO, Ludmila. “Uberização: a edição da velha ideia do trabalho amador”. Entrevista concedida à João Vitor Santos. IHU On-Line, 13 de agosto de 2019. Link: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/591603-uberizacao-a-edicao-da-velha-ideia-do-trabalho-amador-entrevista-especial-com->

tecnológico estabelecido pela terceira revolução industrial e pela nanotecnologia, estaria trazendo a primeiro plano e expandindo em proporção mundial formas históricas do mercado de trabalho periférico, aí incluída sua estreiteza. O que nos faz voltar e reformular a nossa pergunta: como entender essa tendência geral do regime da mercadoria rumo àquilo que sua normatividade a princípio proscovia e relegava às trevas do subdesenvolvimento e da má formação localista?

Digamos então que a contística de Machado de Assis se inscreve num primeiro capítulo do processo histórico, hoje muito evidente, de autodissolução da sociedade burguesa, o que possibilitou justamente que se alçasse em seu momento ao padrão global da atualidade literária. Nesse sentido, não éramos nós que nos púnhamos à altura do padrão progressista do mundo, mas este é que, progredindo, principiava a regredir até nosso patamar; trata-se de um encontro histórico a meio de caminho entre os absurdos do atraso e as desgraças do progresso, cuja convergência agonizante estamos assistindo. Ao longo destes estudos, repetidamente indicamos este fenômeno e o exemplificamos, como por exemplo, no plano estético, ao relembramos o aspecto discricionário e grosseiro do esteticismo de fins do dezenove, ele mesmo indício da ascensão da nova burguesia neocolonialista, no plano sócio-histórico. Em certo sentido, diga-se, estes apontamentos ajudam a elaborar uma resposta para um problema levantado por Roberto Schwarz nos anos 90, retomado posteriormente por Paulo Arantes¹²⁹: como explicar o fato de que o sistema literário brasileiro se havia formado, como o comprova o surgimento de uma obra não só bem nutrida das sugestões dos predecessores como capaz de articular a partir delas uma lógica social geral, se a própria sociedade na qual esse sistema deitava raízes permanecia não formada? Isto é: de um ponto de vista para o qual o trabalho literário se constituiu dando prolongamento aos germes formais presentes em sua matéria, estruturando sua composição a partir deles, parece um disparate falar numa obra organicamente configurada tendo como ponto de partida uma sociedade anômica. Se nesta não se verifica em movimento uma forte dialética interna, como um tal fenômeno pode se dar numa literatura? Voltaremos dentro de algumas páginas à questão; por ora, cabe observar que talvez estejamos

[ludmila-abilio](#) (Último acesso: 23 de setembro de 2019). – A aproximação entre relações de trabalho históricas na ex-colônia e as novas formas da uberização foi feita pela professora Priscila Figueiredo em disciplina ministrada na FFLCH/USP no segundo semestre de 2017.

¹²⁹ SCHWARZ, Roberto. “Os sete fôlegos de um livro”. In: *Sequências brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, pp. 66-70; ARANTES, Paulo. “Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo”. In: *Sentido da formação: três estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, pp. 10-1.

diante de um daqueles casos em que o edifício se completa ao desmoronar. Mais exatamente: refletindo sobre o processo que a antecedeu, a produção machadiana alça-se acima dele e faz sua a regra secreta que descobre nele, qual seja, *a ausência mesma de uma forma coesa e portanto a interdição da formação plena de uma literatura periférica*. Assim, Machado persistia na inconsistência com o rigor de uma lei imanente, atestando a impossibilidade da obra de arte orgânica na periferia no mesmo momento em que a história a cancelava igualmente no centro. De par com a autocrítica da arte quanto ao estatuto autônomo ao qual o desenvolvimento da sociedade burguesa a confinou, vinha a crise do processo de racionalização da obra, cujo progressivo estilhaçamento e cuja progressiva hipertrofia do desígnio configurador foram sentidos por Lukács com sintoma de “decadência”.

A aproximação tendencial entre centro e periferia terá outro capítulo brasileiro com nosso primeiro Modernismo, em especial com o poema pau-brasil, que a tomará em chave eufórica. Como é bem sabido, seu programa estético-político assentava numa conjunção sistemática de elementos cotidianamente persistentes tomados às relações coloniais, por assim dizer pré-burguesas, com outros próprios à sociedade moderna que aos poucos a urbanização e a industrialização desenhavam por aqui. O resultado, no caso da poesia oswaldiana, seriam pequenos cromos de brasilidade progressista, a qual não abre mão nem das benesses do progresso nem do cheiro bom do café preto na cozinha da casa velha. Atuando no fundo desse método compositivo estava a crença na oportunidade mundial aberta para nossa “imundície de contrastes”, para falar com Mário de Andrade, no momento da crise da ordem burguesa; daí, como notou Schwarz, a sensação que essa proposta nos dá de opção entre outras dentro de um cardápio dos rumos possíveis para a humanidade numa altura em que seu futuro parecia em aberto ¹³⁰. Nesse quadro convulso, algo como uma via brasileira de modernização se apresentava como um atalho pelo qual se poderia saltar da informalidade de nossas relações não mediadas pela institucionalidade burguesa diretamente para uma utopia em que aquelas se combinam à abundância material¹³¹. Assim, estava em jogo o elogio da técnica conjugado à crítica ao formalismo da decadente civilização liberal, diante do qual as mil acomodações e transgressões que permeavam a sociabilidade local assumiam o feitio vanguardista de *experimentação*. Antonio Candido, em passagem famosa, já havia notado que as ousadias da

¹³⁰ SCHWARZ, Roberto. “Discutindo com Alfredo Bosi”. In: *Sequências brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, pg. 83.

¹³¹ SCHWARZ, Roberto. “A Carroça, o Bonde e o Poeta Modernista”. In: *Que Horas São?* São Paulo, Cia das Letras, 1987, pg. 13.

nova arte do início do século passado eram mais coerentes com a herança cultural da ex-colônia do que com a da metrópole; noutra passo, privilegiando o momento positivo desse nivelamento cultural surpreendente, aponta que este tem um fundamento real nas transformações sociais e políticas pelas quais passava a sociedade brasileira, as quais aproximavam-na do padrão europeu¹³².

Pois bem: vistas as coisas do ângulo da atualidade, não se pode negar que de algum modo a promessa modernista se efetivou, mas sem o sinal positivo, tampouco com sentido construtivo. Uma perspectiva menos simpática à dita criatividade da vida popular brasileira já estava colocada na observação feita por Schwarz a respeito do ensaio de Candido sobre o romance de Manuel Antônio de Almeida: depois de golpe militar, AI-5 e o desfile de atrocidades promovido em nome e com a cumplicidade da classe dominante, a malandragem parece mudar de lado social e revela sua afinidade com o arbítrio do mando incontrastado do partido da propriedade¹³³. Já nos anos 90, discutindo a mesma questão, o crítico repara que “a pergunta atual já não diz respeito ao modo certo de incorporar a herança colonial, mas sim ao que efetivamente ela veio a ser”; e assim, o que se nota é que “sem prejuízo da graça e do alento utópico, o nosso fundo não burguês se mostrou apto, também, a servir de legitimação ao capitalismo sem lei nem cidadania trilhado no país” – caminho tomado, poderíamos acrescentar, pelo sistema da mercadoria no seu conjunto. “Num quadro de que a contravenção e o gangsterismo fazem parte tão estrutural quanto o encanto da cultura iletrada”¹³⁴, a promessa progressista não-burguesa do Modernismo heroico perde chão, mas não o experimentalismo precário dos despossuídos, o qual agora se projeta globalmente no repertório dos expedientes de sobrevivência em meio a uma situação de colapso. Em suma, e para concluir esta sequência de comentários schwarzianos: “no reservatório das virtudes antigas não há mais água limpa. Assim, depois dos tempos em que a pobreza ignorante seria educada pela elite, e de outros tempos em que os malfeitores dos ricos seriam sanados pela pureza popular, chegamos agora a um atoleiro de que ninguém quer sair e em que todos se dão mal”¹³⁵.

¹³² CANDIDO, Antonio. “Literatura e Cultura de 1900 a 1945”. In: *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro, Ouro sobre Azul, 2011, pp. 117.

¹³³ SCHWARZ, Roberto. “Pressupostos, salvo engano, de ‘Dialética da malandragem’”. In: *Que horas são?* São Paulo, Companhia das Letras, 2012, pp. 152.

¹³⁴ SCHWARZ, Roberto. “Discutindo com Alfredo Bosi”. In: *Sequências brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, pg. 83-5.

¹³⁵ SCHWARZ, Roberto. “Um romance de Chico Buarque”. In: *Sequências brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, pg. 222. Este comentário a propósito de *Estorvo* faz pensar nas analogias formais curiosas entre o romance e as estruturas do conto machadiano que nos interessaram ao longo deste trabalho. Pois não só ressalta

Em chave imprevista, as teorias da convergência que animaram os impulsos desenvolvimentistas no antigo terceiro mundo há cinco décadas vão se realizando, só que ao contrário. Sem que tenhamos chegado lá, a ponta do progresso global é que parece em vias de nos alcançar, mirando-se no espelho e constatando horrorizada que aos poucos vai sendo tomada pelas síndromes historicamente associadas ao submundo periférico, para as quais já trata de acionar os devidos anticorpos – aliás, recolhidos ao repertório vasto e historicamente acumulado da repressão colonial. Trata-se em resumo de um processo geral de *periferização*, o qual, mostrando o que efetivamente veio a ser o sistema global produtor de mercadorias, revela-se como sua tendência ruínosa e, por isso, sua verdade. Conforme a linha de nosso raciocínio, a atualidade espantosa do universo de Machado de Assis se prende a este sentido da modernização, a qual dá uma oportunidade nova para o ponto de vista periférico cuja elaboração plenamente consistente, em plano literário, está em sua obra madura. A partir de nossas análises, nos deparamos com alguns deles, e talvez seja hora de reunir os principais dando-lhes algum encadeamento.

No que se refere à dimensão do trabalho, a citação tomada de Ludmila Abílio há alguns parágrafos lança luz sobre essa convergência. Pode-se ler desse prisma a caracterização inicial de Candinho, feita em forma de enumeração: trabalhos distintos uns dos outros, sem necessidade de formação subjetiva que acompanhe sua execução, amadorístico por isso mesmo. A lista reforça o sentimento de heterogeneidade e inconstância, própria à intermitência e às idas e vindas do mercado da mão-de-obra – ou, retornando aos termos da socióloga, o que vemos é uma polivalência precária. Quando a variação das carreiras se interrompe e ele estabiliza-se como capturador de escravos, nem por isso a lógica da viração se interrompe; pelo contrário, ela é da natureza do serviço, sem mediação pública ou contratual, nem projeções a longo prazo, sendo prestado pontualmente, com recompensas distintas, em lugares distintos. Mas justamente essa ocupação incerta é a garantidora da ordem, a qual por sua vez não era tão ordem assim, na medida em que a plano mundial estava relegada a uma espécie de clandestinidade. A integração amorfa entre ordem e desordem corresponde ao apagamento da divisão entre trabalho formal e informal, dentro da legalidade ao mesmo tempo que fora dela, reforçando-a todavia posto que a transgride. Esta promiscuidade entre termos contraditórios

no texto buarquiano a circularidade, o retorno ao início no fim, como esta está aí também presa a uma espécie de “catastrofilia” socialmente fundamentada, uma feição irracional e suicidária presente numa sociedade de papéis fluidos e sob o signo da delinquência.

dos quais não emerge conflito reaparece, em plano compositivo, na alternância dos papéis assumidos por Candinho, ora pai amoroso de família pobre rondada pela miséria, ora carrasco impiedoso e indiferente à dor social que ele próprio partilha. O conto espanta por tal continuidade entre opostos. O trabalho sujo que executa se faz pela violência, e seu único fim é a garantia da ordem, de sua manutenção; o indivíduo une-se à sociedade no desejo cego da mera autopreservação, e por isso se faz seu cúmplice. A vigilância e o disciplinamento aparecem como ocupação flexível, disponível a qualquer um que disponha de força e uma corda. Daí, a diminuição tendencial do serviço, o aumento da concorrência, a qual reproduz na disputa pelo trabalho e lógica bélica que configura este mesmo trabalho. Como ressaltamos em momentos diversos esta produção da beligerância social como forma de preservação das estruturas sociais assume feições diversas na literatura brasileira oitocentista, e mesmo na contística de Machado; a saliência de seus aspectos fofoqueiros, como dado de prosa ou das situações narrativas, como no caso de “Noite de almirante”, é uma delas, bem como as rixas e a luta das aparências. Aliás, também a beligerância generalizada, tal qual a viração, tem como exigência a adaptação permanente às diferentes ocasiões, a qual está sedimentada no tom incitador e jocoso da expressão “vai ter que rebolar”. O que dá pertinência a um dito como esse, bem como a algo de nosso conto, é uma situação na qual a integração social não aparece como sistêmica, mas como encargo de individualidades ferozes em disputa.

A conjugação de viração, guerra concorrencial e trabalho sujo conta dentre as atualidades surpreendentes de Machado, e participa ainda de outra problemática contemporânea a que se anteciparam algumas formas históricas da ex-colônia. A reposição exaustiva do horizonte da mera sobrevivência, como vimos acima no relato dos dentes e no tecido temporal de “Pai contra mãe”, mas não só, pode ser entendida como a consequência lógica de uma organização social do trabalho tal como a viemos descrevendo. O tempo é experimentado de modo específico na experiência social que serve de matéria a Machado, especialmente quando a inconstância da pobreza entra em campo. Não lhe faltam atribuições, buscas desnorteadas por uma saída quase milagrosa, a qual pode ou não ser concedida por um acaso insondável. A imaginação vai listando as possibilidades, as pessoas a quem pedir favores, e um conto como “O empréstimo” tem quase como lei de seu desenvolvimento o rebaixamento das quantias pedidas, diretamente proporcional à quantidade dos dias até que se repita a mesma cena, noutra parte e com outro interlocutor. Há um *decrescendo* no número de alternativas que quase já as reduziu a zero quando inicia “Terpsícore”: os parentes e compadres a quem recorrer acabaram, ou se impacientaram com as maluquices do casal. O próximo apelo aos favores da

sorte é o jogo de azar, cujos termos são análogos ao da sobrevivência nessa sina da vida pobre. Vimos na análise que esta espera por um evento salvador não é ridicularizada nem condenada do ponto de vista do enredo, que não opera nesse sentido em chave realista; ganha sentido nesse ambiente sem sentido, sem alterá-lo nem conduzir a outra situação. As ações de Porfírio e em última análise também as de Glória parecem movidas por um automatismo enigmático, quanto ao qual o cálculo burguês não tem nada a declarar. Como se nos dissessem: o amanhã a Deus pertence, vale este presente no qual, se se puder arranjar um prazer fugidio, que se arranje. Por um momento que seja, o pobre pode olhar com orgulho para sua casa e suas roupas e, invertendo a equação que lhe pauta a vida, vê a tudo com “olhos de autor”. Essa inversão momentânea todavia não empurra noutra direção, e ao final do conto o Porfírio adormecendo nos faz lembrar do Porfírio acordando do início, fechando o círculo da paralisia. Não acho recomendável a positivação de qualquer um dos momentos no interior dessa lógica estática: o gozo efêmero apazígua, mas não está apartado dessa vida vivida ciclicamente, ou dessa sina, nas palavras dos entrevistados de Rosana Pinheiro-Machado – os quais, por sinal, seguem a mesma lógica de retorno, por falta de cuidado, a uma situação anterior de que se queria escapar em nome de um último desejo que, quem sabe, desconte um pouco as sofrências da pobreza.

O giro em falso, ou a hélice que gira parada em direção a nada, falando com Schwarz, é uma imagem brasileira da modernização e, em raio mais amplo, da civilização do capital. Ao longo de seus desdobramentos, a tradição do pensamento social local topou mais de uma vez com dificuldades em explicar tendências a princípio irracionais do capitalismo no país. Tomemos como exemplo o transe de 1964, ponto de virada tanto para a história brasileira quanto para o entendimento crítico de sua cultura, aí incluída a literatura machadiana: como compreender o passo não dado em direção à tão sonhada autonomia política e econômica, a capitulação da burguesia nacional a interesses aparentemente diversos dos seus, mesmo contrários a eles? Não cabe aqui esmiuçar as explicações, algumas das quais fazem duvidar da viabilidade daquela passagem ascendente para a nação; o que está nos interessando é a sensação frustra, a incapacidade de explicar pelos termos emprestados às matrizes a insistência recalcitrante num estado de coisas de certo ângulo desvantajoso, ou ainda, retomando um termo a que já recorremos, a sintaxe da frustração que dá o tom a nossa tradição crítica. Tudo se passa como se o capitalismo *à la* Brasil se debatesse permanentemente com seus próprios limites, reiterando-os sempre, reforçando sua irracionalidade em lugar de abandoná-la – mas não será essa obstinação irracional na própria inviabilidade aquilo que salta aos olhos no capitalismo em perpétuo desmoronamento que hoje sentimos como uma condenação? A “disposição

absurda de continuar igual em circunstâncias impossíveis”¹³⁶, essa teimosia em atribuir sentido à produção do nada, para a qual toda qualidade é mero efeito colateral, perde sua feição de estupidez atrasada e provinciana para ganhar o estatuto de sina da sociedade global, cuja marcha contemporânea pende mais para a destruição, para o desmanche, que para a criação emancipadora. Esse destino que flerta com o suicídio, irrefreável até que se lhe ponha um ponto final, esse sim merece o nome de progresso. Robert Kurz designou a primazia especulativa e financeira da atual economia mundial como “capitalismo-cassino”¹³⁷, e a roleta – sempre girando, sempre parada, feita para reproduzir o azar – pode ser uma boa imagem para condensar as relações e as atitudes do universo machadiano. “Em Machado, a aparência de movimento, a pirueta e o malabarismo são disfarces que mal conseguem dissimular uma profunda gravidade – deveria dizer: uma terrível estabilidade. Toda a sua trepidação acaba marcando passo”¹³⁸. Entre parênteses, acrescentando mais uma irmanação entre atraso local e ultramodernidade contemporânea, não faltou nas últimas décadas quem constatasse o avanço do monopólio e a propensão oligárquica da economia internacional qualificando-a de “capitalismo de cupinchas”¹³⁹.

Dizer que há uma aproximação tendencial e de sinal negativo entre centro e periferia traz, é claro, implicações para o modo de pensar a vida ideológica. Num aforismo sobre a corrosão pela sociedade burguesa das categorias imemoriais de fama e glória, Adorno recorda a esperança de Flaubert na “posteridade”, numa “burguesia liberta do feitiço da estupidez, que o honraria como seu autêntico crítico. Mas subestimou a estupidez: a sociedade que ele defendia não pode chamar-se pelo nome, e com a sua expansão para totalidade desfraldou também de modo absoluto a estupidez da inteligência”¹⁴⁰. Quando a racionalidade se constitui e se transforma mimetizando os funcionamentos de um mundo objetivamente irracional, o acúmulo social da reflexão e sua sedimentação na linguagem passam a fazer parte do engodo.

¹³⁶ SCHWARZ, Roberto. “Um romance de Chico Buarque”. In: *Seqüências brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, pg. 223.

¹³⁷ KURZ, Robert. “A ascensão do dinheiro aos céus: os limites estruturais da valorização do capital, o capitalismo de cassino e a crise financeira global”. In: *Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES*, n.º. 28 Janeiro-Junho, 2019.

¹³⁸ MEYER, Augusto. “O homem subterrâneo”. In: *Machado de Assis*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008, p. 15.

¹³⁹ ARANTES, Paulo. “1964”. In: *O novo tempo do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2014, pg. 312.

¹⁴⁰ ADORNO, Theodor. *Minima moralia*. Trad. de Arthur Mourão. Lisboa: edições 70, 2001, pg. 89.

Aí está uma explicação para as diferenças entre Balzac e o autor de *Madame Bovary*: se o primeiro em sua estilização generalizante e exagerada podia contar para tanto com o lastro de uma acumulação reflexiva dada pelo debate da sociedade a respeito de si mesma, observando um processo igualmente geral e grandioso, o segundo constatava a degradação do bate-boca público em fraseologia, em besteiras de clérigo e distinções de boticário. Vale notar, aliás, o desacordo entre aquela expectativa de Flaubert e as implicações tiradas em seu romance de sua matéria. Seja como for, fato é que o desenvolvimento do romance europeu começa a registrar um fenômeno bastante conhecido da experiência periférica, i. e. “a utilização imprópria dos nomes”¹⁴¹ na elaboração da experiência social, impropriedade sistêmica e portanto produzida contudo pelos mecanismos da sociedade; enquanto parte integrante e necessária do problema, a questão passa a ser manejar a linguagem na sua inadequação. É nesse meandro, evidentemente, que Machado instruiu seu método literário.

No caso brasileiro, a inaptidão da linguagem frente à experiência, à altura em que a Europa a descobre, era um dado da vida, ao qual as acomodações eram muitas. Dentre elas, procuramos neste trabalho destacar uma atitude particular, esse tipo de ação conscientemente inconsciente, a qual reconhece as obrigações impostas pela norma sem cumpri-las e sabendo desse descumprimento, que se dá por motivos de força maior. Isto é, nessa espécie paradoxal de conduta a consciência serve à perpetuação da irracionalidade: o vimos na honestidade desconcertante e próxima da natureza de Genoveva, em “Noite de almirante”, e, em chave filosofante, encontramos algo do gênero também nas considerações reflexivas do narrador de “Pai contra mãe”.

No primeiro caso, a obrigação do juramento, através da qual um ato de linguagem busca racionalizar as ações individuais e torná-las previsíveis dentro de um prazo pactuado, é reconhecida, assim como sua quebra, o que vale a mesma coisa. Na hora em que foi firmado, o pacto era válido e a intenção verdadeira; uma pena que o tempo passe e, com ele, a vigência das palavras. De um presente a outro a situação se transformou sem que entre eles haja articulação, porque a necessidade presente é a única motivação não risível para as decisões que se toma. Ou por outra, a circunstância prepondera sobre as exigências cobradas da vida prática pelo fisco da ideologia e da linguagem fetichizada. Detectamos aí, como se há de lembrar, os efeitos de um funcionamento ideológico específico, dito de segundo grau, cuja opacidade não

¹⁴¹ SCHWARZ, Roberto. “As ideias fora do lugar”. In: *Ao vencedor as batatas*. São Paulo, Duas Cidades/34, 2000, pg. 26.

se confunde com aquela das ideologias de primeiro grau sem prejuízo de dizer algo a seu respeito e, por que não?, indicar-lhe uma tendência. Seu modelo é a cena básica da relação de clientela, na qual a língua da ilustração é falada com o fim de dar o brilho da racionalidade a uma situação que escapa e mesmo se opõe a seus pressupostos. Nem por isso ela lhe é alheia, e o salto moderníssimo da experiência periférica está no fato de que, cotidiana e incansavelmente, o esclarecimento se tornava um momento de seu contrário. A sua dialética, que no centro custou a ser descrita, era entre nós uma evidência prática; sendo um mecanismo racional que participa da irracionalidade social, nosso cinismo bem particular estava simultaneamente abaixo e acima do modo europeu de mobilizar as ideias.

Pertencem a outro andar social as considerações de início de “Pai contra mãe”, ainda que possamos reconhecer nelas um fundamento análogo no raciocínio: o reconhecimento da transgressão não impede sua validação como elemento necessário. Sem querer forçar a comparação, é como se a sobrevivência pessoal e a sobrevivência social obedecessem a uma cegueira semelhante: “para que haja vida é preciso eliminar a vida” parece ser o ensinamento do conto ao levarmos em conta conjuntamente prólogo reflexivo e narrativa. Este tipo de argumentação pode ser repetido valendo-se de termos variados – em nome da civilização é preciso prolongar a barbárie, para aniquilar a escravidão é preciso mantê-la, para amenizar suas violências basta contar com seus próprios mecanismos, as funções de manutenção da ordem podem prescindir dos preceitos que ela postula e assim por diante. Nisto, inclusive, se alimentou do lugar-comum local, miniaturizando e distanciando seu procedimento discursivo. Como um estado de coisas vivido como fatalidade, como uma condenação geral à delinquência, a intimidade entre ordem e infração relegava o conjunto das relações que governa à ilegalidade, que é a própria condição do país escravocrata no século da liberdade. Estas reversões estão metodizadas em padrões de raciocínio que preparam o andamento da prosa, no qual todos os termos de um problemas estão reconhecidos e tratados como equivalentemente válidos, ou ainda: a convivência dos contrários é da ordem do acomodamento e não do conflito, o qual está lá, mas desligado.

Procurando nos aproximar de um conceito que descrevesse este funcionamento ideológico paradoxal é que recorreremos à definição do cinismo por Sloterdijk: “a falsa consciência esclarecida” – o qual não se trata de aplicar, é claro, mas que interessa também como sintoma ideológico da tendência periferizante do sistema do capital. Seu fatalismo e sua disposição ao trabalho sujo são presença assídua na sociedade ex-colonial. Na observação de Paulo Arantes, num texto que forneceu o campo de problemas básico destes estudos, “a

consumada modernidade flexível é isto que está se vendo no velho laboratório brasileiro da mundialização: esse entra e sai na esfera peculiar dos mais diversos ilegalismos, tanto no plano da mera viração dos despossuídos, quanto no âmbito da alta transgressão que distingue os pilares da sociedade nacional”¹⁴². A frase fica mais aguda pelo seu contexto, em que o autor constata que a inoperância da lei não impediu uma “fúria regulatória” da legislação urbanística brasileira. – Notando o encontro histórico entre a saliência do capricho na primeira fase machadiana e a nova figura esteticista do autor, Schwarz fala em afinidades entre atraso social relativo e formas avançadas de autocrítica da cultura burguesa¹⁴³; revistas as coisas numa altura histórica em que o mundo se brasilianiza, talvez seja o caso de reformularmos o problema tendo em mente as afinidades entre formas históricas da periferia e a nova dinâmica autopetruadora de um capitalismo que tornou o colapso uma rotina.

II

Conto e romance da maturidade literária de Machado de Assis coincidem na data de surgimento: o início da década de 1880 vê publicados o *Brás Cubas* e *Papéis avulsos* no mesmo ano. Não se pode todavia aplicar a um os mesmos instrumentos e a mesma análise do outro, ainda que partilhem de situações e procedimentos análogos, sobretudo o humorismo. As comparações entre os dois já foram tema da crítica, que a certa altura manteve preferência pelo primeiro gênero por entender que a preferência do Machado romancista pelo fragmento e pela variação estilística revelava pouca vocação para a narrativa de fôlego longo. Dessa perspectiva, enunciada por Lúcia Miguel-Pereira¹⁴⁴, nas formas curtas ele estaria no seu elemento de fato. A guinada materialista na compreensão do romance machadiano viria no final do século passado elucidar a unidade profunda que organizava a dispersão, princípio identificado por Roberto Schwarz no ponto de vista auto-exposto do narrador volúvel; o que parecia a seus predecessores excesso filosofante e pirotecnia estilística, sem deixar de sê-lo, passa a ser entendido como lei formal monocorde, de modo que a variação ganha aspecto de monotonia e a gratuidade, de necessidade interna da composição, que as distancia.

¹⁴² ARANTES, Paulo. “A fratura brasileira do mundo: visões do laboratório brasileiro da mundialização”. In: *Zero à esquerda*. São Paulo, Conrad, 2004, pg. 75.

¹⁴³ SCHWARZ, Roberto. “*Iaiá Garcia*”. In: *Ao vencedor as batatas*. São Paulo, Duas Cidades/34, 2000, pg. 195.

¹⁴⁴ MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. *Prosa de ficção (de 1870 a 1920)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973, pg. 99.

Isto posto, pouco se elucidou a respeito dos contos machadianos em seu conjunto. Não se relacionam narrativamente, suas personagens não se repetem, sequer a técnica narrativa é a mesma: olhamos para eles e vemos duzentas situações díspares, ora dialogadas, ora contadas em primeira pessoa, ora em terceira, um pastiche bíblico ali, um apólogo aqui, um relato de explorador colonial acolá etc. Para o que nos interessa, talvez seja interessante recuperar alguns passos da crítica a propósito. – Como o próprio Schwarz assinalou, “são formas que não nascem da própria matéria. São formas que o Machado de Assis chapou em cima de maneira humoristicamente arbitrária”. Ou seja, entre os elementos dispostos no interior da narrativa e sua estilização não há uma relação de necessidade, mas acentuadamente de capricho. O procedimento literário enquadra seus materiais até o absurdo e dá a tudo certo ar de brincadeira, de coisa pouco séria. “É como se, de repente, uma pulga do meu cachorro me mordesse, eu fico irritado com o meu cachorro e invento um capítulo bíblico a respeito. Então, não há nada nem no meu cachorro, nem na pulga, que me empurre para a Bíblia, mas o Machado vai para a Bíblia. Então, nesse passo da pulga e do cachorro para a Bíblia, há um elemento de total arbitrariedade”¹⁴⁵.

Noutra chave, Mário de Andrade reconheceu certa tendência dos contistas maduros de não serem “descobridores de assuntos pra contos, mas da forma do conto”, o que não deixa de ser paradoxal, se na frase entendermos que se trata não de uma progressiva descoberta de uma forma a ser totalmente depurada e fixada, mas de uma experimentação interminável com essa ideia vazia que parece ser o conto. Fora sua brevidade e impacto instantâneo, ou por assim dizer seu “efeitismo”, o conto parece excluir outras determinações que não sua reinvenção sempre renovada, no que aliás está de acordo com sua origem nos jornais. Retomando a observação de Mário, Abel Barros Baptista¹⁴⁶ reparou que a brevidade do gênero resulta numa espécie de saliência da forma, assim como a necessidade de uma teoria interna à construção literária que dê sustentação à sua pretensão de validade geral. Enquanto forma breve, a relação do conto e do momento espremido de vida de que trata com a totalidade dessa mesma vida não é evidente, fazendo com que uma de suas finalidades esteja em legitimar esse vínculo por meio de uma congruência entre fato narrado e sua interpretação por quem narra. Dessa adequação recíproca difícil de se encontrar plenamente realizada deriva a autoridade do narrador, cujo estatuto questionável é uma especialidade de Machado. Digamos que o nexos entre a teoria que

¹⁴⁵ SCHWARZ, Roberto. “A pulga no cachorro”. *Mais!*, Folha de S. Paulo, São Paulo, 28 de março de 1999.

¹⁴⁶ BAPTISTA, Abel Barros. “A emenda de Sêneca”. In: *Teresa*, n° 6-7, São Paulo, 2006, pp. 207-231.

legítima a apropriação generalizante da matéria – e também a forma com que é elaborada – e a matéria narrada ela mesma, nexos de caráter problemático, passa a ser um elemento *interno* da configuração, que lhe talha a figura ao mesmo tempo obrigando-a ao desconjuntamento, a uma deformidade que todavia organiza a contradição, sem demovê-la ou superá-la. Estaremos vendo errado se imaginarmos que essa fórmula complexa e negativa de compor é em si mesma o diagnóstico machadiano sobre o processo formativo literário e nacional, e quem sabe até de sua acepção moderna no geral?

Mas também nesse sentido se encaminhavam aquelas outras considerações sobre a variedade estilística em Machado ou, noutra expressão de Schwarz, seu *bazar de estilos*¹⁴⁷. A imagem é precisa porque evoca o centro comercial, a feira livre com sua heterogeneidade de mercadorias umas ao lado das outras, sem hierarquia nem articulação. Assim funcionam as formas na contística machadiana, dispostas com a discricionariedade com a qual a lei da equivalência universal despoja de conteúdo concreto toda sorte de objetos ao convertê-los em mercadorias. Caberia aqui reiterar um passo crítico, já dado com relação ao romance, de entender essa gratuidade na sua necessidade, mas sem o recurso ao narrador volúvel – ou melhor: entendendo a volubilidade formal como um mecanismo da própria cultura nos marcos dentro dos quais ela funciona numa sociedade periférica. A literatura no Brasil se funda na importação de objetos de consumo e de modelos, o que imprimiu a seu desenvolvimento um ritmo rarefeito, porque determinado externamente, fazendo estilos se sucederem sem que se gerassem uns aos outros: tudo isso é bem sabido. Também se sabe que essa amorfia nos punha aquém do padrão da racionalização artística do centro, cujo movimento permitia ser descrito como uma depuração, a descoberta cumulativa de um desígnio que sustentasse uma obra, pondo-a em pé. Mas essa estruturação autônoma e autossuficiente dos processos artísticos envelheceu e desembocou por conta de sua própria lógica técnica em mais arbítrio; este fenômeno, note-se, não é alheio à geleia geral da cultura industrial moderna. De fato, o momento de mercadoria do objeto de cultura é indissociável dele desde que a arte se emancipou do patronato e de sua finalidade social ritualística; nem por isso o valor de troca eliminou o de uso. O confronto entre a tradição sedimentada no estilo que a obra acolhe e a particularidade do material em que aquele deve imprimir sua figura, na época liberal-burguesa, implicou num elemento polêmico da obra de arte contra o processo social. Aquilo que lhe permite transcender

¹⁴⁷ SCHWARZ, Roberto. “Leituras em competição”. In: *Martinha versus Lucrecia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, pg. 12.

a realidade “não consiste na realização da harmonia — a unidade problemática da forma e do conteúdo, do interior e do exterior, do indivíduo e da sociedade —, mas nos traços em que aparece a discrepância, no necessário fracasso do esforço apaixonado em busca da identidade”. Nesse sentido, a possibilidade da cultura burguesa sempre se apoiou numa tensão com o que lhe é externo. A plena realização desse conceito de cultura pela sua indústria termina por fazê-lo ruir. “Falar em cultura foi sempre contrário à cultura”, e a atribuição administrativa, apoiada no desenvolvimento técnico, do denominador comum “cultura” aos produtos desta acaba subsumindo-os numa identidade falsa porque arbitrária, e vice-versa. A perda da tensão com a tradição, estando todos os seus meios e técnicas livremente disponíveis desde a investida vanguardista contra a autonomia da arte, descambou numa cultura desossada, feita de equivalentes.

O que talvez se possa especular na esteira de nossos raciocínios anteriores — além do encontro entre a desagregação da cultura burguesa, aliás um resultado dela, com a histórica arbitrariedade cultural brasileira — é como novamente a entronização das formas sociais da mercadoria e o preenchimento por elas de todos os poros de sua totalidade implica também numa expansão de aflições e flagelos de periferia. Entre parênteses, é importante notar que não é porque aquelas formas estão em crise que deixam de se perpetuar com eficácia; pelo contrário, é no momento da agonia que sobressai a compulsão. Enfim, o capricho com o qual o proprietário dispões deles é análogo à soberania da autovalorização sobre eles, e em última análise correspondem à grande prateleira niveladora e distensionada do conceito de cultura plenamente realizado. A mobilização gratuita dos gêneros, batendo-os num liquidificador e expondo a massa amorfa resultante em tom de piada, como se a cultura já debochasse de seu próprio conceito e de suas pretensões, tão característica dos produtos da indústria cultural das últimas décadas¹⁴⁸, não representa novidade para a experiência brasileira, que hoje vê os produtos nos quais enxergara possibilidades formativas convertidos em pasta-base espetacular e devolvidos à sina de que tanto se esforçaram para escapar¹⁴⁹. Por isso não espanta a voga recente de Machado de Assis na bolsa de valores acadêmica global. A presença ajustadamente

¹⁴⁸ VIANA, Silvia. *Dom de iludir*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo em 2005, pg. 20-21.

¹⁴⁹ “Enfim, ao desligar-se do processo de autorrealização social e econômica do país, que incluía tarefas de relevância máxima para a humanidade, tais como a superação histórica das desigualdades coloniais, a formação não deixa de ser mercadoria. E ela pode inclusive, no momento presente, estar tendo um grande futuro nesse plano”. SCHWARZ, Roberto. “Os sete fôlegos de um livro”. In: *Sequências brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, pg. 69.

desajustada de estilos cuja sucessão não correspondia às transformações ocorridas entre nós fez com que eles entrassem para nossa literatura, no mais das vezes involuntariamente, como linguagem em estado cru, com estatuto de matéria; daí a matriz da dessubjetivação machadiana em literatura. A reiteração consciente e crítica desse mecanismo interno da experiência cultural brasileira importa, do ângulo da interpretação imanente, na medida em que traz para dentro do texto literário, como objeto de sua reflexão estética, o modo específico pelo qual se relaciona e situa quanto à estrutura social. Apenas o reconhecimento metódico do arbítrio pôde libertar dele o objeto literário, que para em pé e se torna autossuficiente entregando-se à impossibilidade de sua autonomia.

Pela ostentação teórica e meditativa, que submete enredo e personagens aos propósitos da comprovação de uma hipótese e dá à narrativa certo de parábola, a literatura de Machado tem um elemento forte de didatismo. No que se pode medir, é claro, a influência da ilustração setecentista, da vocação neoclássica para o debate público e político. O pano de fundo programático destas formas estava na crença nas possibilidades transformadoras da educação e da iluminação das consciências: no momento em que a humanidade desacreditar das arcaicas dominações tirânica e religiosa se verá livre delas e adentrará num mundo de liberdade, consenso dialogado e interesse comum. As possibilidades históricas do esclarecimento ainda em aberto, tais expectativas tinham pertinência e a bem da verdade a sua desautorização posterior não fez senão substituí-las por um cinismo cômodo. Pois bem, noutra situação histórica e nacional, este espírito didático era mobilizado por Machado de Assis num contexto de descenso de expectativas políticas: frustrada a aposta numa educação civilizatória da elite, com uma abolição de feitio decepcionante à vista, os horizontes se rebaixavam e a possibilidade de tudo se transformar para que se perpetuasse a irracionalidade do mando e da dinâmica social brasileira se tornava provável. Nada mais oposto às perspectivas progressistas do didatismo ilustrado, cuja atitude contudo é retomada. Na nova situação, sua finalidade ostensiva é derrisória, do que a “Teoria do medalhão” é certamente o melhor exemplo: o tom alto do ensinamento humanista pregando a interdição do livre pensamento e a resignação ao lugar-comum. Noutra chave, demonstrando paradoxos como a necessidade da eliminação para a sobrevivência, “Pai contra mãe” ensina a manutenção da vida em condições que lhe são gradativamente impossíveis. Já não há mais nada a ensinar para além da acomodação ao oco da convenção e o cada-um-por-si. O viés moralista diria que se trata das mazelas da má aclimatação dos valores ocidentais; o trabalho machadiano, como procuramos mostrar, insiste na desestabilização também destes e, não propriamente na sua inviabilidade, mas na sua

estranha viabilidade quando já não portam mais promessa alguma. A impossibilidade de adesão a qualquer um dos termos, racionalidade ou irracionalidade, porque se interpenetraram numa promiscuidade impossível, quase suicidária e no entanto perpétua, esvazia o didatismo. Machado engendrou literariamente a crítica de uma sociedade onde a crítica não tinha sujeito nem lugar social: sem um caminho positivo a seguir, todos os termos postos à mesa aparentemente apodrecidos, o nada a que nos abandonam seus romances e contos só encontra um gesto à altura na *recusa*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Obras de Machado de Assis

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *50 contos de Machados de Assis*. Seleção de John Gledson. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

_____. *Esaú e Jacó*. São Paulo: W. M. Jackson Inc. Editores, 1959.

_____. *Melhores crônicas – Machado de Assis*. Org. de Salete de Almeida Cara. São Paulo: Global editora, 2003.

_____. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Globo, 2008.

_____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v. II.

Fortuna crítica de Machado de Assis

ALENCASTRO, Luis Felipe. “Pai contra mãe: o terror escravagista em um conto de Machado de Assis”. In: *A clínica especular na obra de Machado de Assis. Cadernos da Association lacanienne internationale*, Paris, dez. 2002.

ALMEIDA, Rogério de; LIMA, Anna Carolina Ferreira. “Implicações do pensamento machadiano para o campo educacional: um estudo do elemento trágico no conto ‘Terpsícore’”. In: *Machado Assis em Linha*, vol. 8, nº16, Dec. 2015

AMORIM NETO, Thomaz Pereira de. “Machado de Assis, um amante das letras clássicas - análise de ‘Terpsícore’”. Parte do projeto de pós-doutoramento *As escolhas de Machado de Assis: Um estudo sobre o processo de seleção e escritura do contista Machado de Assis*, financiado pela bolsa PNPd (FAPERJ/CAPES).

ARRIGUCCI JR., Davi. “Obras do acaso”. In: MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Terpsícore*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1996.

BAPTISTA, Abel Barros. “A emenda de Sêneca”. In: *Teresa*. São Paulo, nº 6-7, 2006, pp. 207-231.

BARBOZA, Jair Lopes. “Filosofia schopenhaueriana e literatura machadiana: em torno do conto ‘Noite de almirante’”. In: *Trans/Form/Ação*. Marília, vol.23, 2000.

BOSI, Alfredo. “A máscara e a fenda: sobre alguns contos de Machado de Assis”. In: SILVEIRA, ÊNIO; et al. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979

_____. *Machado de Assis: o enigma do olhar*. São Paulo, Ática, 1999.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

FAORO, Raymundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. Rio de Janeiro, Globo, 2001.

FRAIETTA, Eugenia de Souza. *O não-trabalho no arranjo narrativo dos contos de Machado de Assis*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

GLEDSON, John. *Machado de Assis: ficção e história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. *Por um novo Machado de Assis*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

LIMA, Marcos Hidemi; MARTINEZ, Márcia de Fátima. “Mentira e dissimulação em ‘Noite de almirante’”. In: *Revista Línguas e Letras. Londrina*, vol. 9, nº 17, 2º Sem. 2008, pp. 149-159.

MEYER, Augusto. *Machado de Assis (1935-1958)*. Rio de Janeiro, José Olympio, 2008.

MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. *Machado de Assis – Estudo crítico e biográfico*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2017.

PETRAGLIA, Benito. “Terpsícore: dançando diante de meus olhos”. In: *Via Litterae*, v. 4, nº 2, jul./dez. 2012, pp. 341-352.

SANSEVERINO, Antonio. “A presença de escravos em alguns contos de Machado de Assis”. *Novo Hamburgo, revista Prâksis*, n. 2, jul./dez. 2018, 160-72.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo, Duas Cidades/34, 2000.

_____. *Duas meninas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

_____. “Um avanço literário”. In: *Literatura e sociedade*, nº 13, 2010, DTLLC/FFLCH-USP, pg. 235

_____. *Um Mestre na periferia do capitalismo*. São Paulo, Duas Cidades/34, 2000.

_____. et al. “Machado de Assis – um debate”. In: *Novos estudos CEBRAP*, nº 29, São Paulo, 1991.

SILVA, Eliane da Conceição. “*Estudos*” da violência: uma análise sociológica dos contos de Machado de Assis. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, 2008.

THOMSON-DEVEAUX, Flora. “Nota sobre o Calabouço”. In: piauí, n° 140, maio de 2018.

VIANNA, Carla Cristiane Martins. “Entre a ilusão e a desilusão: a negação do baque em ‘Noite de almirante’”. In: *Cadernos do IL*. Porto Alegre, n.º 43, dezembro de 2011. pp. 283-294.

VILLAÇA, Alcides. “Querer, poder, precisar: ‘O Caso da vara’”. In: *Teresa*. São Paulo, n° 6-7, 2006, pp. 17-30.

Bibliografia geral

ABÍLIO, Ludmila. “Uberização: a edição da velha ideia do trabalho amador”. Entrevista concedida à João Vitor Santos. IHU On-Line, 13 de agosto de 2019. Link: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/591603-uberizacao-a-edicao-da-velha-ideia-do-trabalho-amador-entrevista-especial-com-ludmila-abilio> (Último acesso: 23 de setembro de 2019).

ADORNO, T. W. *Minima moralia*. Trad. de Arthur Mourão. Lisboa: edições 70, 2001.

_____. ADORNO, Theodor W. *Teoria estética*. Lisboa: edições 70, 2008.

_____. & HORKHEIMER, M. *Dialética do Esclarecimento – Fragmentos filosóficos*. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro, Zahar, 2006.

ALENCAR, José de. *Cartas de Erasmo*. Organização de José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 2009.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “A pré-revolução de 30”. In: *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, no 18, p. 17-21, setembro de 1987.

_____. “La traite négrière et l'unité nationale brésilienne”. In: *Revue française d'histoire d'outre-mer*, volume 66, n°244-245, 1979, pp. 395-419.

_____. “Proletários e escravos”, *Novos Estudos CEBRAP*, n°21, julho de 1988.

ANDERS, Günther. *La obsolescencia del hombre (Volumen I) – Sobre el alma em la época de la segunda revolución industrial*. Trad. de Josep Monter Pérez. Valência: Pre-textos, 2011.

ANDERSON Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989

ARANTES, Paulo. *O novo tempo do mundo*. São Paulo, Boitempo, 2014.

- _____. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. *Zero à Esquerda*. São Paulo: Conrad Livros, 2004.
- ARANTES, Otilia Beatriz Fiori & ARANTES, Paulo Eduardo. *Sentido da Formação: três estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas III – Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- BÜRGER, Peter. *Teoria da vanguarda*. São Paulo, Cosac&Naify, 2012.
- CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite*. Rio de Janeiro, Ouro sobre Azul, 2011.
- _____. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos (1750-1880)*. Rio de Janeiro, Ouro sobre Azul, 2013.
- _____. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro, Ouro sobre Azul, 2011.
- _____. *O discurso e a cidade*. Rio de Janeiro, Ouro sobre Azul, 2011.
- _____. *Vários escritos*. Rio de Janeiro, Ouro sobre Azul, 2011.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. São Paulo, Paz e Terra, 1977.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo, ed. da UNESP, 1997.
- FLAUBERT, Gustave. *Madame Bovary*. Ed. Thierry Laget. Paris: Gallimard, 2001.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo, Editora UNESP, 1997.
- KURZ, Robert. “A ascensão do dinheiro aos céus: os limites estruturais da valorização do capital, o capitalismo de cassino e a crise financeira global”. In: *Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES*, n.º. 28 Janeiro-Junho, 2019.
- _____. *O colapso da modernização*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- LUKÁCS, Georg. *L'anima e le forme*. Milão: Sugar, 1963.
- _____. *Marxismo e teoria da literatura*. São Paulo: Expressão popular, 2009.
- SOUZA, Laura de Mello. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- MENEGAT, Marildo. “Violência e Barbárie: um pequeno estudo sobre as origens remotas do bolsonarismo”. In: *Argumentum*, Vitória, v. 11, n.º 2, maio./ago. 2019, p. 7-16.

- MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. *Prosa de ficção (de 1870 a 1920)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.
- MORETTI, Franco. “O século sério – o romance europeu do Oitocentos”, *Novos Estudos CEBRAP n° 65*, março de 2003.
- _____. *O burguês – entre a história e a literatura*. São Paulo, Três Estrelas/ Publifolha, 2014.
- MORLEY, Helena. *Minha vida de menina*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- NABUCO, Joaquim. *O abolicionista*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial*. São Paulo, Hucitec, 1983.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica da razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo, 2003.
- OTSUKA, E. T. *Era no tempo do rei: atualidade das Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2017.
- _____. “Literatura e sociedade hoje”. *Revista Literatura e Sociedade (USP)*, 2009, pp. 104-115.
- PASTA JR., José Antonio. *Formação supressiva: constantes estruturais do romance brasileiro*. Tese de Livre-docência na Área de Literatura Brasileira, apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2011.
- _____. *Trabalho de Brecht*. São Paulo, Duas Cidades/Editora 34, 2010.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana. “A desigualdade no Brasil é medida pelos dentes”. *The Intercept Brasil*, 14 de Maio de 2019. Link: <https://theintercept.com/2019/05/13/desigualdade-no-brasil-dentes/> (último acesso: 22 de setembro de 2019).
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo - Colônia*. São Paulo, Companhia das Letras, 2017.
- SCHWARZ, Roberto. *Martinha versus Lucrecia*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.
- _____. “Passado remexido”. Entrevista concedida a Sylvia Colombo, pela Folha de S. Paulo. *Ilustríssima*, 18/05/2014.
- _____. *O pai de família e outros estudos*. São Paulo, Cia. das Letras, 2008.
- _____. *Os pobres na literatura brasileira* (org.). São Paulo, Brasiliense, 1983.
- _____. *Que Horas São?* São Paulo, Cia das Letras, 1987.
- _____. *Sequências brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. *A sereia e o desconfiado*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

_____ et al. “Machado de Assis – um debate”. In: *Novos estudos CEBRAP*, n° 29, São Paulo, 1991.

SLOTERDIJK, Peter. *Crítica da razão cínica*. São Paulo: Estação Liberdade, 2012.

TREECE, David. “O indianismo romântico, a questão indígena e a escravidão negra”. In: *Novos estudos CEBRAP*, n° 65, março de 2003, pp. 141-151.

VIANA, Silvia. *Dom de iludir*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo em 2005.

_____. *Rituais de sofrimento*. São Paulo: Boitempo, 2012.